

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

José Jânio Camêlo Canel

**A dialética do abstrato e do concreto no livro I de O Capital: a processualidade
e a interrelação entre Trabalho e do trabalho abstrato**

Guarulhos - SP

2018

José Jânio Camêlo Canel

A dialética do abstrato e do concreto no livro I de O Capital: a processualidade e a interrelação entre Trabalho e do trabalho abstrato

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de Concentração: Política, Conhecimento e Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Rodnei Antônio do Nascimento.

Guarulhos – SP

2018

CANEL, José Jânio Camêlo.

A dialética do abstrato e do concreto no livro I de O Capital: a processualidade e a interrelação entre Trabalho e do trabalho abstrato / José Jânio Camêlo Canel. – Guarulhos, 2018 f. 193

Dissertação de Mestrado em filosofia – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018.

Orientador: Rodnei Antônio do Nascimento.

1. Filosofia. 2. Marxismo. 3. Política.

JOSÉ JÂNIO CAMELO CANEL

**ADIALÉTICA DO ABSTRATO E DO CONCRETO NO LIVRO I DE O CAPITAL: A
PROCESSUALIDADE E A INTERRELAÇÃO ENTRE TRABALHO E TRABALHO
ABSTRATO**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia.
Área de Concentração: Política, Conhecimento e Sociedade.

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Orientador: Rodnei Antônio do Nascimento
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Silvio Rosa Filho
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Universidade Federal de Alagoas

Agradecimentos

Não o sabem, mas fazem...

Karl Marx

(O epílogo é estranho a um agradecimento, mas não menos válido.)

Essa caminhada começou muito antes do ingresso na Universidade Federal de São Paulo, e permito-me dizer que jamais irá parar!

Algumas pessoas fizeram e fazem parte de minha vida, como fazem parte desse pequeno e tímido de texto, porém *não sabem*. É preciso expor!

Ao Amor que sinto pelo meu irmão, já seria cabível de agradecimentos, mas ele sempre vai além: sua capacidade de reflexão o coloca entre os mais geniais pensadores que tive o prazer de ler e conhecer. Junte-se a isso, toda a força, amor e apoio que me deu e dá. Aquele que sempre acredita que posso “ser melhor do que eu!”

Por outro lado, tive sempre, e indiscutivelmente, o apoio de dois grandes amigos e irmãos: Saulo e Rubem: pessoas que não necessitariam nem ser mencionadas aqui, devido a todo conhecimento que se tem do amor que tenho por eles; onde, se juntam a Caio *Jão*, David *Chuck*, Danilo *velhinho*, Márcio, Leandro *animal*, Igor Medeiros, que, também se fazem grandes e generosos amigos. Vinícius, um grande amigo e irmão que se fez concretamente presente nessa jornada!

Uma pessoa que jamais ficaria de fora, Caio Fiumari. Aquele que me acolheu em meio a todo o medo da “cidade grande”; com todo carinho que a mim era inesperado. Uma das pessoas mais importantes dessa empreitada, sem sombra de dúvidas, e que tive a oportunidade e prazer de viver esses longos dias sob fortes discussões e *curtições*... um enorme carinho. Assim como Bruno e Luiz... amigos que a universidade me apresentou. Aos adoráveis: Ronaldo e Rogério; outros amigos de graduação: Samuel, Lulinha, Fininho, Rodrigo *metal*...!

Agradeço a todos que se fizeram presente em meus devaneios sobre a teoria marxista: Virgínio, Bento, Fernando e Abi. Entre tantas discussões me fizeram refletir sobre qual o meu papel no mundo acadêmico, assim como meu grande amigo Francisco Perreira.

Agradeço a Bruna Kélvia, que poderia, certamente, escrever um tratado sobre tudo que pensei a respeito do marxismo nos últimos anos... e pelo café num dia frio em um copo “americano”.

A toda a minha família, que cresceu para além do imaginado...

A minha linda, amável e carinhosa vó, a quem me ensinou a ama, a chorar, a sorrir, e a se reerguer! Que se faz filha, depois de se fazer mãe. A minha linda, amável e saudosista mãe: que sempre “inventa” mil formas de querer tirar um sorriso de mim (grandiosamente uma criança no corpo de adulta – uma eterna jovem e amável pessoa); A meu pai, que sempre se comunica profundamente apenas com um olhar, e que desse olhar qualquer palavra se tornaria limitada; às duas mais novas integrantes da família: Sophie e Thea... as quais são parte de minha história. Thea é o ser humano mais lindo que conheci em minha vida; e a mais linda vida da minha vida! Sophie um ser humano belo que tenho a honra de conviver.

Agradeço aos mestres Ivo Tonet e Sérgio Lessa...! (Aquele, pela amizade e conselhos, tanto na vida pessoal, como nas “tesouradas” sempre corretas da vida acadêmica e intelectual; ao outro: pela paciência, de sempre, por “tirar” as eternas dúvidas que me surgem a cada letra que leio. E ao meu camarada de militância e amicíssimo pessoal – um dos grandes: Cícero Albuquerque. Também ao paciente e intelectual Silvio Rosa, que me fez *ir navegar em outros*

mares do conhecimento. A Rodnei, que me mostrou que O Capital é mais pleno de mediações do que eu imaginava. Ao grande amigo, camarada e intelectual Artur Bispo, que nos últimos anos se confundem, tanto a nossa amizade, como a própria militância e vida intelectual, e a quem tenho um enorme apreço. Com carinho a Alexandre Carrasco, Arlenice e Edson Telles.

As minhas amigas: Maraisa, Jocasta, Ana, Mona, Clara, Bel e minha linda prima Marcela que sempre... sempre estiveram por perto!

Os meus grandes amigos Rodrigo *rosner*, Darlan, Thiago *Che* – esse, que está no mesmo barco que Caio *veião*. Por nossas aventuras nas noites de Guarulhos.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNIFESP.

Ao apoio financeiro CAPES-REUNI.

Em especial a Balzac, Medéia e Tolstoi

Dedicatória

À Thea Lais, o ser mais lindo que a humanidade já viu

A uma amável amiga e confidente que me escutou recitar Neruda, Cecília Meireles, Shakespeare, Vinicius de Moraes e etc...; e que me fez ler O Capital com outros olhos.

A todos os revolucionários

Renânia, inverno de 2018

Todos os caminhos

Me jogo de um Arranha-céu
para sentir o vento suave
e poder me despedaçar para a vida.

Corro na contramão como forma
de um encontro certo com o
inesperado ato de andar sem saída.

Já é hora de partir.
Meu relógio não pára.
E mesmo que não haja pilha
sei onde não posso parar.

A estrada anuncia:
outra estação virá.
Ande. Ainda que seus passos
não possam te dizer onde você vai chegar,
ande...

O clima seco não afeta meus olhos
e não afasta o sorriso que sempre
estou a mostrar.
Em reposta a você,
companheira estrada, só posso falar:

Ando.
Ando porque não posso ficar.
Todos os caminhos levam...
à luta de classes.
Todos eles me dizem:
Amar e lutar.

Santo Cínico (Tico Canel)

RESUMO:

Deveremos tratar a questão fundamental sobre Trabalho e Trabalho abstrato, no arcabouço teórico de Marx, dentro de uma perspectiva dialética – identidade e diferenciação de tais conceitos. Ora essas categorias parecem ter uma definição *fechada e concisa*, outrora aparece como algo *confuso e ofusco* – para alguns autores e correntes. Contudo, em O Capital, ambas – Trabalho (*Arbeit*) e trabalho humano abstrato (*abstrakt menschliche Arbeit*) – podem ser pensadas como *diferentes* ou *opostas*, porém, têm que ser remetidas a uma análise que possibilite desvelar suas origens, natureza e funções sociais. Dessa forma, temos que encarar o problema da exposição das categorias dentro dos processos históricos concretos, e por outro lado, submeter as mesmas a uma abstração que possa servir de ferramenta para a elucidação e, se possível, apontar para a solução do problema: a relação dialética entre Trabalho e trabalho abstrato.

PALAVRAS – CHAVE: Karl Marx, Ontologia, O Capital, Trabalho, Trabalho abstrato, História.

ABSTRACT

We should treat a fundamental subject on Abstract Work and Work, not Marx's theoretical framework, in a dialectical perspective - identity and difference of concepts. For example, these categories, a closed and concise definition, once appeared as something confusing and obfuscated - to some authors and currents. However, in Capital, both work (Arbeit) and abstract human work (abstract menschliche Arbeit) - can be thought of as different or opposing, but an analysis must be done that allows to reveal its origins, nature and functions. In this sense, it sends the problem of the above categories into the concrete historical processes, and on the other hand, submit as if it were an abstraction that can serve as a tool for elucidation and possible, point to a solution of the problem: the dialectical relationship between Work and abstract work.

Keywords: Karl Marx, Ontology, The Capital, Work, abstract work, History.

Sumário

Agradecimentos	5
Dedicatória.....	7
Apresentação.....	13
Introdução.....	18
PRIMEIRA PARTE.....	27
Capítulo I – O Trabalho	28
1. A ideia geral do Trabalho como categoria fundante no Livro I de O Capital	28
2. Lukács e o problema da Ontologia	38
3. Marx, Engels e Lukács: o Trabalho como fundamento do mundo humano	41
3.1 O Salto Ontológico: o homem como demiurgo de si	41
3.2 O Trabalho através do microscópio	55
4. O Trabalho, finalmente o Big Bang do Ser Social	63
4.1. As possibilidades de Marx	64
Capítulo II – O conteúdo da riqueza material.....	67
1. Uma breve jornada da riqueza: as aventuras do Trabalho	69
1.1 Sociedades igualitárias primitivas	70
1.2 Escravismo antigo, uma necessidade social	74
1.3 Declínio do escravismo, e ascensão dos feudos.....	78
2. A paraíso do Deus Capital: o capitalismo e suas personagens.....	84
3. O mundo da mercadoria	91
SEGUNDA PARTE	96
Capítulo III: A mercadoria, forma elementar da sociedade capitalista	100
1. Mercadoria: valor de uso, valor de troca e Valor.....	100
2. Força de trabalho, mercadoria e valor.....	108
3. Os limites e os fatores do valor da força de trabalho	113
Capítulo IV: Produção, trabalho assalariado e valor.....	117
1. A desmistificação da produção (de mercadorias) capitalista.....	121
2. Ainda sobre o valor de uso e valor de troca: Valor	133
3. Finalmente a Mais-Valia.....	138
3.1 Tempo de trabalho socialmente necessário e Mais-valia	143

Capítulo V: Trabalho (concreto) e trabalho (humano) abstrato, eis a questão!

.....	153
1. O's Trabalho's, uma questão aparentemente indecifrável.....	153
1.1 Trabalho e trabalho produtivo	158
1.2 Trabalho e a produção de Mais-valia	163
2. Trabalho e Trabalho Abstrato: uma sólida discussão, e uma falsa polêmica	167
2.1 O concreto e o abstrato... a dança dos conceitos.....	168
2.2 O Trabalho (humano) abstrato: ou, a mercadoria?	172
2.3 O caráter "útil" do trabalhador abstrato	176
2.4 Trabalho e Trabalho abstrato: identidade e não-identidade.....	182
Conclusão	188
Bibliografia.....	191
Bibliografia Inglesa	193

Apresentação

O grande debate que permeia o marxismo, sobre a legalidade do pensamento de Marx e Engels, tem sua origem pouco depois daquele morrer, mas esse ainda em vida – porém isso não vem ao caso. Contudo, esse debate não foi concluído pelos autores em geral para um senso único – basta pensar na vasta linhagem e vertentes que se fizeram, e se fazem, no decorrer dos anos.

Vários são os intérpretes de Marx que permeia, tanto a Filosofia, quanto outros ramos do conhecimento, e que se colocam no debate contemporâneo de várias maneiras e de formas as mais distintas possíveis. São inúmeros aqueles e aquelas, também, que pensam o marxismo no sentido de reformular ou renovar: não muito raramente vê-se que o pensamento de Marx teve uma *nova formulação, interpretação*; que uma nova tradução (isso não vale para os leitores e escritos que partem do original) fez uma certa descoberta; que um novo manuscrito encontrado coloca por terra muitas “certezas” de antes.

Porém, há aqueles que se colocam para *áreas* e *objetos* que pelo próprio itinerário, tempo, necessidade, disposição e possibilidade de Marx não foram analisados

Mas, o que de fato pertence ao pensamento de Marx que tem como norteamento geral para que outros temas que por ele não foram abordados de maneira nem direta nem indireta, que permite que seu pensamento possa conduzir por campos dos quais se revelam inúmeras possibilidades?

Para responder a essa pergunta, temos que nos ater aos textos do próprio autor e compreender o que de fato é o seu legado filosófico. Para nós, o que de fato é genuíno ao pensador em questão é a *descoberta* do Trabalho como a categoria que funda o ser social. Em livros como *Os Manuscritos de 44, A Ideologia Alemã*, já se faz notar o caráter fundante da categoria Trabalho como o fator elementar da vida social; contudo, ficaremos atentos a apenas o livro que corresponde a sua obra máxima, e que sintetiza melhor essa concepção: *O Capital*.

Todas as nossas pesquisas serão colocadas plenamente em direção a um estudo imanente a *O Capital*, mas outros textos, como os dois citados acima, serão

usados para apenas complementar as ideias já maduras e sintetizadas no pensamento tardio do filósofo.

Pensamos que o Marx *da maturidade* eleva algumas discussões, e em nada seria metodologicamente correto confrontar sua última obra para com as de *juventude* colocando nessas a prioridade. Todas as vezes que aqui aparecer referências a obras de *juventude* serão para aprimorar o que está exposto n'O Capital.

Uma das questões primordiais a serem tratadas, aqui, é algo que adiantamos logo de vista: como nosso objeto é estudo e investigação imanente de O Capital, teremos o ponto de partida em sua letra. Outros textos serviram de composição teórica para as afirmações. Não confrontaremos o livro dado em mãos por Marx, com sua “pena e em ‘preto e branco’”, para com *manuscritos* ou *anotações espaciais*. Por alguns motivos:

- a) Entendemos que o livro já na edição final, e dada aos editores, tem total competência e um certo grau mais elevado na elaboração teórica da exposição filosófica científica do pensador em questão;
- b) Por outro lado, a análise do Trabalho como categoria fundante do mundo dos homens aparece em toda obra de Marx de maneira “velada” na maioria das partes. No entanto, em alguns capítulos sua forma explícita tem maior foco de exposição, o que não anula nem diminui as aparições e menções implícitas de outras passagens: são eles o Capítulo V da Seção III – A produção da Mais-Valia Absoluta, e o Capítulo XIV da Seção V – A Produção da Mais-Valia Absoluta e Relativa;
- c) Muitas análises que tomam outros textos para compreender as categorias d'O Capital como forma melhor exposta por Marx, tem quase sempre – consciente ou não – uma forte tendência há anular a legalidade desse livro;
- d) Alguns manuscritos do nosso pensador têm maneira muito imprecisa na forma, mas no seu conteúdo é completamente claro e conciso: como é o caso dos *Manuscritos de 44* (ou, podemos chamar de Manuscritos de Paris, ou *Manuscritos Econômico-filosóficos*). Porém *A Ideologia Alemã* tem uma forma

mais acabada, o que nos permite melhor acompanhamento. Ou seja, não será uma questão de momento da evolução intelectual apenas que possibilitará tal escolha – escolhas essas que não foi apenas uma inclinação pessoal, mas metodológica, devido ao tema e ao objeto em questão – mas, sim a aproximação teórica mais concisa e coesa com a nossa proposta de pesquisa

Outra questão metodológica de suma importância são os autores em questão usados para a composição e pontos de partidas que nos guiaram:

- a) Georg Lukács: pensador húngaro que por grande parte de sua vida se dedicou aos estudos da área da *Filosofia Estética*, mas que ao fim de sua vida foi inclinado para a compreensão de uma Ontologia de tipo marxista. Essa nossa tomada de posição de tal pensador para a composição e aprimoramento das pesquisas dizem respeito ao fato de ele ter colocado a questão dos estudos sobre o Trabalho (Arbeit) em Marx em um patamar radicalmente novo, e completamente profundo no processo de apreensão e exposição de tal categoria;
- b) Outros, não menos importantes, mas que servirão de base para nosso trabalho estão aqui por serem estudiosos e esclarecedores das teorias de Marx das quais temos convicção que estão partindo do mesmo pressuposto que elucidaremos. São eles Guido Oldrini, Nicolas Tertulian, István Mészáros e o próprio Engels.

Essas questões serão imprescindíveis para a compreensão da tomada do ponto de partida e de chegada ao qual fomos submetidos por “força” metodológica do objeto em discussão: a própria evolução da pesquisa e o movimento da matéria – ou, objeto, que é o núcleo central do tema. Dito tais questões, nada mais correto do que apontar que seremos devedores de tais teóricos na compreensão e linha de pesquisa sobre o Trabalho como categoria fundamental do mundo dos homens.

Alguns autores que citaremos terão apenas papel secundário, mas não menos significativo. Tomemos total cuidado para a exposição adequada para que não deixe dúvidas das contribuições de autores que são clássicos do Marxismo.

Alguns em questão merecem melhor atenção, pois são aqueles que não “revisão” Marx – no sentido pejorativo – mas, partem de uma análise que temos convicção de sua autenticidade e correção. São autores como G. Lukács, I. Mészáros, Guido Oldrini, Nicolas Tertuliam, já citados acima; entre nós: Sérgio Lessa, Ivo Tonet, José Paulo Netto, Jorge Grespan e Artur Bispo dos Santo Neto.

Todas as citações dos autores que tomemos como explicativo ao tema, são aqueles que partem, direta ou indiretamente dos pressupostos de Marx e Engels – explícita ou implicitamente. Porém, o que mais nos concentramos atenção foi o húngaro G. Lukács, mas apenas no primeiro momento da primeira parte da dissertação. (Inclusive, ele foi quem mais colocou essa questão de ser o Trabalho uma categoria fundamental para a compreensão da obra de Marx.)

O Trabalho abstrato tem sua legalidade dentro da obra de Marx de maneira mais ampla: inclusive, somos totalmente compreensíveis no quão O Capital corresponde a empreitada para a elucidação da categoria Trabalho Abstrato. Se Lukács explana de forma contundente o Trabalho em sua Ontologia do Ser Social, Marx de forma decisiva discute por toda a sua obra, a Categoria de Trabalho abstrato e suas manifestações; temos convicção de que os tratamentos de ambas categorias têm que ser analisadas de forma em que há uma relação entre elas, mas não são idênticas.

Outras considerações necessárias a serem feitas, é o tratamento da história que será abordado na dissertação: assim como Marx, temos que expor todas as categorias historicamente composta, de maneira histórica – essa servirá de incorporação do conteúdo das categorias apresentada.

O fato de no título ter o nome dialética – que é algo que Marx é devedor confesso do pensador Hegel – não será tratada em estrito senso por vários motivos: desde a complexidade do tema, até mesmo a quantidade de páginas e mais páginas que deveriam ser tomadas no corpo do texto – algo que seria louvável, visto que é uma tematização das mais importantes e centrais no pensando de Marx. Mas, o

motivo, ou razão pela qual não trataremos de modo estrito, é o simples fato de que a nossa intenção é analisar a *relação dialética* entre as duas categorias Trabalho e trabalho humano abstrato. No decorrer do texto, e principalmente no final, queremos elucidar e desvelar como essas categorias se movimentam dialeticamente tanto no processo social histórico, quanto na obra de Marx (obra essa: O Capital, livro primeiro)

Introdução

*Todo começo é difícil; isso vale para
qualquer ciência*

Karl Marx

*Tudo isso é fácil quando está
terminado e embira-se em duas
linhas, mas para o sujeito que vai
começar, olha os quatro cantos e não
tem em que se pegue, as dificuldades
são horríveis*

Graciliano Ramos

A questão que se encontra o debate acerca de nosso tema, é de uma vasta literatura, tanto na Filosofia quanto em outras áreas de conhecimento. Mesmo no campo da filosofia, essa literatura é quase impossível de se esgotar em uma pesquisa que dure anos; ou até mesmo no campo do próprio marxismo, que se consubstancia no interior da filosofia, seria impossível de *esgotar* tal discussão. A delimitação a respeito dessa questão tem que ser feita com base nas obras de Marx e de alguns autores que partem iminentemente de uma questão, que ao nosso ver, é a mesma com que nosso autor em questão parte¹: o mundo da práxis, portanto “...os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produzem.” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2009, p 23-4). Isso nos permite algo que metodologicamente será para nossos estudos decisivo: uma análise como as condições materiais determinadas historicamente possibilita elucidar as

¹ Com isso não queremos dizer que os autores que usaremos a) não são os únicos a fazerem tal ponto-de-partida, nem muito menos suas obras se restringem ao mesmo, logo b) algumas obras e autores podem partir dos pressupostos de Marx (o qual falaremos) sem ao menos partir de seu processo de exposição categorial. Exemplo capital é G. Lukács, que em seus textos pré-década de 30, como ele mesmo expõe, se intitulavam como Marxismo, mas que não partia das bases das quais Marx havia partido. Portanto, para nós “pressuposto” não é algo que seja uma exposição estática: lembremos mais uma vez que o próprio Marx em sua obra, em conjunto com Engels, expõe seus pressupostos, e tais pressupostos irão ser a base de todas as suas obras: o que não quer dizer que todos seus textos, artigos, livros e etc, mesmo com temáticas que variam de polos diferentes dos processos de reflexão do mundo, tenham o mesmo ponto de partida expositivo, porém tem o mesmo ponto de partida de pressupostos essenciais a uma concepção de mundo.

categorias que aqui serão expostas. Portanto, temos que partir de onde o nosso pensador partiu. Ou seja,

Temos de começar a constatar **o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem 'fazer história'**. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. **O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios para a satisfação dessas necessidades**, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a vida, que ainda hoje, tal como a milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manterem os homens vivo. [...] Assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção da história é observar esse fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua extensão, e atribuí-lhe a importância que que lhe é devida. " (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2009, p 41-2. Grifos e Negritos nossos)

E seguem,

...a própria primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades – **e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico**".²

Nota-se que já em suas *obras de juventude*, os autores, sem dúvida, apresentam uma nova concepção de história, portanto de filosofia, e que permite uma análise que tenha como base, não as categorias arbitrárias, mas aquelas em que colocam os indivíduos e suas relações para com a produção da vida individual e coletiva material no ponto de partida das análises.

Mas, como ficou claro: o ponto de partida da história é a produção de novas necessidades: necessidades essas que *não mais são as que se limitam a circunferência das ações biológica*. Essas novas necessidades correspondem, inevitavelmente, em transformar socialmente uma espécie de primata em um ser social. Assim, essa forma, radicalmente nova, fundada pelo primeiro ato histórico na

...produção da vida, tanto própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido e, que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim". (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2009, p 42-3)

Esse "primeiro ato histórico" que produz a vida social, e que retira da esfera natural, transformando em ser social, uma forma primata de ser vivo, e que é o "primeiro pressuposto" da vida social humana, será o fato elementar de toda e

² (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2009, p 42-3 Grifos e negritos nossos)

qualquer sociedade e “não importa de que modo e com que fim” é o que Marx vai chamar de Trabalho. O fato dessa categoria ter sido desvelada por Marx e Engels³, não significa que seja algo que eles tirem arbitrariamente de uma postura subjetiva de escolha; não parte do conceito e colocam como um modelo pronto e acabado para a análise do mundo. Como um pensador que partirá do mundo real, ele tem que partir das coisas criadas historicamente pelo intercambio dos homens entre si e para com a natureza, e com a produção material que atenda *as primeiras necessidades*, quanto a própria produção da vida social: esse é o método por ele usado: que retira da realidade a elaboração teórica para sua análise. Outra letra: ao analisar a realidade, surgem as categorias das quais eles investigam de maneira conceitual, mas não uma forma de análise que parte primeiro das ideias elaboradas⁴, mas, pelo contrário: Marx busca no mundo as ferramentas para a análise. No próprio O Capital, ele aponta o *caminho para seu método* no posfácio à Segunda Edição de sua obra magna dizendo que:

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (MARX, 1996: 140. TOMO I)

Para o estudo correto das categorias, temos que tomar essa pequena, mas essencial passagem como uma grande referência teórica, mas não como ultimato. Para Marx tudo é matéria, não existe nada que não seja matéria, pois a “A própria

³ Uma questão fundamental: a descoberta do Trabalho como fundamento do mundo dos homens não foi feita por Marx e Engels – se houvesse mérito entre esses dois, tal mérito seria dado a Engels. Mas, a discussão entre ser o Trabalho o fundamento do mundo dos homens é algo que já tem seu início, mesmo que de maneira embrionária, nos textos de Aristóteles. Contudo, não podemos fazer nada mais que mencionar isso devido ao tempo, espaço e natureza da pesquisa: o livro I de O Capital – como aponta o próprio título. Outros autores foram essenciais e necessários para que Marx “descobrisse” o Trabalho como fundamento do mundo dos homens. Eles seriam: David Ricardo (1772-1823), Adam Smith (1723-1790), e o próprio, e fundamental, Hegel (1770-1831). O que se tem em Marx é o fato de que ele coloca o Trabalho não como uma particularidade histórica do capital, nem muito menos como algo que idealmente pode ser realizado. Como falamos, não teremos espaço, nem muito menos temos cacife para tal empreitada. Nosso objetivo, repetimos, é a análise do Trabalho e trabalho abstrato no livro I d’O Capital.

⁴ Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência (Marx, 2011. p. 85)

história é uma parte real da história da natureza, do devir da natureza até ao homem.” (Marx, 2015. p. 355)⁵. Estudar o desenvolvimento da matéria, captando-a em sua intimidade é um pressuposto metodológico que estará presente em todo O Capital. O processo, portanto, de construção teórica de qualquer objeto de pesquisa, aqui, para nós, O Capital – tanto com sujeito histórico, quanto objeto expositivo da teorização de Marx –, tem que analisar o processo de sua constituição concreta como uma historicidade evolutiva das categorias nas quais são postas⁶. Não se pode, também, e para não correr o risco de caricaturação, a história tem que ser apenas – e esse apenas, não rebaixa nem ao menos deixa-a em segundo plano – algo que incorpore as conexões do movimento real.⁷

O processo histórico-social é algo evolutivo, não no sentido positivista, que traça uma linha que pode-se entender como uma evolução sem movimento: um movimento estático que não permite os becos sem saídas serem tanto um processo de recuo quanto de avanço. Quando se fala em “algo evolutivo” queremos dizer que a história não se repete, que os atos individuais, que as ações coletivas não se repetem. Uma guerra pode destruir todo o gênero humano a qualquer momento, do mesmo modo que a mesma evolução tecnológica possibilitou a existência de possibilidades reais para que a humanidade produza cada vez mais em menos tempo, então pode, efetivamente, ser usada para um novo patamar de sociabilidade. A história por não se repetir, nos permite ver um certo avanço em direções contraditórias. Dessa forma, as categorias, no sentido de determinações da existência, como dito acima, e não como “categorias” ideais, por serem determinações da história, e por outro lado, de maneira reflexiva, determina-la, têm uma

⁵ A construção The **Large Hadron Collider (LHC)**, o grande acelerador de partículas não deixa Marx mentir com suas pesquisas recentes. Não queremos adentrar a questão, pois nem é nosso espaço, nem muito menos temos tal competência. Apenas, pode-se afirmar que desde o início do universo – e as pesquisas avançam – tudo é matéria, apenas a sua forma se modifica. Trataremos de alguns aspectos sobre as formas de matéria quando analisarmos as diferentes formas apresentações da matéria e seus respectivos campos de estudos.

⁶ O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. Em matéria de marxismo, a 15 ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. (LUKÁCS, 2003, p. 64)

⁷ Embora o projeto de *O capital* não seja uma narrativa histórica, suas categorias têm como referência um objeto historicamente constituído – não a forma eterna, natural e única da produção social – de modo que muitas vezes as passagens da apresentação dependem de pressupostos históricos, evidenciando a impossibilidade de uma dedução lógica dos conceitos” (GRESPLAN, 2012, p. 32)

processualidade de fato. Não poderia ser diferente com o Trabalho: a peculiaridade de sua função social, qual seja: produzir os meios necessários a vida humana, e a reprodução social, *se apresenta sobre várias formas na humanidade* e por ser ele [Trabalho] o fundamento da sociabilidade, o pressuposto primeiro de toda e qualquer forma de produção, sua função continua sempre de tal maneira que respeita sua *natureza social*. Porém, como se apresenta na história em diferentes períodos, modelos sociais, em processos e modos produtivos, o Trabalho tem uma radical diferença de “funcionamento” – contudo, não muda sua função. Se no comunismo primitivo – ou pré-história – o Trabalho retirava da natureza os meios de subsistência, no capitalismo maduro, ou até mesmo do século de Marx e Engels, terão o mesmo objetivo; mas, a maneira com a qual ele é o **fundamento do mundo humano** muda.

Em cada formação histórica, as categorias se apresentam com qualidades diferentes, ou podem manter até mesmo “um acanhamento” (pense-se em um gênio como Aristóteles, que devido as condições de sua época, e a pouca evolução processual da mercadoria, pode apenas apontar tal categoria de forma bem simples.)

Queremos com isso enfatizar que a análise do Trabalho é algo complexo, pois esse, quando toma forma no capitalismo maduro, outras categorias entram em cena devido a própria natureza da forma de riqueza em que ele é *processo motor*.

No capitalismo, a categoria que tem como momento predominante na produção de mercadoria é o trabalho abstrato, mas o trabalho abstrato é *uma forma social* que se generaliza tão mais que o próprio Trabalho, porém que esse não perde sua função: de fundante e momento predominante da reprodução social.

Descomplicaremos *a aparente contradição* quando analisarmos todos o processo pelo qual a riqueza social não se limita mais a modificação da natureza (sabemos que o dinheiro já existia, que a venda de mercadoria já tinha sua complexa função nas sociedades escravistas – tanto a forma mercadoria força de trabalho, quanto os bens de consumo em geral), contudo, o capital é uma força social que a tudo domina, e de “coadjuvante a protagonista” todo o corpo social sofre uma radical modificação: tanto no processo de produção, quanto nos indivíduos, nas formas políticas, nas expressões artísticas e etc.

Teremos como principal objetivo a elucidação, na obra de Marx, das categorias fundamentais da teoria crítica de seu pensamento. Sabemos o terreno áspero e pantanoso do qual é essa aventura, mas temos total convicção de que todas as categorias, todos os conceitos, e todas as formas de apresentação de como a sociabilidade burguesa-capitalista se apresenta, tem fundamento sólido em suas obras, principalmente em O Capital.

Aqui a questão será uma análise pormenorizada d'O Capital, mostrando, e demonstrando que não há contradição interna: há na verdade uma contundência, e uma solidez que permite mostrar a relação de identidade e não-identidade do processo social; e, uma relação íntima mas não idêntica entre Trabalho e trabalho humano abstrato.

Com isso, temos clareza de alguns pontos a) as categorias expostas no livro O Capital tem uma ligação interna e sólida; b) isso não anula a possibilidade de haver *desregularidades* expositivas: não era a intenção do autor, como já foi dito, fazer um tratado de algumas categorias, mas como ele próprio diz que seu objetivo era:

...que eu, nesta obra, me proponho **a *pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação***. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica” (Marx, 1996: 130. TOMO I)

Portanto, sua intenção nunca foi tratar objetivamente nem conscientemente Trabalho e trabalho abstrato como algo principal – o que, de fato, é nosso objeto de pesquisa – mas, por essas categorias fazerem parte elementar do seu conteúdo, pode-se extrair conclusões, não definitivas, mas esclarecedoras e não-contraditórias.

Mesmo sendo o Trabalho a categoria que funda o mundo social, nosso pensador tomou cuidado em entender a mercadoria: como fator elementar do mundo capitalista de sua época – e isso só prova que sua preocupação era a análise, não do Trabalho, nem do trabalho humano abstrato, mas do capital, como forma social e sujeito histórico.

A mercadoria como momento elementar da sociabilidade burguesa, no capitalismo maduro, tem uma peculiaridade que permite iniciar sua análise. Contudo, e como aprendizado que tivemos, nossa análise partirá da demonstração do Trabalho (categoria fundante), para depois analisarmos o trabalho abstrato (forma particular) e

que, portanto, se encontrar com a análise da mercadoria. Não teremos uma ordem cronológica das categorias expostas por Marx, pelo único fato (repetimos mais uma vez) de que nosso objeto de estudo e análise, mesmo sendo participe das investigações do próprio Capital, sabemos que metodologicamente nossa exposição tem um rumo diferente, porém em nada nosso processo evolutivo de exposição, e nem muito menos a composição do conteúdo, não terá nenhuma alteração para com o que foi exposto pelo filósofo. O fato de nosso objetivo e tema ser algo mais específico, só nos faz partir, na forma expositiva, de questões não tão pormenorizadas por Marx.

Tomamos o cuidado de não tornar um texto onde a sua apresentação seja “um fichamento” das obras, mas uma interrelação que o próprio universo intelectual do autor permite; nem muito menos vamos tratar citações e temáticas como um “pano em retalhos costurados” para apenas justificar nossa tomada de posição na interpretação das obras.

...

A especificidades das categorias do capitalismo maduro e as suas complexas inter-relações, levam-nos a becos quase que sem saída; por outro lado, a objetividade e precisão de Marx desconsidera as afirmações que tentam anular a complexa e rica diferença entre ambas as categorias: Trabalho e Trabalho Abstrato.

Nessa pequena introdução, não se pode deixar de lado uma outra categoria, que em nossas pesquisas apareceu como um “elemento surpresa” e que apenas, ao invés de nos contradizer, reafirmou nossa concepção de que Trabalho e trabalho abstrato são categorias diferentes: o valor.

A leitura dessa grandíssima obra torna-se mais rica a cada volta a sua visita: não é à toa que o próprio autor se debruçara por anos na sua composição: o movimento da “dança das categorias” e da própria história, ou seja, a evolução processual da própria matéria e do próprio objeto de estudos⁸ é passível de verificação em vários livros, e através do próprio autor em algumas cartas e prefácios.

⁸ Que não nos deixe mentir a própria letra de Marx. No Prefácio da Primeira Edição, ele já inicia:

Por fim, acrescentaremos algo que no texto será de vista notado: separamos a dissertação em duas partes. A primeira se refere principalmente a forma Trabalho – intercambio do homem com a natureza para a produção dos meios de subsistência; uma grande tentativa de esgotar a discussão, ao lado de uma forma de ir dando corpo a essa categoria, porém em diferentes modos de produção. Ou seja, explicitamos o que era o Trabalho em sua forma “simples e abstrata” livre das conexões sociais da

“A obra, cujo volume I entrego ao público, constitui a continuação de meu texto publicado em 1859: Contribuição à Crítica da Economia Política. A longa pausa entre começo e continuação deve-se a uma enfermidade de muitos anos, que reiteradamente interrompeu o meu trabalho.

O conteúdo daquele texto anterior está resumido no capítulo I deste volume. Isso aconteceu não só por causa da conexão e da necessidade de torná-lo completo. A exposição está aperfeiçoada. À medida que, de algum modo, o contexto o permitiu, pontos antes apenas indicados foram aqui desenvolvidos, enquanto, inversamente, o que lá foi amplamente desenvolvido é apenas indicado aqui. As partes sobre a história da teoria do valor e do dinheiro foram naturalmente eliminadas. O leitor do texto anterior encontra, no entanto, abertas novas fontes para a história daquela teoria nas notas do capítulo I.”

Já no Prefácio a Segunda edição:

“Antes de tudo, tenho de apresentar aos leitores da primeira edição esclarecimentos quanto às modificações feitas na segunda edição. É evidente a ordenação mais clara do livro. As notas adicionais estão sempre assinaladas como notas à segunda edição. Quanto ao próprio texto, eis o mais importante:

No capítulo I, 1, a dedução do valor por meio da análise das equações, nas quais se exprime todo valor de troca, é realizada com rigor científico maior, assim como é destacada expressamente a conexão, apenas indicada na primeira edição, entre a substância do valor e a determinação da grandeza do valor por meio do tempo de trabalho social necessário. O capítulo I, 3 (A forma do valor) está totalmente reelaborado, o que já se impunha pela exposição dupla na primeira edição. — De passagem observo que essa exposição dupla deveu-se a meu amigo, dr. L. Kugelmann de Hanover. Eu estava a visitá-lo na primavera de 1867 quando as primeiras provas chegaram de Hamburgo e ele me convenceu de que, para a maioria dos leitores, seria necessária uma discussão suplementar e mais didática da forma do valor. — A última parte do capítulo I, “O fetichismo da mercadoria etc.”, está grandemente modificada. O capítulo III, 1 (Medida dos valores) foi cuidadosamente revisto porque essa parte tinha sido negligenciada na primeira edição, remetendo à discussão já feita na Contribuição à Crítica da Economia Política, Berlim, 1859. O capítulo VII, especialmente a Seção II, foi reformulado de modo significativo.

Seria inútil entrar detalhadamente nas modificações, muitas vezes apenas estilísticas, de trechos do texto. Elas se estendem por todo o livro.”

Para uma melhor compreensão do quão complexa foi a produção da obra, deixemos o registro, apenas bibliográfico, por não ser nosso campo direto de análise: ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contramonto, 2001.

Outros dois textos que nos serviram de base imprescindível fora os de Francis Wheen: WHEEN, F. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Record, 2001; WHEEN, F. *O Capital de Marx [Uma Biografia]*. Jorge Zahar Editor [s/d]

qual faz parte; em seguida o inseriremos nas sociedades, e momentos históricos concretos, para mostrar como se comporta tal categoria.

A segunda parte é algo mais intimamente ligado ao Trabalho abstrato e o capitalismo: a forma de reprodução social que tem por excelência o trabalho humano abstrato. Ao fim da segunda parte mostraremos a relação entre Trabalho e Trabalho abstrato, pois, se afirmamos que aquela é a forma elementar da sociedade e que sem ela o mundo dos homens era impossível, temos que demonstrar como ela se comporta ao lado de outra categoria que é, para Marx o momento predominante no modo de produção capitalista – o trabalho humano abstrato.

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I – O Trabalho

1. A ideia geral do Trabalho como categoria fundante no Livro I de O Capital⁹

As discussões acerca do conteúdo intelectual de Marx sempre foram algo sem uma perspectiva unitária: algo que chegasse a ter um pleno consenso. Mesmo entre aqueles que eram partidários, ou como aqueles que eram declaradamente seus inimigos: o pensamento do autor em questão sempre foi um *caleidoscópio* em todos os sentidos. De um lado, houve quem se usasse de alguns aspectos de sua teoria sobre a Mais-valia, por outro, quem usasse algum rabisco sobre educação; há os que diziam que ele era um economista, outros até como uns dos tenores da Ciências Sociais; já outros o tratavam como um filósofo já ultrapassado, alguns, por outro lado, como *pai do socialismo...* e etc... etc...! As inúmeras interpretações de sua obra foram quase sempre o deturpando ao ponto de quase não mais sobrar um pedaço sequer de sua formulação teórico-prática original: cada um que escolhesse uma parte da qual conviesse a sua perspectiva a ser demonstrada.

Por outro lado, tiveram pensadores que tentaram dar um corpo final, dizendo apenas que havia um erro aqui ou ali, mas que no geral o seu pensamento era algo fundamental: ou seja, tratavam sua obra como algo “fechado”, e que as possíveis “lacunas” eram passíveis de correção. Isso, por nós visto, não foi apenas n’O Capital, mas em todo o corpo teórico de Marx.

Tudo isso tem uma razão histórica de ser! O pensamento do Marx inaugura uma *nova forma de pensar o mundo*, completamente diferente dos autores que o precederam. Seu materialismo, apenas não era algo “sensível”, mas que partia das bases reais da existência humana, e que seu pressuposto tinha um único ponto: “os homens têm de estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’.” Sendo

⁹ O que não quer dizer que outras fontes, tanto do próprio autor, como de autores, que ao nosso ver são imprescindíveis para tal compreensão, não venham a serem tanto incorporadas como esclarecedoras.

assim, então “O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios para a satisfação dessas necessidades.” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2009, p 41-2).¹⁰

Diante do túmulo de Marx, no dia de seu sepultamento¹¹, Engels fez um pronunciamento que em poucas linhas colocou uma síntese de que o ato de produzir os meios de produção e de subsistência é não só o primeiro ato histórico – como ambos haviam afirmado na juventude – mas, também que *a lei do desenvolvimento história partia da produção material do conteúdo da riqueza social*. Esse “Ato” é o Trabalho¹².

O Trabalho, portanto, é o fundamento da vida social e humana, o constructo do mundo dos homens. Isso significa, entre tantas coisas, que há uma radical diferença

¹⁰ Essa formulação responde a uma das perguntas mais fundamentais para se ter um ponto de partida do seu itinerário intelectual: “o que é o ser humano?” Se nas outras concepções de mundo de toda a filosofia, mesmo com suas diferenças, havia uma forma impar que abrangia desde os Gregos – tomemos os dois maiores expoentes de grandes sínteses, como Aristóteles quanto Platão – até o pensamento daquele a quem Marx se referia como sendo seu discípulo: Hegel. Todo o pensamento da filosofia, com todas as enormes diferenças, com todas as grandes superações/oposições, continuidade/descontinuidades e etc. via no movimento histórico não tendo como ponto de partida o próprio *fazer-se humano pelo próprio humano, pelos atos humanos*. Mesmo no próprio Hegel, que tem como uma grande contribuição para o pensamento humano o fato de colocar *a história humana nas discussões filosóficas*, apresentava que a sua concepção de história na qual essa partia do entendimento de que a essência dos homens já está de tal maneira *posta* no início e que as realizações fenomênicas seriam algo que apenas consubstanciariam e conservariam a essência. Por mais que existisse uma processualidade no devir da realização histórica, e nos atos individuais, esses atos estariam “presos” a uma submissão daquilo que só é permitido *na e pela* essência.

¹¹ “Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da Natureza orgânica, descobriu Marx a lei do desenvolvimento da história humana: o **simples facto**, até aqui encoberto sob pululâncias ideológicas, de que os homens, antes do mais, têm primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião, etc; de que, portanto, a produção dos meios de vida materiais imediatos (e, com ela, o estágio de desenvolvimento económico de um povo ou de um período de tempo) forma a base, a partir da qual as instituições do Estado, as visões do Direito, a arte e mesmo as representações religiosas dos homens em questão, se desenvolveram e a partir da qual, portanto, das têm também que ser explicadas — e não, como até agora tem acontecido, inversamente.” Na versão das obras completas editada em inglês, temos “Just as Darwin discovered the law of development of organic nature, so Marx discovered the law of development of human history: the **simple fact**, hitherto concealed by an overgrowth of ideology, that mankind must first of all eat, drink, have shelter and clothing, before it can pursue politics, science, art, religion, etc.; that therefore the production of the immediate material means of subsistence and consequently the degree of economic development attained by a given people or during a given epoch form the foundation upon which the state institutions, the legal conceptions, art, and even the ideas on religion, of the people concerned have been evolved, and in the light of which they must, therefore, be explained, instead of *vice versa*, as had hitherto been the case.” Frederick Engels: Karl Marx’s Funeral. *In*: Marx/Engels, 2010a: 134. V24). Negritos nossos.

¹² Todas as vezes que estivermos tratando do Trabalho (Arbeit), nesse capítulo, como o fundamento do Ser Social – aquele que, segundo Marx e Engels, é o que produz os meios de produção e de subsistência – grafaremos com a letra inicial maiúscula

nos atos dos indivíduos humanos, para com os animais (e, necessariamente, toda a natureza).

Assim

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...] Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. ¹³

Ou se quisermos ainda evocar a passagem citada acima

Temos de começar a constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem 'fazer história'. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a vida, que ainda hoje, tal como a milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manterem os homens vivo. [...] Assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção da história é observar esse fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua extensão, e atribuí-lhe a importância que lhe é devida. ¹⁴

Se pensarmos que o Trabalho é o intercâmbio do homem com a natureza com a finalidade de produzir os meios essenciais à manutenção do gênero humano, temos que começar a distinguir as suas peculiaridades efetivas. Mas se olharmos um animal qualquer, todos eles, por maior ou menor, mais complexo, mais simples que sejam e etc. todos têm que modificar a natureza, sem nenhuma exceção. Da mesma forma, se podemos concluir que o que diferencia os homens para com natureza não é a simples produção de meios necessários a sobrevivência; por outro lado, também, sabemos que um livro de Kant, Balzac, Zola, é a transformação de uma porção da natureza, assim como um quadro de Monet, de Dalí, ou um instrumento musical que servirá a uma bela orquestra de Bach, Mozart, Handel, Bethoven e etc; para complicar ainda mais: se dissermos que o Trabalho é tudo que é feito pelos homens que tem

¹³ (Marx, 1996: 279. TOMO I). Deixamos aqui uma notificação importante: todas as vezes em que citarmos O Capital, estaremos colocando a referência da página e do livro como Nome do Autor, ano, página e tomo. Faremos isso devido ao grande número de citações. As citações serão indicadas em nota de rodapé.

¹⁴ (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2009, p 41-2.)

uma *antecipação mental com uma finalidade de modificar um objeto social*, isso teria graves problemas, pois, em primeiro lugar *todo ato humano é uma objetivação* (transformação de uma matéria em objeto), através de um processo de finalidade antecipada na cabeça. Logo, por mais que esse indivíduo tenha um alto ou baixo grau de conhecimento da realidade a qual se coloca para modificar, ele antecipa um projeto na cabeça antes de atualizar no mundo externo. Dessa forma, uma encenação teatral é uma objetivação dos indivíduos nela inserida. A encenação é, por conter esses atos singulares individuais e/ou coletivo *são produção de um objeto social e, portanto matéria*; e assim por diante.

Para compreender a complexidade dos nexos internos de qualquer categoria, temos que compreender a sua função social¹⁵. Não basta usarmos a citação de Marx e Engels feita no *Ideologia Alemã*, ou qualquer recorte d'O Capital, para apenas dizer que *o primeiro ato histórico seria a produção de novas necessidades*: isso por si só seria factualmente falso, e mesmo insuficiente de mediações: *todos os atos humanos produzem novas necessidade*.

Mais uma vez chamaremos a atenção para o fato de que temos que tomar cuidado com as análises que se baseiam em perder o fio que conduz o pensamento de Marx¹⁶: qual seja, a *práxis social*.

Para além do processo de fragmentação das questões mais relevantes do pensador em questão, o Trabalho só pode ser encarado na sua totalidade prática, ou dentro do processo de concretude histórica, mas pode ser, como qualquer teorização, o reflexo abstrato das condições concretas: como todo reflexo filosófico – ou seja, o

¹⁵ “...compreender a sua origem [de um objeto social], a sua natureza e a função que cada um deles exerceu e exerce na reprodução do ser social..” (Ivo Tonet, 2013. p. 10) “...implica a busca da sua gênese históricossocial, a partir da qual também se desvelarão a sua natureza e a sua função social.” (Idem 13)

¹⁶ Todas as análises Filosóficas em que Marx se baseia, e por nós algumas foram alertadas, sempre correm o risco de passar por uma simplificação grotesca – e aqui não queremos dizer que simplificação não possa ser uma pseudo-complexificação: basta pensarmos nas laudas, pesquisas, livros, palestras, financiamentos e etc. que ficam ultrapassados pelo tempo em questão de anos, até mesmo meses! A compreensão de uma categoria passa pela análise de sua natureza histórica, função social e origem ontológica. Podemos elevar isso a qualquer objeto social. Não se compreende, nem muito menos se coloca perante objetos, ainda mais em se tratando de relações sociais complexas, com métodos apriorísticos, fixos e deformado: quantas citações de grandes pensadores são usadas cotidianamente para justificar uma suposta tese que em sua grande maioria tal pensador jamais correspondeu a elas. Basta pensarmos em algo com a Teologia Da Libertação que Batizou Marx em uma tentativa completamente destorcida, do ponto de vista intelectual. Para um melhor entendimento, ver O Batismo de Marx. In: Dialética em Questão. Campinas: IFIL/PUCCAMP, 1986.

desvelamento da essência, do nódulo essencial, que está velado pelo fenômeno, através do movimento reflexivo através da história e do processo de cada objeto em seu determinado tempo histórico e evolução categorial – é uma aproximação real do objeto a que se inclinamos a pensar, uma forma de abstração das determinações que tornam cada objeto ou categoria uma forma concreta. Ou seja, não só é permitido, como é necessário (no sentido histórico, na idealista) conhecer objeto.

Usaremos as composições filosóficas de Marx mais acabas, portanto, (não é desnecessário novamente falar) para enriquecermos a argumentação com as citações e apreensões das conclusões menos mediadas.

Portanto, argumenta Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. ¹⁷

O Trabalho seria *um* intercâmbio entre o homem e a natureza em que *produz* os meios de produção e de subsistência, no qual sua peculiaridade é que a matéria natural tem que ser manuseada pelo homem através de uma *finalidade* prévia; porém, ao atuar dessa forma, o indivíduo transforma a si mesmo: o Trabalho é um complexo, que ao atuar, constrói não só o mundo físico, mas a matéria social da objetividade e da subjetividade.

Assim, **não basta apenas ser a modificação da natureza para a produção de matéria necessária a manutenção da vida**, tem que, necessariamente se colocar como portador de outras determinações.

¹⁷ (Marx, 1996: 297. TOMO I) Como dito acima, colocaremos apenas nas citações d'O Capital. Mas, se for preciso apontar logo após a citação o faremos. Assim, as citações “predominarão” sendo referenciadas na nota de rodapé, mas não necessariamente todas.

Por sua vez, o *Trabalho coloca em movimento tanto o mundo exterior de quem trabalha quanto a sua própria interioridade*. Ao fim do processo, o indivíduo “desenvolve as potências” da natureza que estavam adormecidas, pelo simples fato de que

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. *Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico* ¹⁸

Nesse sentido, Marx eleva o seu *pressuposto* de que o primeiro ato histórico é a produção de novas necessidades, pois ao descobrir novas propriedades da matéria, pela transformação da natureza, de forma em que há uma finalidade antecipada na consciência¹⁹, com a intenção de produzir meios de produção e de subsistência, os indivíduos se conhecem e conhecem mais a própria natureza externa: nem os indivíduos serão mais como antes, nem mesmo a própria realidade coletiva social: novas necessidades *aparecem*, e novas possibilidades são construídas e – soando redundante – possibilitadas. Pensemos nas propriedades químicas, que ao serem cada vez mais descobertas, seu caráter útil não corresponde mais a apenas a sua utilidade de antes: essa é a capacidade irreversível dos homens fazer sua história, e da própria história se desenvolver: em outras palavras as formas de vida e processos de formas produtivas avançam: ou seja, a capacidade dos homens de fazerem sua história não se limita a algo fixo.

Todo o desenvolvimento histórico, que tem como pressuposto a produção dos meios de produção e de subsistência, é um processo individual e coletivo. Nenhum ato individual pode ser ato isolado, ou fora da sociedade; assim como não existe sociedade sem indivíduos; por outro lado, ao fazerem a história, esses indivíduos, ou mesmo a sociedade como um todo, partem de bases já existentes, dentro de uma sociedade já existente. Esse contínuo processo de reprodução social é o que permite que a história possibilite aos indivíduos uma base de conhecimento cada vez mais aproximado para com a realidade: já que todo o passado foi feito pelos indivíduos em

¹⁸ (Marx, 1996: 165. TOMO I Grifos e negritos nossos)

¹⁹ “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada s um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (Marx, 1996. p. 298)

determinada forma de sociabilidade, as sociedades póstumas podem partir dos conhecimentos das sociedades precedentes para poder conhecê-las melhor, e se reconhecerem também. Outra letra: pelo fato do desenvolvimento histórico ser algo feito pelos indivíduos, e que esses mesmos indivíduos poderem ser partícipe de uma sociedade mais desenvolvida que as anteriores, a realidade humana pode ser conhecida cada vez mais: tanto a sociedade pode ser conhecida, quanto a natureza: os homens no decorrer da história adquirem mais habilidades, conhecimentos que anteriormente era impossível de se ter. *O todo social é um objeto humano*, toda a sociedade é um objeto criado pela humanidade: desde um simples pedaço de madeira organizado de tal forma para servir de pesca, arado, machado, e etc. até as grandes plantas de empresas, chão de fábricas, linhas de montagens que abarcam todo o mundo; dos atos singulares mais simples, aos amores retratados pelos romancistas e poetas mais complexos, tal qual como Shakespeare pode refletir em sua dramaturgia: tudo isso pode ser conhecido porque são produtos humanamente constituído.

O conhecimento, portanto, não é algo que “nasce” inato ao desenvolvimento da matéria biológica, o conhecimento é um processo histórico. E por ser um processo histórico que nasce da necessidade da produção dos meios de produção e subsistência, tal conhecimento tem que se *subordinar* as legalidades da matéria natural. Ou seja, tem-se que respeitar a legalidade objetiva da matéria. (A velha conversa de que “não se tira leite de pedra”.)

O conhecimento, portanto é um ato em que os indivíduos vão se aproximando cada vez mais do objeto, mas esse “aproximando” é unicamente no sentido de que o conhecimento é historicamente determinado, e não algo que jamais conheceremos por não haver possibilidade de conhecer o objeto *por completo*: conhecemos os objetos, ou ao menos temos que partir de que: o nosso conhecimento sobre determinado objeto é algo que corresponde a um ato histórico, portanto dentro dos limites das necessidades e possibilidades dadas: só foi possível sabermos que a terra é redonda por conta dos avanços das forças produtivas e da história e não apenas da técnica e da tecnologia – essas, técnica e tecnologia, são subordinada aquelas determinações. Dessa mesma forma podemos usar o exemplo da Mercadoria: só foi possível desvelar o que de fato era a mercadoria, suas características, peculiaridades e legalidades próprias, devido ao desenvolvimento histórico que, no capitalismo, tornou possível a explicitação de tal categoria : não foi apenas a sociedade que

“evoluiu” e possibilitou os homens conhecermos a mercadoria, mas que a mercadoria, por várias mediações, e conseqüências, ao logo do desenvolvimento social, tornou-se possível de explicitação teórica, por ter se tornado plenamente social a ponto de ter seu ser explícito na reprodução social. Ou seja, só foi possível conhecer a mercadoria de maneira plena, porque a própria mercadoria se tornou plena²⁰; e o conhecimento, possibilitado pelo avanço das forças produtivas, e processos evolutivos sociais, permitiram tal conhecimento.

Quando Marx afirma que o homem antecipa na cabeça a sua finalidade para o ato de produção, não se pode pensar que a finalidade que está na cabeça é um conhecimento, como falamos, em sentido de Teoria de Conhecimento. Se afirmássemos que o Trabalho é o que diferencia os homens da natureza, seria contraditório dizer que o conhecimento é algo antecedido a ele. O que se apresenta como fundamento, não pode jamais, ele mesmo ser fundado por outro complexo ou categoria; isso é, tanto do ponto de vista metodológico, como do ponto de vista categorial do ser, algo impensável.

Por outro lado, se se tem finalidade prévia na consciência, temos que ter minimamente pensamento abstrato, e portanto algo que retira da realidade objetiva um pouco do reflexo do mundo: do que o mundo é na sua imediatez sensível.

No mesmo raciocínio de que não há indivíduos sem sociedade, nem sociedade sem indivíduos, não podemos concordar que apenas um indivíduo isoladamente deu origem a um todo, e que antes não tinha uma sociedade, mas apenas um único indivíduo; logo, era necessário que esse tal *indivíduo*²¹ vivesse minimamente em grupo. Se tais primatas²² viviam em grupos, é necessário que existisse um certo nível de sinais, mas não uma linguagem da qual estamos acostumados a pensar: pois se essa existisse, Marx estaria completamente errado, e o Trabalho seria, definitivamente

²⁰ O que não quer dizer que se esgotou a possibilidade de conhecer cada vez melhor a “intimidade da matéria” mercadoria. Pelo contrário, com o avanço da sociedade capitalista, pode-se conhecer mais as manifestações e movimentos da mercadoria já em outro nível: o nível da sociedade atual.

²¹ Tomemos cuidado com o termo indivíduo. Pois, se antes do ato de Trabalho não havia sociedade, logo não havia indivíduos. Então o que estamos querendo dizer com essa palavra não corresponde aos indivíduos que pertence a sociedade enquanto tal. Por isso vamos nos utilizar da palavra primata para designar esses “indivíduos” que precedem a sociedade e que não passavam de animais superiores bípedes.

²² Chamamos Primatas aqueles seres biológicos que ainda não realizam Trabalho, nem vive, portanto, em sociedade, mas em bandos, como na nota anterior.

não mais o fundamento – seguindo o raciocínio do conhecimento acima citado, e da própria sociedade: ou seja: não existe um fundamento que seja fundado. O que é fundamento é fundamento pelo fato de fundar e não pelo fato de ser fundado. É um erro não só filosófico, mas metodológico por si só – que a própria lógica vulgar desautoriza qualquer possibilidade de certeza.

Problema posto, temos que resolver!

Todas as questões têm que ser analisadas a luz de que o Trabalho é um todo, um processo social.

Lembremos uma das passagens mais conhecidas de O Capital:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (Marx, 1996. p.297-8)

Tudo que falamos pode ser resumida nessa passagem. Mas, analisemos mais atentamente algumas questões, e ficará claro que tal passagem lida ou interpretada de maneira isoladamente acabaria com a sua própria realização enquanto momento efetivo da realidade.

Se por um lado o *processo de trabalho*²³ pertence à apenas o gênero humano, ele tem uma peculiaridade, ou como queiram, uma função social, que nada mais é do que a forma como tal coisa age na reprodução social. (Um parêntese para mostrar uma coisa recorrente: *Função Social* não é apenas, por nós, entendido como *algo funciona*, mas *como se comporta dentro* do processo de reprodução social. Há várias

²³ Não utilizaremos a letra maiúscula nesse caso, por ser uma categoria única: processo de trabalho e Trabalho são categorias diferentes.

formas de o Trabalho funcionar²⁴, mas todas elas cumprem a uma função social, em um determinado período histórico, de retirar da natureza os meios de produção e subsistência necessários a preservação do gênero humano.)

Mas, como qualquer ser vivo do reino animal tem que modificar minimamente a natureza para manter sua massa biológica viva, essa peculiaridade não garantia a especificidade competente a exclusivamente ao gênero humano. Logo, essa peculiaridade do Trabalho que a torna *específica* do gênero humano, só pode ser específica pelo simples fato de que há uma antecipação na cabeça para depois ser posta no mundo, ser construída. Porém, a modificação da matéria natural implica que essa antecipação na cabeça tenha um mínimo limites das possibilidades da matéria natural a qual se tem a intenção de modificar, caso contrário, todo projeto não terá tido sua finalidade completada.

Porém, no fim de todo o processo, o mundo já não é mais o mesmo, pois tem algo novo, que a matéria natural por si só não faria: uma casa é uma organização de várias pedras, argila, madeiras e etc. essas matérias naturais existem na terra, mas a organização, quer seja, a matéria natural modificada para determinados fins, tem que ser apenas matéria natural transformada; de outro lado, digamos que no meio do processo pode-se descobrir que tal pedra é melhor para se fazer uma armadilha, que tal argila serve para fazer panelas, e a madeira serve para produção de varas, e assim em diante. Esse conhecimento permite que agora novas possibilidades possam aparecer para atender necessidades que antes não existiam: no fim do processo, tanto o mundo não é mais o mesmo, como os indivíduos que participaram na sua cabeça o processo têm novas habilidades que antes “estavam adormecidas” – e agora propriedade adormecidas na matéria natural ganham possibilidades de serem acordadas.

O fato de agora existirem novas possibilidades e necessidades no mundo, e necessidades e possibilidades (e também habilidades, conhecimentos, sensibilidades e etc) é o que Marx denomina como o final de todo o processo, seja individual ou não: podemos agora concluir que o Trabalho nos remete, expõe e abre as vias da história

²⁴ Veremos, de maneira aprofundada, essa questão, no próximo capítulo.

para além do próprio ato em si: eis que o primeiro ato é a produção de novas e ricas necessidades.

2. Lukács e o problema da Ontologia

Para começarmos um debate com G. Lukács, temos que antes de tudo problematizar o porquê de tal inclinação para o pensador.

De um lado, é claro que o escritor de *A Ontologia do Ser Social* é de longe o que mais se inclinou para os estudos de uma possibilidade de efetivação de um pensamento ontológico em relação ao marxismo. Por mais que o debate já venha sido muito tratado, nos basta ao menos apontar o que seria uma possibilidade de ontologia junto ao marxismo.

Por outro lado, o pensador em questão é um dos poucos que têm se debruçado sobre a questão do Trabalho com uma disposição incrivelmente superior a qualquer outro (superior não só na qualidade, mas na quantidade de textos escritos tendo como base os pressupostos de que o Trabalho é o fundamento do mundo dos homens). Todas as discussões que tentam minimamente pensar o Trabalho perante a uma inclinação marxista, têm necessariamente que passar pelos estudos de Lukács: partidários ou não têm total convicção de sua importância sobre a questão.

Um outro ponto tem que ser colocado: é possível uma ontologia marxista, já que a ontologia está inteiramente ligada a uma tradição marcadamente idealista, e que muitas vezes é referenciada a uma inclinação greco-medieval?

Nossa resposta é de total concordância com a possibilidade de uma ontologia do ponto de vista marxista. Sérgio Lessa em seu texto *Per una Ontologia dell'Essere Sociale: um ritorno à Ontologia medieval?* é claro e objetivo ao enfatizar que não só é possível uma Ontologia marxista, mas que G. Lukács a fez devido à natureza de sua busca.

Quando no início tentamos argumentar que *o fio condutor de Marx seria a possibilidade de uma investigação que seguisse seu método*, estamos convencidos que Lukács seguiu tais pressupostos. Em sua formulação sobre o Ser Social, tal pensador começa a compreender todos os fenômenos sociais como um processo

histórico, como a realidade sendo uma síntese dos atos humanos, onde nada mais no mundo pode ser entendido como algo que não um construto humano, e que tem no Trabalho – sempre na esteira de Marx – o fundamento do mundo humano. Assim, não há na realidade nada que não seja historicamente determinado e composto e concebido pela humanidade.

Como melhor nos argumenta Sergio Lessa sobre a possibilidade da *Ontologia* de Lukács não ser marxista, diz ele:

A contraposição a esta tentativa de reduzir a ontologia de Lukács ao pensamento medieval poderia se dar por vários ângulos. Todavia, dado o espaço, iremos diretamente ao aspecto central desse debate: a categoria da substância. Como sabemos, a radicalidade da compreensão do real aberta por toda ontologia tem na categoria da substância seu problema decisivo. Por isso, se houver uma ruptura radical de Lukács com a ontologia tradicional, não há como esta ruptura não se manifestar por inteiro na sua concepção acerca da categoria da substância. Na ontologia de Lukács, o traço decisivo da substancialidade é sua historicidade.²⁵

E continua

Por *substância histórica* Lukács designa uma substância cuja essência nem é dada *a priori*, nem se dilui na esfera fenomênica. Entre uma concepção ontológica que distingue essência e fenômeno enquanto graus distintos do ser e uma outra concepção que dilui a essência no fenômeno, Lukács contrapõe seu *tertium datur*: pelo fato de o ser ser histórico, sua essência não apenas não é dada *a priori*, como ainda se consubstancia ao longo do processo de desenvolvimento ontológico. Se não há nenhuma anterioridade da essência em relação ao ser, nem da essência em relação ao ente, do mesmo modo, 'o fenômeno é sempre algo que é e não algo contraposto ao ser', é 'parte existente da realidade social'²⁶.

O mesmo pressuposto de Marx, é o usado por Lukács em sua *Ontologia* – livro que, mais uma vez, é dedicado exclusivamente aos estudos de inclinação marxista à respeito de uma possibilidade de análise do ser enquanto tal, e este ser como resultado do processo histórico. Isso retira toda a proposta que se tem de tirar a legalidade de uma possível *Ontologia Marxista*.

Se tudo é construto das ações humanas, se a realidade humana e, portanto, o mundo social são feitos pelos atos humanos, e que até mesmo a própria essência humana é um constructo social e histórico, também, então, nada mais é do que a

²⁵ (LESSA, Sérgio. 2015, p 147-8)

²⁶ Idem. Citação do Lessa, nessa parte, corresponde a: Lukács, G. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979, p. 84.

própria humanidade que cria a si mesma. Portanto, podemos insistir que o pensamento de G. Lukács está intimamente ligado às formulações de Marx.

À primeira vista, pode-se pensar em algo estranho, e deslocado, para com a palavra *ontologia*, como havíamos falado, pois ela carrega todo um peso histórico: que a conflui sempre para uma determinada conceitualização ligada a algo não-materialista.

Em uma coletânea de entrevista²⁷ que foi concedida a Hans Heinz Hoz, Leo Kofler e Wolfgang Abendroth²⁸, em Setembro de 1966, Lukács é perguntado sobre o que seria, portanto o objeto da Ontologia, já que, segundo os entrevistadores, o objeto da ontologia clássica é a teoria das categorias, responde:

Direi que o objeto é o que existe realmente, a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior. Daqui decorre um ponto que aparentemente nos leva um pouco longe, mas que deve ser igualmente tratado no início. Penso num problema que em nosso tempo, pelo que sei, foi colocado pela primeira vez por Nicolai Hartmann; trata-se do fato, já por ele descoberto na natureza inorgânica, de que os fenômenos complexos têm uma existência primária. O complexo deve ser estudado como complexo, para depois chegarmos aos seus elementos e aos processos elementares. Por isto, o problema não é o de encontrarmos determinados elementos para depois construirmos certos complexos a partir de sua ação recíproca, como em geral pensam os cientistas. O senhor se recordará que Hartmann viu complexos deste tipo, de um lado no sistema solar e, de outro, no átomo. Creio que é um pensamento muito fecundo. É claro que uma ciência biológica não é possível se não entendemos a vida como um complexo primário. A vida do organismo inteiro representa a força que, em última instância, determina os processos singulares. A síntese dos movimentos de cada músculo, dos nervos, e de todo o resto, mesmo que os conhecêssemos um a um com precisão científica, a soma destas partes, diz, nunca poderia fazer surgir um organismo. Ao contrário, *os processos parciais só são compreensíveis como partes do organismo completo*²⁹

Nota-se o corte nodal que Lukács enfatiza sobre o problema de conhecer a realidade social na investigação iminente, do mundo enquanto tal e não em algo a priori, como nos mostra: portanto, dá-nos total possibilidade de garantir que Lukács está na esteira de Marx, por mais que essa afirmação seja algo que precisa ser mais

²⁷ O livro ficou conhecido entre nós como *Conversando Com Lukács (Entrevistas à Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz)*, publicado pela **Editora Paz e Terra**, mas que o **Instituto Lukács** veio a fazer uma recente publicação – é dessa edição que faremos uso.

²⁸ Pensadores marxista e professores universitários.

²⁹ (LUKÁCS, Georg. 2014, p. 27-8. Grifos nossos.)

demonstrada, aqui, pelo espaço e objetivo do texto, é-nos claro que essas questões metodológicas para prosseguirmos as investigações à respeito do Trabalho, tem no pensador húngaro uma forma de ser que nos dá legalidade e propriedades para analisarmos seu texto a respeito de nosso objeto de pesquisa.

3. Marx, Engels e Lukács: o Trabalho como fundamento do mundo humano

Se para Marx o ato fundante do mundo dos homens é o Trabalho, quer seja: uma ação consciente que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência, em meios indispensáveis a vida humana e à reprodução social, e que, ao realizar tal processo os homens já não são mais os mesmos, nem a própria realidade a sua volta: o *todo* social muda. Novas necessidades são criadas, tanto nos indivíduos quanto na sociedade; por outro lado, a sociedade tem novas possibilidades que antes eram impossíveis, assim como os próprios indivíduos criam novas possibilidades, habilidades e conhecimento – e a própria sensibilidade. A sociedade, portanto, tem um desenvolvimento que tem nos atos individuais e coletivos o ponto principal, o fundamento do desenvolvimento da realidade: a práxis é o elemento da realidade em movimento. Esse (processo de elevação da substância social humana de ir “para além de si” através dos atos humanos) é o desenvolvimento das forças produtivas: não só da técnica, mas de todas as formas de manifestação da vida social.

Temos que analisar os pormenores das categorias que fazem parte do complexo do Trabalho para expor de maneira mais concreta a relação dessa categoria com o capitalismo³⁰.

3.1 O Salto Ontológico: o homem como demiurgo de si

As categorias expostas aqui serão aquelas que G. Lukács usou em sua obra *Ontologia do Ser Social*. Mas que são as mesmas analisadas por Marx. A única diferença é que o pensador húngaro *usou conceitos a mais* para fazer uma melhor expressão e exposição analítica das questões. Teremos o cuidado de mostrar cada

³⁰ Tema da segunda parte do texto

um desses conceitos no pensamento do escritor d'O Capital, e como há confluência em termos gerais com o autor da Ontologia do Ser Social.

Se para Marx e Engels a realidade social é uma forma de matéria da qual derivou do ser natural – e entenda-se aqui “natural” como a natureza orgânica e inorgânica – nada mais nítido que essa derivação (ou seja, a forma material da realidade social) tem que corresponder a um a) ato histórico, pois se fosse apenas a continuação necessária e cronológica da evolução natural, então a humanidade não seria nada mais que a expressão de uma *natureza a-histórica*; e um b) ato humano. Parece tautológico, mas temos que separar as questões. O homem, para Marx é o único ser vivo³¹ que age de forma consciente na e pela história, e esse ato só pode ser um ato singular em questão. Falar que a forma social de matéria não é algo que se põe no mundo pelo desenvolvimento cego da natureza, é exigir que se coloque, então, os homens como aqueles que se fizeram a si e por si: tirando assim toda possibilidade de que a história humana tem ao menos um *quantum* de algo não humano.

Engels em seu texto intitulado *Sobre o papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*, tenta mostrar como os atos dos primatas eram, no limite, algo que tem apenas uma *forma* aparente de produção humana. Mas, que é através do Trabalho que as necessidades vão se criando, e até moldando a nossa massa biológica.³²

³¹ Só a título de informação. Pode ser que entre nós houve outra espécie animal que saiu da esfera natural e se pôs como partícipe do gênero humano. A espécie foi encontrada na Ilha das Flores que se localiza na indonésia. Os estudos mais recentes mostram que os últimos dessa espécie viveram até mais ou menos 13.000 anos atrás (outras pesquisas apontam que na verdade poderia ser a mais de 50.000 anos, o seu desaparecimento). O bípede é chamado de Homo Floresenses, em homenagem ao local onde fora encontrado. Se as pesquisas se confirmarem teremos tido no planeta terra uma humanidade com duas espécies. Ou seja, essa espécie, assim como a nossa, só terá razão de existir enquanto humanidade por um único fato: ter a capacidade de realizar Trabalho; não uma capacidade “intelectual”, “orgânica” de sua caixa craniana: mas, de através da organização comunal da qual faziam parte e existiam fez com que houvesse a possibilidade de ser realizado o Trabalho – na acepção como fora dito acima! Não adentraremos nessa questão devido ao pouco material científico existente. Mas, podemos adiantar que se de fato eles foram humanos, necessariamente têm que terem realizado o Trabalho – nos termos e conceitos categoriais de Marx, Engels – e na mesma esteira: Lukács.

³² Muitos dos dados postos por Engels está ultrapassado pelas pesquisas recentes sobre a genealogia orgânica dos homens. Porém, para além das tentativas científicas por ele feita na intenção de se tornar uma análise mais concreta, sua filosofia, análise real da própria legalidade do Trabalho, continua válida. Os erros científicos só mostram o contrário: que aquilo que é essencial na filosofia de Marx e Engels continua válida. Esse erro, ou suposta imprecisão de Engels, é o risco que todos têm ao querer provar de maneira empírica os pressupostos da história: a empiricidade apenas pode nortear, mas jamais ser

Para Marx “A própria história é uma parte real da história da natureza, do devir da natureza até ao homem.”³³. Dessa forma, podemos, com todo cuidado dizer que a história da humanidade tem uma *dependência* real para com a natureza, em se tratando de a natureza ser a fonte em que os homens, através do Trabalho se mantem; por outro lado, a nossa forma biológica é Natureza: o nosso corpo é um conjunto de porções orgânicas e reações químicas. Todo o nosso corpo é formado por matéria natural: seja os componentes químicos, sejam a relação desses componentes para formar um órgão, ou seja, a complexidade da relação dos órgãos entre si e com os processos químicos junto com as singularidades químicas e orgânicas como um todo: o nosso corpo é um complexo de uma organização bioquímica.

Nossa matéria orgânica-biológica social não é apenas “social”, mas a nossa forma de ser é social, na medida em que temos a carga biológica que está presente em todos os animais, ou formas biológicas, ou seja, nossa massa orgânica. Podemos dizer que uma parte de nossa matéria é composta de matéria natural, mas que não tem nenhuma determinação essencial para com *ligação* com a matéria social que somos como um todo: a realidade do ser social é qualitativamente superior a matéria natural.

Se formos apontar as formas de ser que existem na natureza, podemos claramente classifica-las em três: Ser Inorgânico, Orgânico e Social.

algo definitivo na compreensão da abstração filosófica. É nesse sentido que Lukács, já no início do Capítulo sobre o Trabalho em sua Ontologia fala:

“[...] Já falamos, em outro contexto, dessa linha evolutiva do social, daquilo que Marx chamou de ‘recuo das barreiras naturais’. Na verdade, aqui é interditada, a priori, qualquer experiência que nos possa fazer retornar aos momentos de passagem da prevalência da vida orgânica à socialidade. É exatamente a total irreversibilidade ligada ao caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o hic et nunc desse estágio intermediário.

Deste modo, nós não podemos ter um conhecimento direto e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode obter é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, para o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído — no pensamento — a partir daquele superior, de sua direção evolutiva, de suas tendências de desenvolvimento. A maior aproximação nos é trazida, por exemplo, pelas escavações, que lançam luz sobre várias etapas intermediárias do ponto de vista anatômico-fisiológico e social (utensílios, etc.)” Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Social*

³³ (MARX, Karl. 2015, p 355)

Todo ser inorgânico faz parte da história do universo – que não nos deixe mentir as recentes descobertas do O Large Hadron Collider (LHC), ou Grande Colisor de Hádrons³⁴ nas pesquisas em aceleração de partículas. A história da natureza orgânica é mais tardia. Pense-se no tempo que levou para a terra ter vida – mesmo sabendo que em outros lugares do universo a vida possa ser possível, a vida é algo tardio na história do universo, se analisarmos a vida como um complexo de interações de processos e reações químicas.

Se por um lado tudo que existe é matéria, em diferentes graus de organização, nem toda matéria comporta o mesmo estatuto de ser.

O desenvolvimento do universo, com todas as suas mediações, mostra que há uma história do universo que pode ser conhecida, e que a história humana nada mais é do que algo tardio. Mas, não podemos dizer que foi uma relação necessária de acontecimentos que fez com que a humanidade viesse a surgir. Imagine uma catástrofe, ou qualquer evento natural que destruísse as possibilidades de surgir a vida na terra, jamais teriam nascidos os primeiros primatas, e assim o homo sapiens, logo, destruiria a possibilidade de a humanidade, que através do ato de Trabalho, faz com que a história humana entrasse em cena no universo.

Não podemos precisar com atenção necessária, mas sabemos que não é simplesmente da existência das matérias inorgânicas que surge a vida de maneira necessária, também: a vida é um conjunto de fatores que em nada, nem *em germe* poderia ser antecipada como algo que apenas deveria acontecer e, por isso, aconteceu. Para isso foi preciso que as possibilidades se fizessem presentes na própria composição química, mas não de forma necessária.

O que queremos mostrar é que as três *esferas de ser* têm algo em comum: todas elas são matérias organizadas de maneira diferente; também existe uma *dependência ontológica* das mais “elevadas” as menos complexas: a vida depende incondicionalmente da matéria inorgânica, e o ser social tem uma dependência *quase* que completa da matéria orgânica: pensamos na impossibilidade de se viver sem se alimentar – para não falarmos na habitação, energia elétrica e etc. A dependência do homem para com a natureza é clara: porém o ser humano é capaz de colocar as

³⁴ Mais informações no site: <https://home.cern/topics/large-hadron-collider>

forças da natureza a sua disposição e a sua vontade: e assim sua dependência tende a diminuir cada vez mais. Essa é uma tendência que Lukács denomina de *afastamento das barreiras naturais*³⁵.

Esse *afastamento* não quer dizer *fim da dependência da massa biológica dos homens perante a natureza*, pelo contrário: esse processo demonstra uma dependência, porém com requintes de sociabilidade. Se na esfera de ser social, a criação do novo, do constantemente novo, através dos atos que criam novas possibilidades e necessidades, são pressupostos; nas outras duas esferas, inorgânica e orgânica, revelam que essas *não têm possibilidade de criar o novo*: de terem produzido novas possibilidades e necessidades: sua existência é *limitada* pelas *barreiras naturais*.

Essa capacidade de fazer constantemente o novo – a história – é o que nos diferencia dos animais: não há a história dos modos de produção dos gatos, cavalos, cachorros, nem dos peixes, nem muito menos de qualquer primata com uma aparente capacidade de conhecimento.

Nenhuma das ações desses animais podem remeter para além do conhecimento imediato.

Pensemos num animal que por mais adestrado que há, não cria o novo, não cria possibilidades para além das necessidades imediatas.

O que queremos dizer é que mesmo nós, sendo matéria orgânica, que contemos reações químicas, nossa vida não é, nem será, redutível a natureza³⁶.

³⁵ Essa mesma categoria é usada por Marx n'O Capital. Isso não é criação de Lukács. Como falamos: esse pensador é devedor de toda a síntese de Marx, mas o autor de A Ontologia do ser social, faz uma exposição – repetimos – pormenorizada.

³⁶ Em seu mais recente texto Possibilidade, lei e acaso: os físicos e seus incríveis ciclotrons, Publicado no Anuário Lukács 2016, Instituto Lukács, Sergio Lessa argumenta que:

“Tomemos a vida como exemplo. Estamos muito próximos de identificar a vida em Marte. Se essa previsão se confirmar, teremos, então, a possibilidade de investigar o surgimento da vida em outro contexto que não nosso planeta. Enquanto isso não ocorrer, o único caso que conhecemos de surgimento da vida é limitado ao *pale blue dot* em que habitamos. Tanto quanto sabemos – e isto não expressa o quanto de provisório têm as próximas linhas – a vida surgiu no universo há cerca de 3,5 bilhões de anos atrás no planeta Terra. Sabemos que suas formas primeiras eram muito mais simples do que a enorme maioria dos seres vivos que hoje conhecemos: surgem como organismos que não são mais do que algumas proteínas e lipídios em uma organização que possibilita que reproduzam a si próprios. Assim surge a vida: os processos biológicos pelos quais os organismos reproduzem a si próprios e em que opera a seleção natural.

O mundo do gênero humano é a natureza transformada; o homem não pode ser considerado como “natural”, mas social, que repousa na base ineliminável que é a sua massa biológica. Nos *Manuscritos de 44*, mesmo ainda em sua fase de “juventude”, o autor de O Capital tem a formulação precisa dessa nossa argumentação. Diz ele

Tu podes replicar-me: eu não quero pôr o nada da natureza etc.; pergunto-te pelo seu ato de surgimento, tal como pergunto ao anatomista pela formação dos ossos etc. Mas, na medida em que, para o homem socialista, ***toda a chamada história do mundo não é senão a geração do homem pelo trabalho humano***, senão o devir da natureza para o homem, assim ele tem, portanto, a prova irrefutável, intuível, do seu nascimento através de si próprio, do seu processo de surgimento. Na medida em que a essencialidade do homem e da natureza se tornou praticamente, sensivelmente intuível, na medida em que o homem [se tornou praticamente, sensivelmente intuível] para o homem como existência da natureza e a natureza para o homem como existência do homem, a pergunta por um ser alienado, por um ser acima da natureza e do homem – uma pergunta que encerra a confissão da inessencialidade da natureza e do homem –, tornou-se praticamente impossível.³⁷

O ato de si criar o novo (e novas possibilidades e necessidades) através do Trabalho se torna apenas o início da história humana, sem eliminar sua base orgânica natural, onde essa agora passa a ser sensível ao homem, a ser conhecida. Portanto, a história da humanidade não tem *nenhuma necessidade na natureza*, mas retira dela os meios necessários a sua existência. A vida social tem, logo de início, sua *forma social*, e não algo que *aos poucos* foi se formando, pois “logo que a nova constituição

Que a vida não é redutível aos processos químicos e físicos, que uma planta não é solo do qual se alimenta, é algo que não é preciso que argumentemos. Menos cotidianamente evidente, contudo, é que tudo que compõe os seres vivos, os átomos e os processos químicos e físicos de seu metabolismo são praticamente os mesmos encontrados na matéria inorgânica. Praticamente, porque há compostos químicos que apenas são gerados no metabolismo dos seres vivos, porque há reações químicas que apenas estão no metabolismo dos seres vivos. E, contudo, mesmo compostos e processos orgânicos são passíveis de serem decompostos em processos e em substâncias do inorgânico. A vida é composta pelo que “veio a ser”, pelo desenvolvimento, do inorgânico. E, contudo, a vida não é redutível à matéria inorgânica que a compõe.

Em um patamar mais simples, isso já é constatável na matéria inorgânica. Que o hidrogênio possui propriedades que são distintas do próton e do elétron que o compõem, que a água possui qualidades que são distintas da qualidade do hidrogênio e do oxigênio etc. são eventos naturais facilmente reconhecíveis.”

³⁷ (MARX, Karl. 2015, p 258-9 Negritos e itálicos nosso)

do ser se torna efetiva, mesmo que em atos isolados e inteiramente primordiais”³⁸ a sociedade se coloca como tal.

De início, sendo um pouco tautológico, o homem já é homem, o ser social é ser social, e não uma passagem da natureza para a sociedade que ainda essa guarda resquícios naturais: a única porção natural do ser vivo *humano* é sua massa biológica, porém, isso, *em nada*, e *por nada* modifica o fato de **o ser social ser plenamente social**.

Por exemplo, as relações que era tidas como naturais passam pelo clivo social que vai se intensificando cada vez mais. A complexificação da sociedade, a complexificação dos indivíduos e do todo campo social, através, e pelo desenvolvimento histórico, permitem que aqueles “modos de vida natural” que entendemos como algo intimamente natural, venham a ser realmente reconfigurado como algo plenamente social. Pensemos no próprio ato de reprodução da massa biológica: a alimentação (a fome) – até mesmo as relações sexuais. Como aponta o pensador húngaro

[...]as formas de uma relação biológica tão elementar como a sexual são, em última análise, determinadas pela estrutura social que se tem no respectivo estágio da reprodução. Isto acontece em todos os campos. Tomemos a relação entre jovens e velhos. À primeira vista parece uma relação de caráter biológico, na realidade, os anciões devem a sua posição respeitável às experiências acumuladas durante uma vida mais longa e, desde que elas se fundam na atividade social, sobretudo no trabalho no sentido mais lato, e já que a natureza é somente o local de trabalho (a floresta para a caça), a vida mais longa não é senão a base biológica sobre a qual se realiza a acumulação das experiências de vida socialmente importantes. (Mas, na medida em que as experiências socialmente decisivas não são mais acumuladas por via empírica e conservadas na memória, mas são deduzidas por generalizações, vai gradualmente decaindo esta posição exclusiva dos anciões).³⁹

Ou, que mais adiante é claramente esclarecido de maneira objetiva e indubitável, sobre a análise em questão, quando se aponta o caráter iminente social de questões que à primeira vista parecem ser ‘plenamente naturais’. Em relação a fome, por exemplo, que é (e isso não necessita nem de demonstração empírica, nem muito menos filosófica) um fato completamente marcante na vida e morte dos

³⁸ Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto // *Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*

³⁹ LUKÁCS, György. **Ontologia dell'essere sociale**. II. Roma, Riuniti, 1981. (Capítulo: A Reprodução, pp.133-331). Tradução encontrada no site <http://sergiolessa.com.br/index.html>

seres humanos: pois, se pararmos de comer, nossa massa biológica desaparece: não há ser vivo no mundo que não necessite de comida, porém os seres humanos têm uma peculiaridade ao defrontasse com esse problema que é a relação entre a manutenção da sua massa biológica viva. Diz Lukács

Falaremos por extenso, mais adiante, das categorias específicas do ser social que não mais exibem qualquer analogia com aquelas da esfera da vida. Aqui, onde nos interessa acima de tudo ilustrar as divergências elementares entre as duas esferas do ser, é mais útil nos determos naqueles momentos nos quais se evidencia a insuprimibilidade última da vida biológica, mas nos quais, ao mesmo tempo, descobrimos com igual clareza **que eles são nitidamente modificados no conteúdo e na forma pelo desenvolvimento social, pelas suas formas de reprodução**. Para começar, partiremos da alimentação, que é fato inevitável para a reprodução biológica de cada ser humano enquanto ser vivente, e nos referimos às anotações escritas por Marx: 'A fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diferente daquela que devora carne crua, se ajudando com as mãos, unhas e dentes'. Aqui é enunciada com clareza a dupla determinação: o caráter insuprimivelmente biológico da fome e da sua satisfação, e, ao mesmo tempo, o fato de que todas as formas concretas desta última são funções do desenvolvimento econômico-social. Porém, seríamos superficiais e não iríamos além dos aspectos externos se entendêssemos a fome biológica como 'base' supra-histórica e a forma social da sua satisfação como 'superestrutura' variável que a deixa imutável. Deixando completamente de lado a questão que a passagem dos homens à alimentação carnívora não pode senão ter provocado também consequências biológicas, permanece o fato de que a regulação social da posse da comida tem, indubitavelmente, efeitos biológicos.⁴⁰

Dessa forma, fica claramente colocada que os seres humanos têm uma insuprimível base biológica, mas que essa se torna cada vez menos determinante, contudo, não definitivamente superável. O afastamento das barreiras naturais, aquilo que chamamos de o ato de fazer história, em que a dependência perante as forças da natureza, se concretiza sem se realizar por completo – afastamento, aqui, jamais será sinônimo de eliminação.

Como parte da história da natureza, mas não como história que se desprende e se desenvolve de forma necessária a ela, os seres humanos, através do Trabalho, conseguiram ser *seus próprios criadores*: portanto: não a nada que é do mundo real que não seja uma construção histórica dos homens. (Até o próprio universo tem sua história; isso é o que caracteriza a possibilidade de conhecer as coisas: conhecer seu

⁴⁰ LUKÁCS, György. **Ontologia dell'essere sociale**. II. Roma, Riuniti, 1981. Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *// Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (Grifos, itálicos e negritos nossos)

processo de construção, seu início e desenvolvimento. Essa condição – tudo ser processo – serve tanto para a natureza, quanto para a matéria orgânica e inorgânica, e, claramente, para a história humana)

Todos os processos de que sabemos das formas de ser, não podem ser uma continuação *necessária*: o orgânico não tem em germe o ser social, nem o inorgânico tem muito menos em germe qualquer possibilidade de matéria orgânica, quiçá do próprio ser social. A criação, ou formação de outra esfera de ser, é sempre mediada através de um *Salto Qualitativo* – utilizando-nos da letra de Lukács: um Salto Ontológico.

O Salto tem que ser entendido como algo que acontece devido as possibilidades ocorridas pela organização da matéria: o inorgânico chegou a tal organização, não *necessária*, a qual possibilitou a existência da vida terrestre. Dessa vida, houve uma forma de organização em sua legalidade e movimento interno que possibilitou a formação do ser social. Como afirma Lukács, o Salto é algo abrupto, uma ruptura na qualidade de ser para a formação de outro ser, não é nada contínuo.

A lei natural do oxigênio, sua legalidade interna, não tem nada em germe que mostre que ele junto a uma molécula de hidrogênio faria a componente água. Por isso Marx vai dizer que as verdades científicas parecem paradoxais. Não há uma necessidade na natureza, ou como queiram, uma Teleologia na história que permitam-nos afirmar que *as coisas são como deveriam ser*. As coisas são de tal forma, e é papel da ciência desvelar a essência por trás do véu que encobre toda a realidade: não há *necessidade* na natureza de ser o que ela é, nem muito menos uma teleologia.

Em outras palavras, não é porque algo já aconteceu que necessariamente deveria acontecer. O acaso tem suas formas de manifestar.

O Salto Ontológico, na esfera do Ser Social, é, repetimos, pois é necessário tal repetição, o primeiro ato histórico possibilitado pelo Trabalho. Assim

[...] todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal

do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser.⁴¹

Por isso temos que afirmar que não se pode apenas entender o Trabalho de maneira fragmentada como querem muitos dos teóricos, marxistas ou não. Essa categoria tem que ser compreendida na sua complexidade completa, como um todo que se coloca em partes, mas que se matem como uma totalidade. Além de produzir os meios de produção e de subsistência, o Trabalho torna o ser biológico, qual seja o primata, em ser social, e o torna *inevitavelmente* em esfera social. Assim, não há possibilidade de *regresso* na história – do ponto de vista das manifestações do ser⁴². Esse é o duplo caráter do Trabalho: *mudar completamente toda a história do universo, enquanto cria o novo*: agora, em meio a tudo no universo, existe uma forma de ser que foi originado por *seus próprios atos*⁴³: a história humana é, então, agora, partícipe da história do universo – essa, junto a toda a história das esferas da natureza orgânica e inorgânica, regida pelas leis “se... então”; e aquela (história da humanidade) por atos socialmente estabelecidos e antecipados na cabeça dos indivíduos. Adiante veremos o caráter e papel do *acaso* na totalidade social, e que é nessa esfera o único local onde indiscutivelmente existem atos pensados, antecipados na cabeça antes de

⁴¹ Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*

⁴² A destruição das forças produtivas não faz o ser social regredi. Se quisermos exemplificar com as guerras, poderíamos dizer que do ponto de vista do desenvolvimento do gênero humano enquanto sociabilidade e gênero que se consolida como uma sociabilidade em que os indivíduos tem possibilidade de viver sem classes – em se tratando de capitalismo maduro, ou a etapa atual dos desenvolvimento das forças produtivas; mas, a destruição da humanidade, ou a possibilidade disso acontecer, não tem nada a conferir uma negação do que dissemos: o ser social, como afastamento das barreiras naturais, não pode mais voltar a ser um ser primata, pois, pelo fato do salto criar uma nova e radical forma de ser, não se pode entender essa nova forma de ser como uma etapa a mais na consolidação de um ser “puro”. O ser inorgânico não pode ser uma etapa para o ser social do ponto de vista lógico. Mas, do ponto de vista ontológico, a necessidade da existência do ser inorgânico possibilidade a existência do ser social, mas esse não é nem reduzido aquele nem muito menos é um desmembramento necessário. Para essa questão, basta apenas falar que a totalidade e qualidade, do ser define-o como algo novo: e “novo”, aqui, não quer dizer algo apenas diferente, mas algo que se coloca no mundo, mas que antes não existia. Não se pode “voltar” atrás e do ser social formar o ser apenas orgânico e inorgânico. O que se pode é através da destruição do ser social as relações inorgânicas predominarem.

⁴³ A história dos homens é um ato dos homens. E nada mais. O fato de a alienação colocar-se “contra” a humanidade, só mostra que a própria destruição da humanidade, através da alienação, é um ato humano; por mais que seja “uma desumanidade”, essa “desumanidade” é uma adjetivação apenas. Pois, o ato da alienação é um ato iminentemente humano. (Deixemos de lado a possibilidade de uma catástrofe natural: desde um cometa até uma tempestade solar sem precedentes.)

serem postos no mundo – e, aqui não quer dizer se o ato de objetivação vai ser necessariamente configurado como uma objetivação bem-sucedida, pois, nada disso tira o caráter de *apenas na esfera do ser social é que há teleologia* – ou, antecipação prévia. Também, os atos humanos, quaisquer que sejam são atos humano, e que são objetivações: a síntese entre causalidade e teleologia (se os indivíduos têm ou não consciência disso, não tira, mais uma vez, a legalidade e a função social da qual os atos se inserem no processo de reprodução do gênero humano, e de sua história)

O mundo humano, é construção dos humanos. Não há na natureza, portanto, algo que tenha sido feita por alguma forma *extra-histórica* da matéria. A história do universo, repetimos é a história do desenvolvimento da matéria que não foi pensada ou antecipada em um projeto: se isso for verdade a humanidade não pode ser o *demiurgo*⁴⁴ da própria história. No pensamento de Marx, isso não tem cabimento – muito menos no de Engels e Lukács.

Dessa forma, o Salto Ontológico (ou, a mudança na qualidade da matéria que se transforma radicalmente em outra), que cria a matéria social, é necessário para compreender a peculiaridade do Trabalho quando falamos que ele é o fundamento do mundo dos homens; a *protoforma*⁴⁵ da sociedade e das categorias sociais. Sem a sua compreensão, cairemos em questões anedotas e que nos levarão a *becos sem saídas*.

Essa compreensão só nos é permitida através de uma análise ontológica, como estamos tentando expor. Sem uma compreensão mínima das categorias fundamentais do ser social, e como se dar seu desenvolvimento, tanto de forma *abstrata*, como de forma concreta na história, a exposição sobre as *formas* com que

⁴⁴ Em Platão foi bem explicitado em sua obra Timeu: "...o fato de o Demiurgo ser a causa. e, a descobri-lo, é impossível falar sobre ele a toda a gente. Mas ainda quanto ao mundo, temos que apurar o seguinte: aquele que o fabricou produziu-o a partir de qual dos dois arquétipos: daquele que é imutável e inalterável ou do que devém. Ora, se o mundo é belo e o demiurgo é bom, é evidente que pôs os olhos no que é eterno; se fosse ao contrário – o que nem é correcto supor –, teria posto os olhos no que devém. Portanto, é evidente para todos que pôs os olhos no que é eterno, pois o mundo é a mais bela das coisas devenientes e o demiurgo é a mais perfeita das causas. Deste modo, o que deveio foi fabricado pelo demiurgo que pôs os olhos no que é imutável e apreensível pela razão e pelo pensamento" (Platão, 2011: 95-6)

⁴⁵ Aqui, em toda parte do texto, referiremos protoforma como "categoria originária, mais simples, primária.." (LESSA, Sérgio. Nota 15, 2015). Aquela que tem estabelece a forma das outras categorias. Naquela, a modificação da natureza para a produção dos meios de produção e de subsistência; nessas, atua sobre a sociedade. É nessa acepção que usaremos esse conceito para referirmos a tal categoria. Sobre essa questão iremos expor de maneira mais minuciosa no decorrer do texto.

o Trabalho irá se apresentar, ficam deformadas – o que faz com que acabe levando a compreensão às avessas das categorias fundamentais do ser social expostas por Marx.

O Capital, como livro de síntese, expõe também uma forma de Salto qualitativo: a passagem do feudalismo ao capitalismo é uma forma de Salto Ontológico. As categorias que o capitalismo preserva são altamente alteradas na sua forma e conteúdo e que servirão para o processo de reprodução do capital. Pensemos na própria continuidade do Estado, da propriedade privada, da família monogâmica, das classes sociais e etc. o Salto não elimina, apenas cria uma nova qualidade na realidade social existente. Por isso tomamos todos os cuidados para mostrar que o ser vivo natural serve de base para o ser social, mas que em nada esse é redutível aquele. Tudo que o Ser Social vir a fazer é plenamente social, e não tem mais um caráter de natureza. Podemos usar outro exemplo: pensemos, mais uma vez, em um martelo, ou, quem sabe, um instrumento musical. Nenhuma das coisas que falamos existem na natureza, mas elas são natureza organizada. A diferença é que para poder existir, os homens têm que organizar a matéria natural, mas antes antecipando em sua mente o *fim* a que deseja realizar; tanto assim, que tem que respeitar as leis internas da natureza, e suas propriedades naturais a fim de que não tenha um resultado inesperado.

(Mas, no processo de reprodução social, o que define a diferença do martelo para com o instrumento musical, entre tantos aspectos, é que, mesmo sendo modificações da natureza previamente estabelecidas, o martelo serve de meios de produção, o instrumento musical não. O estatuto ontológico de um para com o outro tem uma sutil diferença: não é rebaixando qualquer instrumento, e elevando o martelo, mas, que para que possamos avançar no debate, temos que minimamente dizer o que as coisas são na reprodução social. Da mesma forma, temos que deixar claro que o indivíduo que faz qualquer forma de objetivação da realidade, entra no processo de reprodução social através da função que sua ação cumpre na sociedade.)

Analisar o caráter iminente social do Trabalho, permite a Marx que sua teoria seja uma reflexão da natureza e da sociedade superior as filosofias anteriores: pois, pela primeira vez o Trabalho – como conceitualizado acima – só aparece claramente em seus escritos, e que permeará todo o pressuposto de sua teoria.

De outro lado, o que possibilitou sua total compreensão, foi o tratamento que ele deu a história – mais uma vez, porque seu pressuposto está no mundo dos homens: onde esses, para poderem continuar existindo têm que necessariamente produzir tanto as ferramentas, como a si mesmo, tanto os meios de produção e de subsistência, como outras formas de ser.

Falando dessa forma, pensasse que a sociedade é, então, redutível ao Trabalho. Jamais. Isso seria uma falta de seriedade e sobriedade para com o pensamento de Marx. Não precisa ir a lugar algum para sabermos que a sociedade é tão mais que apenas o Trabalho. Sobre esse processo de reprodução social deixaremos claro adiante.

Aqui basta lembrar que dizer que o Trabalho é o fundamento do mundo humano, em nada quer dizer que as outras categorias são menores, menos importante, ou qualquer outro julgamento moral. Aqui se trata, e que se torne claro, de que a análise da sociedade capitalista (ou qualquer outra sociedade, e sociabilidade, em quaisquer modos de produção precedentes ao próprio do capitalismo) tem que ser feita de maneira a desmistificar as categorias como sendo, elas, algo não criado pelos homens, e que por serem de tal forma (criadas pelos homens), têm uma história, em que se realiza em forma de um processo de desenvolvimento, e que em diferentes formas de sociabilidade se comportam sobre exigências reais para a produção e reprodução social em que estão inseridas.

Mas,

[...] nunca se deve esquecer que ao considerar o trabalho deste modo isolado, se está realizando um trabalho de abstração. É claro que a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente.⁴⁶

Que o Trabalho é o fundamento do gênero humano, e, concomitantemente da história humana, não tira o fato de que as outras esferas da vida tenham sua legalidade. Ser fundante (e, correspondentemente, protoforma) não quer dizer que há

⁴⁶ Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*.

uma dependência métrica, fixa, estática e direta; nem muito menos significa dizer que todas as categorias se reduzam a ela. Aquele (o Arbeit) depende de outras categorias fundamentais para sua existência. Basta ver a Linguagem, a sociabilidade. Lukács, por exemplo, demonstrou sua total preocupação pela questão.

Para deslegitimar aqueles que falam de uma *supervalorização* da categoria Trabalho, por parte de G. Lukács, basta, de início, olhar o quadro estrutural de sua obra mais significativa, que é composta por extensos capítulos sobre o Existencialismo, Positivismo, Hegel, e tantos outros temas que aparecem expositivamente de forma direta ou indireta dentro do arcabouço sistemático-filosófico que se expressa no texto.

(Que o próprio autor de a *Ontologia* se debruçou sobre as questões da Ética e da Estética – essa muito mais que aquela – é algo que demonstra que sua análise não é, nem teve jamais a intenção, de minar as discussões e transformar todas as outras formas de ser em algo redutível ao Trabalho. Tudo isso tem uma razão de ser na história do seu pensamento⁴⁷.)

Todas as tentativas que tentam “diminuir” a discussão acerca dessa categoria, tem, conscientemente ou não, intencionado ou não, a finalidade de desautorizar a descoberta fundamental de Marx sobre o “*simples facto*⁴⁸” de que os homens precisam produzir os meios de subsistência, e que disso toda as categorias do mundo surgem. Entendo pormenorizadamente essa questão, pode-se partir para as outras questões fundamentais de nosso tema.

As categorias têm sua autonomia no processo de reprodução social. Assim como a arte, sexualidade, amor, política e etc. não podem ser reduzidas a produção dos meios de produção e de subsistência. Mas, se não atentarmos para uma construção, tanto conceitual, abstrata, quanto para uma postura que tenha nos pressupostos do escritor de O Capital, perderemos todas as questões mais decisivas na compreensão

⁴⁷ Não poderemos entrar na discussão referente aos ataques ao qual Lukács fora submetidos pelos seus adversários – que fique claro: tanto marxistas quanto não marxistas – pelo fato de que nossa empreitada não se refere a essa temática.

⁴⁸ Referente a fala de Engels diante de seu túmulo (ver nota 9 de nosso texto). Mas, que aqui é uma expressão usada por nós que contém a mesma qualidade e referência ao Trabalho. Usamos, e usaremos esse termo para nos referimos ao Trabalho (Arbeit). Então, aqui já deixamos claro que esse “simples facto” é o Trabalho. Apenas questão de estilística gráfica, e que podem, naturalmente, ser substituídas uma pela outra em nosso texto.

do mundo atual e do próprio capital, enquanto forma social – sujeito histórico –, como também d'O Capital - texto.

3.2 O Trabalho através do microscópio

Todas as nossas pesquisas têm, por necessidade interna, o fato de que pressupõem o *objeto* como *regente* de todo o processo de conhecimento: onde toda a pesquisa é baseada nas peculiaridades, transformações e processualidade do tema em questão, sofre, inescapavelmente, a possibilidade de no meio da pesquisa, o objeto, por ser o regente, sobressaia em sua vontade e mude as questões que qualquer método ou projeto tenha sido previamente conferida: nenhum método que se coloque a priori perante o objeto pode ser levado a sério do ponto de vista de uma análise onto-histórica. Apenas, pode ser guiado como linhas gerais os apontamentos e encaminhamentos da pesquisa. Pesquisa e Método são diferentes.

Então, com nossa pesquisa não foi diferente. Depois de percorrermos todos os caminhos, notamos que esse ponto se faz não só necessário, mas que é parte fundamental para a compreensão da distinção entre as formas de transformação da realidade objetiva, seja ela social ou natural, seja para fazer os meios de produção e de subsistência, ou apenas modificar a natureza com outros fins.

Para isso, tivemos que nos debruçar sobre algumas questões referente as letras de Marx e Lukács.

Para tal empreitada ser corretamente colocada, temos que partir da análise das peculiaridades do Trabalho de maneira abstrata. Assim, poderemos ir aos poucos colocando, sob esses aspectos, as categorias fundamentais do Trabalho enquanto complexo social apenas existente em uma sociedade, ou seja, eu uma processualidade histórica.

Portanto, essa parte 3.2. é imprescindível para quando analisarmos a forma Trabalho que tem predominância na sociedade capitalista – local de partida das análises d'O Capital.

Algumas partes podem ser nitidamente repetidas, mas a própria necessidade da exposição categorial pede que a letra seja dessa forma.

3.2.1 Trabalho, objetivação e teleologia

O processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.
Karl Marx

Para iniciar, precisamos entender a forma com que se coloca no mundo os objetos feitos pelas mãos humanas. A objetividade, ou mundo exterior, existe independente da consciência humana apreender, ou retirar dela um reflexo para sua abstração mental. Essa objetividade, por sua vez, pode ser, além de alterada, construída e/ou transformada sempre pelas ações humanas ou por efeitos naturais (porém, nas ações humanas existe uma singularidade: tem por mediação uma teleologia. Na natureza, não). O Homem não criou os rios, mas se utiliza deles e de suas propriedades de tal maneira que muda sua configuração. A objetividade efetiva do mundo é o mundo que existe independente de nossa consciência.

Há objetividades que são iminentemente criações humanas: de um prego a uma obra de arte, de uma casa a uma peça de roupa, de um time de futebol a uma igreja, e etc. todas as criações humanas são objetividades que independem da consciência dos indivíduos após serem postas no mundo pelas próprias ações humanas.

O complexo da arte, da alienação, da política, e etc. são objetividades plenamente sociais: são a matéria social que age sobre os indivíduos, mais uma vez, tenham eles consciência ou não.

Para que não haja confusão, a objetividade, pode ser criação dos atos humanos ou não. A objetividade feita pelos homens tem características que, dada a forma, sua função e conteúdo social mudam.

A objetivação, ou seja: criação de objetos através dos atos humanos, têm natureza diferente a depender da forma com que agem na reprodução social. Uma objetivação, quer seja uma aula, ou uma casa, são qualitativamente diferentes se nos referimos ao estatuto de cada uma. De um lado, uma é matéria natural transformada (lembramos que a matéria natural modificada, ou transformada, é um produto social), de outro uma matéria social produzida pelo ato humano.

Não dá, sobre hipótese alguma, para postular a uma tentativa de identificar as objetivações que têm origem e formas diferentes entre si. O que há em comum a todas elas – objetivações – é que são o mundo independente das paixões, desejos, conhecimentos e etc. independente dos homens terem ou não conhecimento de tais objetos, eles existem: as objetivações são, portanto, causalidades.

De fato, podemos resumir que há *uma forma de objetividade* que se apresenta, de um lado podendo ser matéria modificada (tanto social, quanto natural), por outro, matéria natural dada (aquela matéria *sempre* natural que não foi produzida pela humanidade). Matéria modificada pode ser tanto a matéria natural quanto a matéria social; a matéria natural pode ser meios de produção e de subsistência quanto bens em geral.

Os objetos sociais são sempre ações orientadas para a modificação da matéria com uma intenção a uma finalidade. Se é uma ação colocada em movimento pela consciência, e que transforma o mundo, necessariamente, tem-se que ter uma antecipação na cabeça para que a matéria seja modificada. Esse movimento de antecipação que Marx fala n'O Capital, e que diferencia os homens dos animais é denominado por Lukács de Teleologia: uma antecipação na cabeça, antes de pôr no mundo – e esse *pôr no mundo* é o processo de objetivação. Ou seja, toda objetivação tem que, necessariamente, ser precedida por um projeto consciente, e que modifique a realidade existente. Assim “...o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.”⁴⁹ pois “...é exigida a vontade orientada a um fim...”⁵⁰

Sem *antecipação menta*⁵¹ não se pode ter nenhum tipo de objetivação humana, nenhum ato humano é possível. É por esse motivo que o pensador húngaro vai afirmar que a Teleologia é uma categoria posta: ou seja, não existe ato teleológico na natureza, nem muito menos nenhuma ação teleológica que não se consubstancie na transformação da objetividade: logo, todo processo de objetivação anda de *mãos*

⁴⁹ (MARX, Karl. 1996: 298. TOMO I)

⁵⁰ Idem

⁵¹ Pode-se incorrer no erro de imaginar que todos os atos humanos são “calculados”. O que queremos dizer é que as ações humanas, são ações que tem por síntese uma teleologia e uma causalidade.

dadas com o processo de teleologia. Outra letra: não há um sem o outro – não há teleologia sem causalidade, nem causalidade sem teleologia, mas a causalidade tem primazia ontológica (e, até cronológica, se formos tratar a causalidade dada pela natureza) perante a teleologia, pois essa é, por ser um ato humano, algo que se coloca de maneira tardia na história do universo por ser unicamente participe da história da humanidade.

Assim, o Trabalho seria impossível de existir se a teleologia não existisse em conjunto a sua singular objetivação pelo processo de transformação da natureza.

Dessa forma:

Antes de mais nada, a característica real decisiva da teleologia, isto é, o fato de que ela só pode adquirir realidade quando for posta, recebe um fundamento simples, óbvio, real: nem é preciso repetir Marx para entender que qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de um tal por, que determina o processo em todas as suas fases.⁵²

Porém, para que não fique confuso, é preciso enfatizar que toda a ação humana é orientada. Que toda a ação humana por ser orientada, modifica a realidade social. Que todo ato, portanto, humano exige tanto uma relação entre Objetivação e Teleologia.

Essa constatação é algo que à primeira vista pode parecer uma questão simples, mas que pode complicar toda a compreensão da natureza da discussão sobre a identidade e a não identidade de categorias que são essencialmente distintas, e que, às vezes são até mesmo antagônicas no processo de reprodução social.

Uma aula, uma apresentação teatral, ou um concerto são completamente diferentes de um livro de Balzac, de um quadro de Monet, uma estátua de mármore, ou até as pinturas nas capelas do período da ascensão do Renascimento; da mesma forma essas objetivações são diferentes, completamente, de uma casa, um casaco, uma frigideira ou quem sabe mesmo um prego.

Todas essas objetivações têm algo em comum: são objetivações dos atos de indivíduos singulares concretos em um período histórico determinado: todas são

⁵² Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*.

objetivações na realidade, são objetos que só foram possíveis porque há um movimento que permite se ter Teleologia, antecipação previa de um projeto a ser realizado, e Objetivação que é a consolidação da transformação do real. Por outro lado, algumas objetivações servem apenas para agir na consciência dos indivíduos, como as artes, o conhecimento e etc. e outras agem diretamente na transformação da natureza para a produção de meios de produção e de subsistência: não é porque é natureza modificada – pensemos novamente em um piano usado por Bach – que esse objeto é Trabalho, mas, antes de tudo, é uma natureza modificada que tem por função, não a produção dos bens para a reprodução da vida, porém, sim, serve para outras finalidades.

Nem toda objetivação modifica a natureza, mas toda objetivação cria um objeto social: logo, não é porque cria objeto que esse objeto é fruto de Trabalho (lembrem-se sempre que a realidade social é uma faceta da matéria que tem forma superior a organização da matéria natural, seja ela orgânica ou inorgânica). Para ser objeto – ou melhor, produto – do Trabalho tem-se que ser uma objetivação (que necessariamente tem uma teleologia) que organize/modifique a natureza transformando-a, ou se quiser, organizando-a de tal forma que suas propriedades permitam que essa seja completamente voltada para atender as necessidades sociais dos indivíduos.

3.2.2 Teleologia e Causalidade: do que se trata a exteriorização

A exposição interna, categoriais do processo de Trabalho, serve como chave, sempre, para a compreensão das práxis sociais: serve de modelo para as práxis humanas, mas sem serem, essas, redutíveis àquela.

Que todo processo de Objetivação (do Trabalho ou não) exige uma antecipação na consciência para que tal fim tenha êxito, nos ficou claro. Mas, as consequências desse comportamento, e dessa ação, e o porquê de tal coisa acontecer, é-nos imprescindível aos estudos sobre a história humana, tanto do ponto de vista dos indivíduos quanto da sociedade como um todo.

Mesmo quando “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente”⁵³, não

⁵³ (Marx, 1996: 298. TOMO I)

quer dizer que existirá com plena e total precisão o resultado do processo. Em qualquer ato humano é confrontado aquilo que temos conhecimento sobre o mundo, e sobre nós mesmos, contra o próprio mundo existente, para conseguir efetivar tal ação. Mesmo um grau maior de conhecimento, não dá garantia de que o objeto criado pela objetivação será idêntico ao que foi antecipado na cabeça através da teleologia. No momento da prévia-ideação⁵⁴ todos os indivíduos têm que minimamente conhecer um pouco sobre o processo ao qual vai percorrer. Qualquer que seja tal ato, esse exigirá que os indivíduos que objetivam tenham conhecimento das suas possibilidades (tanto individuais quanto dadas pelo mundo exterior a ele): tem-se que ter conhecimento da matéria no qual vai inserir sua marca, tem-se que ter, também, o mínimo de reconhecimento a respeito de suas habilidades. Sem isso é impossível agir sobre a natureza.

Ao agir sobre a realidade (social ou natural) as habilidades, conhecimentos acerca do mundo e de si mesmo, são confrontadas com o que de fato é o mundo: a precisão do processo de abstração da realidade não garante, mais uma vez, um fim completamente esperado para o indivíduo que age.

Mesmo que “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente”; por mais que a antecipação tenha sido uma objetivação *não frustrada*, mas sim esperada completamente no final do processo “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele *modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza*”, e essa possibilidade de transformar sua própria natureza, nos mostra que “modificar-se” significa que ao final do processo o indivíduo não é mais o mesmo (concomitantemente, a realidade não é a mesma: primeiro, tem um ente novo no mundo que foi criação de uma relação ontológica entre teleologia e mundo através de uma objetivação, e, segundo: porque o indivíduos já não é o mesmo do início do processo: esse modificou “sua própria natureza” ao acordar nela possibilidades e necessidade, conhecimento e habilidades antes adormecidas.) O indivíduo que objetiva, portanto, “desenvolve as potências nela [sua natureza] *adormecidas* e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio”⁵⁵

⁵⁴ Quando nos referimos a Prévia-ideação, fique claro que estamos usando como sinônimo de teleologia das objetivações humanas. Apenas a título de grafia que usamos as duas palavras com o mesmo significado, aqui no nosso texto.

⁵⁵ (Marx, 1996: 297-8. TOMO I)

Para tratar, então, de maneira mais conceitual, esse processo de objetivação, da mesma maneira que existe umbilicalmente ligado ao processo de teleologia, é necessário afirmar que ao confrontar com a realidade seus conhecimentos e suas habilidades acerca do mundo e do que o mundo de fato é, há inevitavelmente um movimento que retroage, portanto, sobre os indivíduos. A esse movimento que retroage sobre a subjetividade do indivíduo é conhecida como Exteriorização.

A exteriorização é esse momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade. Por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente. (LESSA, Sergio. 2015, p. 24)

Dessa forma, o conhecimento da realidade externa tem que ser algo que possibilite a uma objetivação que se efetive enquanto projeto previamente antecipado para as finalidades da qual se tem necessidade de satisfazer.

A realidade externa tem uma legalidade própria, como aponta o próprio Marx. Ao objetivar, a realidade se comporta de uma forma que não pode ser *completamente prevista* por ninguém de maneira idêntica ao que se pode acontecer. Toda objetivação cria nexos de causa e efeito que tem “vida própria”: ou seja, a causalidade [posta]. Em todo processo de objetivação um movimento é criado para além do ente posto no mundo. Uma correlação de causa e efeito é desencadeada através de uma teleologia posta (lembrando que só é teleologia se houver uma objetivação, e toda objetivação, necessariamente vem entrelaçada a uma teleologia).

Todo objeto terá, portanto, uma “vida” própria no mundo, onde não mais terá nenhuma conexão com seu criador: todo processo de objetivação cria algo novo no mundo que desencadeará em uma relação de causa e efeito que não mais dependerá da consciência do indivíduo. A causalidade, logo, pode ser posta: colocada em movimento através da objetivação – lembremos que só existe objetivação quando houver teleologia, e vice e versa, logo, só pode ser causalidade posta se colocada pelos indivíduos que agem; mas também pode ser uma relação de causa e efeito já dada no mundo – e para essa existir não precisa de objetivação, pois na natureza, sempre segundo Marx, não há teleologia⁵⁶, mas a relações de causa e efeito. Ou seja,

⁵⁶ “...em Marx, a teleologia é tomada como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma existência concreta, real e necessária, entre causalidade e teleologia. Sem dúvida,

a causalidade pode ser posta pelos homens através dos seus atos teleologicamente orientados, como pode ser uma causalidade dada pela natureza.

Para a ontologia lukácsiana

...a causalidade é um princípio de *automovimento que repousa sobre si mesmo* e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, ao contrário, por sua própria natureza, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim.⁵⁷

Ser “um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo” tem apenas uma intenção: a de mostrar que ao criar o mundo humano, as ações têm, para além de sua consciência, uma legalidade própria que independe dos desejos dos indivíduos: posto no mundo um objeto novo, através da objetivação, o processo teleológico finda ali; o objeto objetivado vai agir no mundo de forma causal: causa e feito, portanto, ele não guardará em sua imanência nenhuma legalidade ou conteúdo que faça com que postumamente venha a criar uma objetivação previamente antecipada (teleologia). Nem muito menos, na causalidade dada, ou natureza, existe possibilidade de teleologia, nem de objetivação, pois, ela, a natureza, é dada, é uma objetividade dada, das quais o homem pode colocar em movimento através de suas ações na criação de bens: sejam eles frutos de Trabalho, ou de outra atividade que não a transforme com a finalidade de produzir meios de produção e de subsistência.

Sem esse movimento de objetivação, exteriorização, teleologia, causalidade, não há possibilidade alguma de que a sociedade venha a existir. Sem essa totalidade de ações interligadas não tem possibilidade efetiva da vida social emergir, nem muito menos avançar.

Essa diferenciação entre objetividade dada e objetividade posta (ou seja, objetividades que são apenas, ou matéria social modificada, ou em outros momentos a natureza modificada – sendo que nem toda natureza modificada é Trabalho, como falamos antes) nos parece ser uma das etapas fundamentais e essenciais para a

estas permanecem contrapostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação destes opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também ela se torna posta.” Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*.

⁵⁷ (Idem)

compreensão do Trabalho enquanto fundamento do ser social: ou seja, o que o diferencia dos outros atos humanos radicalmente.

Nem todo ato humano, que modifique a natureza ou não, é processo de Trabalho. Mas todo Trabalho é

...um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho.⁵⁸

Agora fica mais claro porque o Trabalho tem que ser entendido, primeiramente, como uma totalidade: um entendimento que de início teve que ser analisado de maneira minuciosa para que não restasse nenhuma dúvida para os próximos capítulos onde a forma Trabalho será decodificada e apresentada dentro da sociedade como um processo orgânico; onde essa categoria se mostra de forma mais rica de mediações, mais concreta na sua exposição histórico-social. Entretanto, foi-nos necessário começar dessa forma expositiva, ou seja, usando *O Capital* de Marx como o principal mediador – junto a alguns apontamentos possibilitado pelos escritos de G. Lukács.

4. O Trabalho, finalmente o Big Bang do Ser Social

Depois de expor sua forma elementar e recorrer a um processo filosófico-abstrato, não nos resta dúvidas de que a análise de tal categoria é o meio para separar *o joio do trigo*. Todas as concepções filosóficas, como dito anteriormente, têm seus pressupostos em formas que *pressupõe*, de um jeito ou de outro, um *quantum* de ser

⁵⁸ . (MARX, Karl. 1996, p. 297)

ideal, quer seja a-histórico, quer seja supra-histórico, natural e etc no processo de formação e de reprodução do gênero humano.

Todas as concepções que precederam as análises sociais de Marx, de um modo peculiar a cada formação sócio-histórica, modo de produção, e dentro desses, sociedades diversas, com crenças tão abrangentes em vários indivíduos, ou seus conjuntos, não conceberam que o homem era iminentemente o próprio demiurgo de sua história: que não são forças sobrenaturais que designam o futuro do homem. Como pensa grande parte da filosofia, em que de um lado temos os deuses gregos, em uma extremidade – junto com suas divindades naturais; por outro lado, temos o apocalipse medieval junto a seu Deus que nos colocou dentro do mundo para manifestar nossa “essência” de pecadores (ou até mesmo uma essência mesquinha que necessita de uma forma de organização que tenha no estado o mediador das relações humana); todas as concepções de mundo, deixando de lado algumas peculiaridades que as diferenciam, coadunam com a ideia de que o homem tem uma essência que, no limiar das coisas, é insuprível e insuperável.

4.1. As possibilidades de Marx

Perto do século de Marx, a coisa tinha mudado, mas não tinha possibilidade de uma total transformação. Primeiro, porque o desenvolvimento das forças produtivas não permitiam que houvessem uma explicitação da vida humana como algo construído pelos próprios homens; segundo, porque todos os pensadores antecedentes não viram no Trabalho o fundamento do mundo humano, logo, o próprio homem como sendo aquele que faz a sua própria história.

Com a possibilidade histórica em que Marx e Engels estavam inseridos, desde as grandes descobertas científica, da descoberta por Hegel de que a história era um processo, da entrada em cena de uma forma de riqueza radicalmente diferente das antecessores, o capital, foi permitido, portanto, que existisse uma forma de história no mundo onde não mais os homens dependessem plenamente da natureza: é a primeira vez na história onde a humanidade produz mais do que necessita para sobreviver, e isso retira da natureza, ou de Deus, a suposta imposição da vida cotidiana: os homens passam fome, as pessoas morrem de necessidades básicas, não mais porque *são ruins e punidos pelos deuses*, mas porque a vida se organiza de tal forma que a

riqueza, e não mais os desígnios divinos ou naturais que insiriam uma marca ineliminável na vida cotidiana, seja produzida e distribuída de forma que não tenha a finalidade de eliminar as pendências da vida humana.

O desenvolvimento das forças produtivas – ou seja, a capacidade dos homens de fazerem história – permitiu, através do “big bang” proporcionado pelo Trabalho, que os homens se colocassem como aqueles que podem mudar a sua história: o destino da humanidade é agora visto como feito pela humanidade, ou seja, não há nada que não seja feito pela humanidade; não há nada que não seja efeito positivo ou negativo das objetivações que têm no Trabalho sua protoforma. Desde uma pedra lascada às grandes plantas automobilísticas; da roda à aviões supersônicos: a humanidade conheceu seu pleno poder no desenvolvimento histórico genérico humano... porém, sob a égide do capital, do mercado mundial.

Esse ponto é apenas para mostrar que, segundo Marx e Engels, não há nada no mundo que não seja a objetivação dos indivíduos: essa é a descoberta da lei de desenvolvimento da história: a capacidade dos homens de produzirem pela transformação da natureza os bens necessários a vida, os meios de produção e de subsistência, se quiserem continuar a fazer sua história.

Em qualquer sociedade, qualquer que seja seu desenvolvimento, das mais primitivas às mais complexas, não há uma sequer que sobreviva sem a transformação da natureza nos termos de Marx e Engels – e, se me permitem, na concepção exposta por nós que tem em Lukács a base da exposição analítica.

Assim, sendo Trabalho o fundamento real da vida, e das formas sociais, não é exagero dizer que a depender da sua *forma*, a sociedade se apresentará de maneiras diferentes, e essa relação é de contínua reciprocidade: tanto o Trabalho age como retroagem as outras categorias sobre ele. O que nos é certo afirmar é que o Trabalho é, então “ a **condição natural eterna da vida humana** e, portanto, **independente** de qualquer forma dessa vida”⁵⁹.

Analisar as suas formas de manifestação é tarefa essencial para obter sucesso no objetivo do texto. Portanto, devemos prosseguir em uma análise mais abrangente sobre as minuciosidades, guiados, sempre, pela referência e aporte teórico da própria letra d’O Capital e tentar retirar dessa a questão de como é possível algo que é a

⁵⁹ (Marx, 1996: 303. TOMO II. Negrito nosso)

“condição natural eterna” do mundo dos homens, independente da forma e dos modos de produção, tenha maneiras de se apresentar que confunde muitos teóricos.

Mas isso é tema que perpassará os para os próximos capítulos.

Capítulo II – O conteúdo da riqueza material

O processo de explicitação das categorias específicas d'O Capital é de fato uma trajetória que tem na mercadoria seu ponto de partida, por ser essa um fator elementar da sociedade que serve de análise para Marx na demonstração da forma de capitalismo mais bem elaborada em seu tempo: a Inglaterra. Como, as relações que existem na sociedade burguesa desenvolvida não são “criadas e acabadas” *per si*, tais relações têm início histórico e categorial anteriormente a essa forma de produção. Algumas determinações são criadas, outras reconfiguradas, e em outros casos eliminadas da história humana: por isso a história se configura como uma processualidade de autocriação dos homens – a totalidade dos atos singulares dos indivíduos formam a incessante reprodução sócio-histórica dentro das dimensões feitas anteriormente dada, e, também, feita pelos próprios homens.

Não podemos partir, portanto, das formas históricas mais simples até chegar as mais complexas e ricas de mediações. Pelo contrário, temos que partir das *mais determinadas* e ricas de mediações, tanto históricas quanto categorialmente. Novamente, por isso, o ponto de partida, em se tratando de forma de sociabilidade, tem que ser a forma burguesa madura – e seu *fator elementar*.

“A chamada evolução histórica descansa em geral no fato de que a última forma considera as formas ultrapassadas como graus que conduzem a ela, sendo capaz de criticar a si mesma alguma vez, e somente em condições muito determinadas - aqui não se trata, é óbvio, desses períodos históricos que se descobrem a si próprios - inclusive como tempos de decadência.”⁶⁰

As condições dadas da sociedade permitem uma análise sobre categorias que antecederam tal modo de produção. Não por conta de uma “evolução” determinista, mas por conta de que as categorias sociais, dentro dos processos evolutivos de suas legalidades e representação (e função), e dentro da produção e reprodução do gênero humano, dentro da história humana, permitem um enriquecimento de suas próprias propriedades e legalidades no movimento de sua íntima identidade de ser. Pense-se

⁶⁰ (MARX, Karl. 2008, p. 265)

na sexualidade e na própria família, que têm uma radical mudança, se pensarmos nas sociedades escravistas perante ao próprio feudalismo⁶¹. O próprio papel da violência, que não pode ser colocado no mesmo patamar das formas do capitalismo moderno: a “violência” que existia nas sociedades primitivas não tem a mesma função, origem, e natureza que a *do* capitalismo. Mas, essa forma de sociedade permite que nos aprofundemos nas formas precedentes, pois ao olhar para trás, as categorias aparecem com determinações que careciam de mediações. Assim

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as *relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas*, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc.”⁶²

Dentro da sociedade capitalista madura – ou qualquer forma de sociedade capitalista, seja ela a clássica, ou a moderna, portanto qualquer outra *variação* – temos na mercadoria a forma elementar⁶³, e que, portanto, permite um ponto de partida adequado ao que Marx seguiu.

Assim como o pensador em questão, partiremos da análise da mercadoria e de suas determinações mais simples, para avançar (ou recuar) até a explicitação e exposição de como a sociedade se tornou “uma imensa coleção de mercadoria”⁶⁴.

Dessa forma, poderemos avançar para a relação com que a mercadoria tem com a forma Trabalho. E, mais precisamente, o *trabalho abstrato* – e suas formas de se apresentar na reprodução social, e que comporta um enumerado leque de variações.

⁶¹ Um clássico que trata sobre essa questão, mesmo com dados históricos ultrapassados, mas que tem na sua pesquisa e análise uma profunda e verdadeira tese filosófica, é o texto de Engels: *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Como bem se sabe, esse texto foi feito a partir das anotações pelo próprio Marx em relação aos estudos de Morgan: *Ancient Society, or Researches in the lines of Rumin Progress From Savagery through Barbarism to Civilization*. O desenvolvimento, como demonstra Engels, das relações sexuais em determinadas organizações sociais cumprem papel diverso a depender da necessidade e possibilidade historicamente dada e realizada na própria reprodução das relações sociais: pensemos no matrimônio por grupos, nas relações sexuais entre pais e filhos

⁶² (MARX, Karl. 2008, p. 264, grifos e negritos nossos)

⁶³ (MARX, Karl. 2008, p. 51)

⁶⁴ (Marx, 1996: 165 TOMO I)

Porém, que a mercadoria não é uma especificidade da sociedade capitalista, é algo que não precisa de se prolongar em nenhuma comprovação (basta lembrar da própria citação de Marx referente a letra de Aristóteles⁶⁵ a respeito das coisas terem dois valores: um, aquele da necessidade de uso, e, outro da troca; e também, se levarmos em conta que a força de trabalho é mercadoria: os escribas, por exemplo, são modelos históricos claro de que a mercadoria existe nas sociedades precedentes ao capitalismo). Mas, só no modo de produção capitalista é que ela ganha explicitação e incorporação de uma forma que sua maneira de ser e de se comportar na sociedade a torna o átomo das relações sociais, chegando a transformar todos os indivíduos e suas relações: tanto as relações entre si, como também, e principalmente, para com a natureza.

Para chegarmos a uma argumentação de como a mercadoria se torna a forma que *possibilita e necessita* a produção da riqueza elementar da sociedade capitalista, necessariamente, temos que mostrar as formas de riqueza que a precedem.

1. Uma breve jornada da riqueza: as aventuras do Trabalho

Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.

Karl Marx

Como muito argumentamos no primeiro capítulo, a produção da riqueza material, proporcionada pela modificação da natureza com finalidade de criar os meios de produção e de subsistência, tem sua função específica e completamente delimitada. Não há outra forma de atividade humana que produza o conteúdo social

⁶⁵ “Existe, portanto - mostramos agora a razão disso -, um gênero de riquezas naturais próprio à economia doméstica tanto quanto à economia política. Mas existe também um outro gênero de bens e de meios que comumente chamamos, e com razão, especulativo, e que parece não ter limites. Alguns os confundem com as riquezas de que acabamos de falar, por causa da sua afinidade. Embora elas não estejam muito distantes, não são a mesma coisa: as primeiras são naturais, enquanto as segundas são um produto da arte e da experiência. Começemos pela seguinte observação: cada coisa que possuímos tem dois usos, dos quais nenhum repugna a sua natureza; porém, um é próprio e conforme a sua destinação, outro desviado para algum outro fim. Por exemplo, o uso próprio de um sapato é calçar; podemos também vendê-lo ou trocá-lo para obter dinheiro ou pão, ou alguma outra coisa, isto sem que ele mude de natureza; mas este não é o seu uso próprio, já que ele não foi inventado para o comércio” (Aristóteles: p.23, 2006)

da riqueza da sociedade a não ser o *confronto* da objetividade humana para com o mundo natural, da ação humana em confronto com a natureza.

Mas essa forma, com o passar do tempo, vem sofrendo algumas peculiaridades.

Por ser o fundamento do mundo dos homens, mas jamais, esse “mundo dos homens” se reduzir a categoria Trabalho, temos que mostrar como a sociedade se comporta quando a forma categorial Trabalho aparece de maneiras e comportamentos diferentes: chegando até uma radical mudança na sua maneira de agir (jamais a mudança é na sua função social a qual já falamos: uma “eterna necessidade” humana de produzir os meios de produção e de subsistência, qualquer que seja a forma da sociedade.)

(Como nosso objetivo nesse capítulo ainda não é a categoria trabalho humano abstrato, não nos adentraremos nas questões históricas em profundo detalhe, apenas nas questões fundamentais que serviram para a compreensão e análise da sociedade capitalista moderna futuramente. O que fara, à primeira vista, parecer que esse ponto é uma simples anedota, porém, repetimos, ficará claro sua total ligação com o corpo teórico do texto em geral, e para a colocação expositiva das questões de conclusão final)

1.1 Sociedades igualitárias primitivas

Todas os grandes modos de produção têm uma forma específica de lhe dar com a produção e distribuição da riqueza da sociedade produzida por ela. Pois “um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de produção, ou fase social”⁶⁶ Como não existe indivíduos sem sociedade, nem sociedade sem indivíduos, a própria sociedade já nasce pressupondo um grau de organização comunitária entre os primatas, e o mínimo de uma forma de linguagem e pensamento abstrato... e etc. (como já argumentamos exaustivamente).

⁶⁶ (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 2009, p. 43)

Como toda sociedade parte de um ponto determinado de forma organizativa, os primatas ao darem o salto de qualidade (ou ontológico) partem de bases dadas em condições em que a precária capacidade de produção determina a vida.

Podemos dizer que a humanidade já nasce com um baixo poder produtivo, um baixo desenvolvimento das forças produtivas. A primeira forma de sociedade pode ser classificada como uma forma de *Comunismo Primitivo*: onde não havia a divisão social do trabalho⁶⁷, a exploração dos homens entre si, a propriedade privada, o estado, o casamento monogâmico e, portanto, as classes sociais. Não porque esses indivíduos eram “bons” ou “maus” em sua natureza, apenas porque o baixo desenvolvimento das forças produtivas não permitia nem possibilitava que tais categorias expostas acima surgissem⁶⁸.

Toda a produção era de baixa produtividade: as ferramentas necessárias eram de tal forma que não permitiam a extração de uma quantidade de riqueza elevada; todos, logo, tinham que trabalhar⁶⁹ para a produção. A própria relação da sociedade com o conhecimento da natureza fazia com que a produção ficasse limitado aquilo que a “natureza oferecesse”. Era necessário para a continuidade e manutenção da sociedade que os indivíduos agissem de tal forma a garantirem a produção em tal escala, mesmo com o baixo desenvolvimento das formas de produtividade.

Mas,

Com o aparecimento da agricultura e da pecuária, os homens puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver, ou seja, surgiu um excedente de produção. A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. Temos aqui

⁶⁷ “A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual” do que se diferencia do “que originalmente a divisão do trabalho no ato sexual, e depois a divisão espontânea ou ‘natural’ do trabalho em virtude da disposição natural”. (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 2009, p. 45)

⁶⁸ Aqui merece uma nota: para acabar com a possibilidade de uma possível interpretação que permita afirmar que estamos sendo “deterministas”, que a sociedade se limite a forma de como se produz, e que todas as categorias têm seu limite uma *sine qua non condition* para com, tanto o desenvolvimento das forças produtivas, ou de uma determinada forma de expropriar da natureza – Trabalho. Lembremos, apenas da obra de arte grega, que até hoje é uma das grandes expressões das relações humanas, e que de longe é “superior” a várias “artes” que vêm à tona frequentemente e que se perde na história em um piscar de olhos! A arte tem sua determinação, mas tem sua autonomia frente o Trabalho; assim se sucede com a Filosofia, sexualidade, e qualquer outra forma ser.

⁶⁹ Não usaremos a letra maiúscula quando se tratar do ato de atividade. Acabaria que seria necessária uma nota de rodapé a cada palavra. O desenvolvimento do texto mostrará sentido próprio a questão.

a gênese de algo radicalmente novo na história humana. Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado.⁷⁰

Ou seja, o aparecimento da divisão da sociedade em classes, *não era permitido pela história*, da mesma forma que isso não tem que ser *algo inevitável*: o próprio desenvolvimento das forças produtivas, e as relações sociais levaram as possibilidades de se haver uma divisão entre o Trabalho manual e o trabalho intelectual⁷¹. Aqueles que produzem e aqueles que realizam a vigilância, que regula, inspeciona e etc. O trabalho intelectual não é a atividade de pensar, mas a atividade, dentro do processo de produção que regula, vigia e etc. e que se tornou antagonista à produção, através do desenvolvimento histórico, do trabalho manual. Essa, a primeira forma de divisão social do trabalho.

Assim, nas sociedades de coleta⁷² – ou comunismo primitivo, como queiram – a possibilidade da existência das classes sociais era limitada pela forma com que a sociedade organizava sua produção, e não o contrário. A produção da riqueza não permitia que existisse uma exploração – que concomitantemente, surge com a divisão social do trabalho, com as classes sociais, separação entre trabalho intelectual e manual, casamento monogâmico, estado, política e assim em diante – do homem pelo homem.

Podemos dizer que essa foi a *forma última* em que a sociedade viveu sem a propriedade privada, mas sim uma forma de propriedade comunal: a propriedade comunal, da mesma forma, não é uma categoria necessária, nem muito menos porque

⁷⁰ LESSA, S. & TONET, I. *Introdução à Filosofia de Marx*. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2009

⁷¹ A essa questão e categorias voltaremos posteriormente, pois aqui só podemos aludir brevemente como modo de exposição limitada dentro da sociedade da qual analisamos.

⁷² “O período mais longo da história foi a chamada Pré-história. Ele se iniciou, segundo as pesquisas mais recentes, há cerca de 100 mil anos e terminou entre 12 e 10 mil anos atrás, com a Revolução Neolítica. As forças produtivas eram tão pouco desenvolvidas que o único trabalho possível era coletar na natureza o que já se encontrava pronto para o consumo. Por mais primitiva que seja esta atividade, ela já era superior ao intercâmbio dos animais com o ambiente. Ao recolher da natureza o que necessitavam, os humanos também se transformavam. Esse modo de trabalhar é a coleta” (LESSA, S. & TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. Ed. Instituto Lukács: São Paulo, 2012, p. 11)

os homens eram bons por natureza, mas uma necessidade inevitável da forma com que se organizava a produção através do Trabalho.

Algumas categorias tinham a impossibilidade histórica de surgir, outras tinham um limite imprescindível de se desenvolverem. Essa determinação ineliminável que pertence as limitações dos desenvolvimentos das forças produtivas não pode jamais serem vista como algo determinista: apenas como algo que é impossível, do ponto de vista histórico, existir, ou seja, algo que a própria sociedade permita: era impensável existir, ao menos em germe, por exemplo, a mercadoria, da mesma forma que hoje. Em uma sociedade completamente em baixo desenvolvimento – do ponto de vista das forças produtivas –, ou, uma sociedade comunal não se pode existir a possibilidade da existência da mercadoria – a mercadoria nasce, não diretamente, do produto excedente.

A escassez, causada pela precariedade da produção, era um dado *essencial* da forma de organização da sociedade, não permitia um desenvolvimento; a produção excedente permitia, por sua vez, que, agora, existisse plenas condições históricas para o surgimento – jamais inevitável – das classes sociais como revela a citação acima. Tertulian, de maneira objetiva afirma que

Nem Marx, nem Engels fizeram da escassez o agente principal da história, a origem da divisão da sociedade em classes antagonistas. Ao contrário, Engels atribuiu a dissolução da comuna primitiva e a aparição das classes sociais ao surgimento de um excedente no produto social, que teria permitido a um grupo determinado impor sua dominação e transformar os outros em escravos.⁷³

Mais uma vez, podemos ver que o momento determinante para a sociedade é a produção: sem a produção dar a possibilidade do surgimento da exploração, não teria na história tal acontecimento. Logo em seguida, a forma de exploração da produção irá retroagir sobre a forma de Trabalho e proporcionar que se eleve a outro nível. Não foi a exploração que fez a produção aumentar, mas a possibilidade de haver a exploração, e a divisão social do trabalho e as classes sociais, causada pelo aumento da produtividade através das condições dadas e permitidas devido a uma

⁷³ (TERTULIAN, Nicolas. 2012, p. 78)

produção individual excedente que deram a necessidade/possibilidade história da exploração ser uma determinação da existência.

1.2 *Escravidão antiga, uma necessidade social*

Desta forma de produção – trabalho comunal, e de coleta – passamos a forma de produção de Trabalho onde a expropriação vem através da *violência*⁷⁴: a escravidão é a maneira mais eficiente para a história, nesse patamar, de acumular riqueza (sempre através da força: o estado, aqui, é elemento essencial para a manutenção da exploração e todo o aparato que assegure a sociedade: aqui, escravista. É nesse momento da história em que a Luta de classes entra em cena⁷⁵). Mas, essa passagem não foi de maneira homogênea, mas em linhas gerais, a forma

⁷⁴ Como falamos: o sentido da violência, como forma brutal na história humana começa aqui. Os conflitos anteriores as sociedades de classes não tinham como pressuposto o antagonismo entre indivíduos e gênero surgido pela propriedade privada. Por outro lado, não queremos dizer que não haviam atos atrozes, mas que a função social que cumpre os conflitos é radicalmente diferente. Não é questão de julgamento moral, mas uma constatação que podemos fundamentar para esclarecer que a depender da forma como a sociedade se reproduz determinadas formas de expressão tem uma total diferença de comportamento na reprodução social. “Nesse contexto, a violência se elevou a um novo patamar. Na comunidade primitiva a violência também estava presente, contudo com um papel social inteiramente distinto. Na disputa entre tribos ou bandos, tratava-se de garantir a posse de fontes de alimentação, locais de abrigo, etc. E, no interior do próprio bando ou tribo, a carência poderia resultar na violência entre indivíduos. Neste último caso, contudo, havia um limite. Como a sobrevivência de cada um, mesmo do mais forte do grupo, dependia da sobrevivência de toda a comunidade, a violência raramente levava a ferimentos graves ou à morte dos envolvidos.” (LESSA, S. & TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. Ed. Instituto Lukács: São Paulo, 2012, p. 14)

⁷⁵ Acrescentamos essa nota para esclarecer muitos que cometem o erro fatal na interpretação da frase de Marx e Engels em seu texto *Manifesto do Partido Comunista*, que teve sua primeira publicação no final de fevereiro do ano de 1848, em que exclamam: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. Se essa frase estiver levada ao pé da letra, tudo que falamos até agora, em que é tomando como referência o Trabalho como o fundamento da história humana, não teria fundamento algum no itinerário dos pensadores Marx e Engels – teríamos pelo contrário uma total e radical confusão teórica no movimento interno de seus pensamentos. Estaríamos, portanto, sendo desleal as suas letras. Porém, Engels na edição inglesa de 1888, em uma nota de rodapé, esclarece que ambos estavam falando da história escrita até o momento. Ou seja, a história das organizações sociais dos indivíduos, anterior a escrita, eram ainda desconhecidas por eles no momento em que se escreveu tal texto. Mas, isso não tira a veracidade. Essa confusão, como havíamos dito antes, sempre vem com a anulação de que o Trabalho (como já defendido) não seria o fundamento do mundo dos homens. Argumentaremos mais adiante que essas colocações têm como pressuposto, sempre, a anulação, portanto, de categorias fundamentais no arcabouço teórico de Karl Marx. Minimamente, no primeiro capítulo, fizemos breve referência sobre o processo de anulação das categorias fundamentais por parte de pensadores que por motivos conscientes ou não tomam posições diferente das do escritor de O Capital.

que predominou foi o processo de escravização de tribos e povos por meio de guerras e conflitos.

Como os indivíduos poderiam produzir mais, a possibilidade de escravizar entra em cena: se antes escravizar era impossível porque a produção individual fazia com que a miséria produtiva fosse imensa, agora se torna, além de possível, muito mais produtiva do que produzir como antes: colocar os indivíduos para produzir através da violência, logo, para fazer com que pessoas produzam não para si mas para outrem, fazia com que uma parte da produção aumentasse de forma inimaginável para com as formas de períodos anteriores: lembremos que as forças produtivas estavam possibilitando que os indivíduos produzissem mais: a esse salto (ontológico, ou qualitativo) na produção é o que se chamou de Revolução Neolítica.

Ou seja,

...a domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas. Até a fase inferior da barbárie, a riqueza duradoura limitava-se pouco mais ou menos à habitação, às vestes, aos adornos primitivos e aos utensílios necessários para a obtenção e preparação dos alimentos: o barco, as armas, os objetos caseiros mais simples. O alimento devia ser conseguido todo dia, novamente. Agora, com suas manadas de cavalos, camelos, asnos, bois, carneiros, cabras e porcos, os povos pastores, que iam ganhando terreno (os ários, no indiano País dos Cinco Rios e no vale do Ganges, assim como nas estepes de Oxus e Jaxartes, na ocasião esplendidamente irrigadas, e os semitas no Tigre e no Eufrates), haviam adquirido riquezas que precisavam apenas de vigilância e dos cuidados mais primitivos para reproduzir-se em proporção cada vez maior e fornecer abundantíssima alimentação de carne e leite. Desde então, foram relegados a segundo plano todos os meios anteriormente utilizados; a caça, que em outros tempos era uma necessidade, transformou-se em passatempo.⁷⁶

Com essa nova forma de produção histórica, a possibilidade (e a necessidade) de escravizar entra em jogo nos rumos da história; não que antes não existissem escravização – e que se apresentava de várias formas e com variadas funções dentro dos grupos. Ou seja, “A escravidão já tinha sido inventada” mas, “O escravo não tinha valor algum para os bárbaros”⁷⁷ como se terá depois que for estabelecido uma nova

⁷⁶ (Engels, 2012: 73-4)

⁷⁷ (Engels, 2012: 74)

relação social que tenha na apropriação da produção excedente, pela mediação da violência⁷⁸, sua forma de reproduzir-se.

Por isso os índios americanos relativamente aos seus inimigos vencidos agiam de maneira bastante diferente da usada na fase superior. A tribo vencedora matava os homens derrotados, ou adotava-os como irmãos; as mulheres eram tomadas como esposas, ou, juntamente com seus filhos sobreviventes, adotadas de qualquer outra forma. Nessa fase, a força de trabalho do homem ainda não produz excedente apreciável sobre os gastos de sua manutenção.⁷⁹

Porém, olhando para o processo produtivo em si, a revolução neolítica foi determinante para toda a história das sociedades de classe. Assim, “ao *introduzirem-se*, porém, a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte do tecido e, por fim, a agricultura, ***as coisas ganharam outra fisionomia***” (Engels, 2012: 75. Grifos e Negrito nossos.)

É dessa forma, portanto, que se tem, na história da humanidade, pela mediação da violência, sempre, um aumento do desenvolvimento das forças produtivas, porém, só foi possibilitado pela possibilidade dada com a “*descoberta*” da agricultura e da pecuária e do desenvolvimento da técnica que era restringida pela qualidade da qual o solo material para o desenvolvimento histórico possibilitava: a escravidão não possibilitava um aumento explosivo da riqueza socialmente produzida pela classe de escravos – que virá adiante da revolução neolítica, mas tendo sempre em mente que o que possibilita a existência da escravidão foi a possibilidade criada pelo trabalho excedente: daí que advém o nascimento da propriedade privada, e do órgão assegurador dessa reprodução: o estado. (Deixemos de lado essas questões, que são imprescindíveis, mas que não cabe a nossa exposição uma reconfiguração detalhada, apenas, contudo, uma alusão que é de total necessidade para a dissertação em questão). Foi assim, portanto, que se pôs abaixo as sociedades chamadas por Marx e Engels de comunismo primitivo, ou sociedades primitivas. Agora as sociedades viriam a ser mediadas, não pela ajuda mútua, mas sim pela

⁷⁸ Que fique claro que a violência é a mediação essencial e indissociável da forma de acumular e produzir riqueza nas sociedades de classe: desde o escravismo até a forma democrática social de uma nação mais elevada dos nossos dias. A violência é e sempre será necessidade primeira e última na e para a exploração do homem pelo homem.

⁷⁹ (Engels, 2012: 74-5)

concorrência; não pela coletividade, mas pela disputa; não pela divisão da produção, porém pela expropriação – sempre com a mediação da violência – e exploração.

A tribo era a fronteira do homem, para os estranhos como para si mesmo: a tribo, a Gens e suas instituições eram sagradas e invioláveis, constituíam um poder superior dado pela natureza, ao qual todo indivíduo ficava submetido sem reservas em seus sentimentos, idéias e atos. Por mais imponentes que nos pareçam, os homens de então mal se distinguiam uns dos outros; estavam, como diz Marx, presos ao cordão umbilical da comunidade primitiva. O poderio dessas comunidades primitivas não poderia deixar de ser destruído e foi destruído. Desfez-se, contudo, por influências que desde o início nos aparecem como uma degradação, uma queda da singela grandeza moral da velha - sociedade gentílica. *Os interesses mais vis - a baixa cobiça, a brutal avidez de prazeres, a sórdida avareza, o roubo egoísta da propriedade comum - inauguram a nova sociedade civilizada, a sociedade de classe; os meios mais ultrajantes minam e perdem a velha sociedade sem classes das Gens: o furto, a violência, a perfídia e a traição.* E a nova sociedade, através desses 2.500 anos de sua existência, não tem sido senão o desenvolvimento de uma pequena minoria às expensas de uma grande maioria explorada e oprimida; e continua a sê-lo, hoje mais do que nunca.⁸⁰

A categoria Trabalho adquire função completamente diferente da forma que existia antes das sociedades escravistas: nessa, os escravos serão os produtores da riqueza material; naquelas – sociedades comunal – a produção da riqueza era feita pela comunidade, e a apropriação e distribuição dessa riqueza era repartida por e a toda comunidade (mesmo que essa repartição viesse ser algo diferente a depender do local ou época, mas a repartição era algo que não pressupunha a apropriação privada, porém a disposição coletiva das necessidades – mesmo que não saciadas por todos os membros do bando, tribo, grupo e etc.)

Nessas sociedades, escravistas, tiveram suas formas mais bem elaboradas nas sociedades gregas e romanas. Assim como todas as sociedades de classes, elas tiveram dois grupos (ou classes sociais) *fundamentais* para o processo de reprodução: de um lado, os senhores de escravos, e de outro, os próprios escravos. Aqueles se utilizam de ferramentas e aparatos, instituições e outros grupos, ou classes “intermediárias” para, através da violência cotidiana, forçar a classe escrava a produzir o conteúdo da riqueza dessa forma de sociedade: ou seja, a forma (e conteúdo) do Trabalho, que é realizada pela classe dos escravos, funda a forma pela qual a sociedade vai se movimentar no seu processo de reprodução e produção, tanto das individualidades quanto das coletividades que a ela pertence, e que de certa forma,

⁸⁰ (Engels, 2012: 125. Itálicos nossos)

contribuem para a conservação dessa forma de vida. Dizer que a produção e reprodução da sociedade (e da sociabilidade) da sociedade escravista tem como fundamental a classe escrava e senhores de escravos, não limita essa forma de organização social a essas duas únicas classes. Pelo contrário: as sociedades, quaisquer que sejam, que forem divididas em classe, terão formas de classes sociais que “auxiliam” na repressão para manter a classe produtora a produzir a riqueza material da qual todas as sociedades dispõem para sua manutenção.

Dos funcionários públicos até os grupos militares, dos juristas, carcereiros, vigias e etc. a sociedade se organiza de tal forma que coaduna para auxiliar na manutenção do status quo vigente (não é por menos que nosso grande pensador grego, Aristóteles, em sua obra *A Política*, visava pensar uma vida ética sem a abolição do trabalho escravo, nem da submissão da mulher sobre o homem⁸¹. Não porque o pensador estagirita fosse uma “pessoa má”, mas porque a formação social da qual ele vivia apenas possibilitava uma forma de consciência que não ia para além da reprodução da propriedade privada – produto da divisão social do trabalho na relação de exploração de uma classe sobre outra – da qual a sociedade produzia: da exploração dos escravos por meio dos senhores de escravos: sociedade em que o filósofo tinha sua vida cotidiana inserida, e da qual era partícipe.

1.3 Declínio do escravismo, e ascensão dos feudos

Como sabemos, a crise das sociedades escravistas – mesmo de diferentes modos, e quantitativamente diferenciada a cada local, momento, e formação peculiar das formas particulares – entram em crise e desaparecem do globo dando origem a outra forma social que carrega em sua essencialidade social uma radical e qualitativa

⁸¹ “A condição da mulher difere da do escravo. A natureza, com efeito, não age com parcimônia, como os artesãos de Delfos que forjam suas facas para vários fins; ela destina cada coisa a um uso especial; cada instrumento que só tem o seu uso é o melhor para ela. Somente entre os bárbaros a mulher e o escravo estão no mesmo nível. Assim, esses povos não têm o atributo que importa naturalmente a superioridade e sua sociedade só é composta de escravos dos dois sexos. Foi isso que fez com que o poeta acreditasse que os *gregos tinham, de direito, poder sobre os bárbaros*, como se, na natureza, bárbaros e escravos se confundissem. A principal sociedade natural, que é a família, formou-se, portanto, da dupla reunião do homem e da mulher, do senhor e do escravo. O poeta Hesíodo tinha razão ao dizer que era preciso antes de tudo *A casa, e depois a mulher e o boi lavrador*, já que o boi desempenha o papel do escravo entre os pobres. Assim, a família é a sociedade cotidiana formada pela natureza e composta de pessoas que comem, como diz Carondas, o mesmo pão e se esquentam, como diz Epimênides de Creta, com o mesmo fogo.” (Aristóteles: p. 2-3, 2006)

mudança: o Trabalho toma outra configuração. (Não é desconhecido por nós a concepção de que existem várias formas de como da crise do escravismo – que tivemos em Roma a forma peculiar – deu-se origem ao sistema Feudal: as particularidades, que, sempre, para nós, é de total importância, tem uma tendência universal da qual seguiremos na exposição, pois os pormenores apenas justificariam a tendência universal e total.)

Uma das qualidades, que, a nosso ver, se apresenta como uma consequência, não só peculiar, mas também, essencial, e, então, também determinante para o “nascimento e existência” do modo de produção feudal⁸², era o fato de que a produção era feita por *homens mais livres*, ou camponeses, também chamados de servos⁸³. Os servos eram homens *livres* que detinham direitos e deveres perante o seu senhor (feudal). Sua vida dependia de seguir esses direitos e deveres que eram estabelecidos entre eles e os tais senhores, de forma desigual, em se tratando do conjunto dos

⁸² “A maioria das terras agrícolas da Europa ocidental e central estava dividida em áreas conhecidas como “feudos”. Um feudo consistia apenas de uma aldeia e as várias centenas de acres de terra arável que a circundavam, e nas quais o povo da aldeia trabalhava. Na orla da terra arável havia, geralmente, uma extensão de prados, terrenos ermos, bosques e pasto. Nas diversas localidades, os feudos variavam de tamanho, organização e relações entre os que os habitavam, mas suas características principais se assemelhavam, de certa forma.” (HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homens. Editora Zahar. 16° Edição, p. 12)

⁸³ “O camponês era, então, um escravo? Na verdade, chamava-se de ‘servos’ a maioria dos arrendatários, da palavra latina ‘servus’ que significa ‘escravo’. Mas eles não eram escravos, no sentido que atribuímos à palavra, quando a empregamos. Mesmo se tivesse havido jornais na Idade Média, nenhum ‘anúncio’ como o seguinte, que apareceu no Charleston Courier em 12 de abril de 1828, teria sido encontrado em suas páginas: ‘Uma família valiosa... como jamais se ofereceu para venda, consistindo de uma cozinheira de cerca de 35 anos, sua filha com cerca de 14 e seu filho, cerca de 8. Serão vendidos juntos ou apenas em parte, conforme interessar ao comprador.’ Esse desmembramento de uma família de escravos negros, segundo a vontade do dono, não aconteceria numa família unida, sem depender do desejo do senhor feudal. Se o escravo era parte da propriedade e podia ser comprado ou vendido em qualquer parte, a qualquer tempo, o servo, ao contrário, não podia ser vendido fora de sua terra. Seu senhor deveria transferir a posse do feudo a outro, mas isso significava, apenas, que o servo teria novo senhor; ele próprio permanecia em seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, pois concedia ao servo uma espécie de segurança que o escravo nunca teve. Por pior que fosse o seu tratamento, o servo possuía família e lar e a utilização de alguma terra. Como tinham, realmente, segurança, acontecia por vezes que uma pessoa livre, mas que por um motivo ou outro se encontrava arruinada, sem lar, terra ou comida, ‘oferecer-se-ia [a algum senhor, como servo], uma corda no pescoço e uma moeda na cabeça.’³ Havia vários graus de servidão, mas foi difícil aos historiadores delinear todos os matizes das diferenças entre os diversos tipos. Havia os ‘servos dos domínios’, que viviam permanentemente ligados à casa do senhor e trabalhavam em seus campos durante todo o tempo, não apenas por dois ou três dias na semana. Havia camponeses muito pobres, chamados ‘fronteirços’, que mantinham pequenos arrendamentos de um hectare, mais ou menos, à orla da aldeia, e os ‘aldeões’, que nem mesmo possuíam um pequeno arrendamento, mas apenas uma cabana, e deveriam trabalhar para o senhor como braços contratados, em troca de comida. Havia os ‘vilãos’ que, ao que parece, eram servos com maiores privilégios pessoais e econômicos. Distanciavam-se muito dos servos, na estrada que conduz à liberdade, gozavam de maiores privilégios e menores deveres para com o senhor.” (HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homens. Editora Zahar. 16° Edição, p. 15-6)

servos e senhores feudais que se configuravam de maneira peculiar correspondente ao período e ao lugar em que tais relações eram estabelecidas.

Em troca de segurança, os servos “davam” sua força física para trabalhar a terra dos senhores. Essa relação se intensificava com o passar dos anos. Além da segurança que era prometida pelo senhor feudal, o servo recebia uma parte da terra para poder produzir para ele: a terra era dividida de tal forma que os servos tanto trabalhavam para si com também para os senhores feudais. Essa forma de produzir foi algo que possibilitou um aumento considerável na produção da riqueza da sociedade (independente do feudo ao qual se pense, ou do momento, a tendência universal era esse aumento na produtividade) devido ao simples processo pelo qual se formava a produção e a divisão da riqueza em relação a forma social anterior, o escravismo.

Se no escravismo, os produtores da riqueza material da sociedade, os escravos, classe explorada – tinham toda a produção “arrancada” de suas mãos pela mediação da força e da violência com o auxílio das classes que detinham, perante o estado, a legalização de tal uso de seu poder para com a tal classe produtora – não tinham acesso a riqueza por eles produzidas, mas apenas o “essencial” para a manutenção de sua “massa biológica”, ou, seu corpo, continuar a servir como “animal que fala e produz”; o camponês servo, da forma clássica do feudalismo que se esparramou por quase toda a Europa, tinha direito a quantidade da produção feita por ele.

Se os servos produzissem uma determinada quantidade, essa quantidade poderia ser repartida para ele, mesmo sendo uma quantidade muito inferior ao seu produto final. Se em um determinado período de tempo ele trabalhava para os donos do feudo, outra parte ficava delegado para a sua produção. Diversas formas de dividir a produção, seja pelo tempo, pela quantidade e localidade das terras, pela divisão de setores, não tem importância aqui, nesse momento. O que nos importa é o fato de que agora a classe que produz o conteúdo da riqueza material tem acesso a riqueza por ela produzida através de outra mediação que não aquela que era necessidade e possibilidade na forma da produção e reprodução da sociedade escravista: no feudalismo, era então uma forma de produzir que qualitativamente se diferenciava pelo fato das classes sociais fundamentais Servos (camponeses) e os Senhores

Feudais (donos da terra) – entenda-se “terra” como o conjunto de toda a área em que se pode pertencer rios, bosques, florestas, mananciais, lagos e etc⁸⁴. – terem uma relação da qual os produtores ficavam com uma parte do produzido (seja no arado da terra, seja na produção de animais, ou qualquer outra forma de produção de utensílios como vestimentas e etc.), mesmo que sendo a menor parte, e o Senhor Feudal se dispunha do resto da produção que correspondia a maior parte.

Se o servo recebesse 1/5 de toda produção – das particularidades produzidas por ele –, então nada melhor do que produzir cada vez mais. Se ele produzia um determinado milho, de uma determinada forma, e de uma determinada espécie, que viesse a ser útil, tanto para a sua manutenção da vida física, quanto para alimentação do gado que aumentaria a produtividade do leite e de sua força para o arado, o servo faria dessa produção uma produtividade cada vez maior. De um lado ele ganharia mais milho – mesmo aumentando a quantidade para o seu senhor – quanto o gado poderia produzir mais leite, e esse mesmo gado poderia ser mais eficiente, devido a boa alimentação da ração de milho, na produção do arado para o próprio leite ou qualquer outra cultura da terra. O feudo, portanto, ia se caracterizando por sua auto eficiência e, por conseguinte, independência. Toda a produção era feita para o consumo dos moradores do feudo – porém, algumas vezes essa produção quando se tinha excedido o necessário, poderia ser trocado em outro feudo por outros produtos que a determinado feudo tinha carência ou uma baixa potencialidade para a produção (por conta do solo ou outros fatores naturais)

De longe, notamos uma possibilidade para a efetivação e consolidação do aumento das forças produtivas do trabalho.

Se no escravismo os escravos não dispunha da produção da riqueza de tal forma que poderia adquirir uma parte maior se trabalhassem mais, sua produção frequentemente era sabotada, pois mesmo com uma alta ou baixa produção o senhor de escravo era obrigado a manter seu “animal que fala” vivendo, e para isso teria que “devolver” o mínimo necessário – produzido por ele – para sua manutenção física do corpo; no feudalismo, era pressuposto que para os servos a produção fosse cada vez maior, pois sua parte da produção também seria. Então, aqui, nessa fase histórica da

⁸⁴ “A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem” (Marx, 1996: 298. TOMO I)

humanidade, era mais que possível, mas sim necessário que o desenvolvimento se colocasse novamente na roda da história.

Houve um desenvolvimento da técnica muito forte.

Com o desenvolvimento da técnica, e do conhecimento, a produção começou a aumentar; com o aumento da produção, a população comia mais e vivia mais e melhor; o aumento da produção foi se desenvolvendo e aumentando, também, a divisão de feudos, e a qualidade e quantidade da produção da riqueza (lembramos que a riqueza era de tal montante que o excedente da produção fora expressado nas grandes construções de castelos, pontes monumentais, e etc. o desenvolvimento da técnica, da produtividade, ou seja, das forças produtivas, possibilitaram aos seres humanos uma vida mais rica de mediações: houve um desenvolvimento da subjetividade e do conhecimento do mundo que se expressavam nas obras de arte, na estética da arquitetura e no desenvolvimento dos meios de produção.)

...

Com o aumento da produtividade que se viu, muitas mudanças ocorreram nas pequenas comunidades feudais. Uma delas, senão a fundamental, foi a forma com que agora era tratada a produção: se antes eram-se produzidos produtos para apenas o uso, agora a produção passou a ser praticada para produzir um excedente diretamente para a troca. Como dissemos, a troca entre alguns produtores, feudos e etc. já havia, mas a função com a qual cumpria a produção não era a produção para a troca, mas para o uso; contudo, o eventual excedente fazia com que muitos indivíduos se colocassem a trocar alguns produtos que estavam a mais em seu estoque por outros, de outros produtores, feudos, senhores e etc. de que necessitavam também. A troca, portanto, não era o determinante, era algo anedótico, no início e meados do feudalismo. A troca comparecia não como o momento predominante da reprodução social e da produção da riqueza material, o que comparecia, de fato, era *a produção para o uso*. Ou seja, não eram mercadorias que eram produzidas, mas produto, ou valores de uso, que, ao exceder a produção, eram trocados. Os valores de troca de tais produtos eram acidentais no início, mas não tiravam o *caráter de mercadoria*, logo, não eram produzidos para serem mercadorias, todavia para servirem apenas de valor de uso, ou seja, para o uso.

O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca⁸⁵

E, na nota número 89, posta por Engels 4º à edição Alemã, acrescenta que esse trecho foi introduzido por ele “ porque sua omissão tem frequentemente originado o mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo produto que é consumido por outro, que não o produtor.”⁸⁶

De modo algum queremos dizer que as mercadorias não existiam. Seria impensável de nossa parte tal afirmação. Só basta pensarmos no comércio que havia na Grécia antiga, nos mercadores do próprio feudalismo. Mas, o comércio ainda não tinha a mediação e a importância que viria adquirir na vida da totalidade social como tomou corpo no modo de produção capitalista.

Mesmo, como estamos alertando, a produção ser voltada para o próprio consumo, ou algumas vezes, mas de modo acidental, para a troca, os servos (e, toda a coletividade social) – não é desnecessário a repetição, aqui – *começaram a produzir mais e viver mais e com uma qualidade de vida muito maior*. Com o aumento da população, ficou inviável para os feudos manterem a população. Assim

Logo em seguida, o aumento da produção e da população provocou uma crise no sistema feudal: o feudo possuía mais servos do que necessitava e produzia mais do que conseguia consumir. Frente à crise, os senhores feudais romperam o acordo que tinham com os servos e expulsaram do feudo os que estavam sobrando. Estes, sem terem do que viver, começaram a roubar e a trocar o produto do roubo com outros servos. Como todo mundo estava produzindo mais do que necessitava, todos tinham o que trocar e voltou a florescer o comércio. Em pouco mais de dois séculos, as rotas comerciais e as cidades renasceram e se desenvolveram em quase toda a Europa.⁸⁷

Com essa nova forma no processo de reprodução da sociedade, a qualidade da vida e da própria produção dos meios de subsistência mudam. O excedente da produção, que era algo impensável nas sociedades sem classe, adquire agora função completamente diversa do que havia antes existido nas formas de sociedade

⁸⁵ (Marx, 1996: 170. TOMO I)

⁸⁶ (Marx, 1996: 170, nota 89. TOMO I).

⁸⁷ (LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. 2011: 62-3)

escravista e feudal: esse excedente será agora produzido não para o uso, mas para necessariamente a troca.

Das pequenas feiras que se formavam para a troca de excedentes, agora nasceram as grandes feiras com um número maior de produtos para a troca: não só mais de forma local vai se ver posta as mercadorias, mas agora, e com o avanço da necessidade da produção e da troca, o comércio se colocará em um patamar onde os produtos que antes eram inimagináveis em um determinado local do mundo, passa a ter acesso. Dos pequenos trajetos feitos pelos primeiros servos, ou homens livres, em busca de trocar sua produção excedente em uma pequena feira, dá-se lugar as grandes navegações: o mercado se abre para o mundo, a mercadoria se torna agora a mediação imprescindível para a posse do valor de uso; o uso se subordina a troca; só se fará viável a produção se for a produção para a troca, e não mais para o uso. Se no feudalismo o valor de uso, a utilidade das coisas se colocava como fator principal no processo de produção, agora o valor de troca, ou, o produto como mercadoria, é quem será o carro-chefe da locomotiva da história. De qualquer forma, a produção realizada pela sociedade feudal não dava mais conta das necessidades sociais que essa mesma sociedade construía e possibilitara; não dava mais conta do *mercado mundial* que se abria.

Da mesma maneira que em todas as sociedades de classe existiam duas classes antagônicas no processo de produção, porém a reprodução social, como já falamos, não se resumia a essas, na sociedade da mercadoria nascente teremos duas classes sociais que nascem dos interstícios e entranhas do velho mundo feudal: a burguesia e o proletário. A riqueza social, ou “o conteúdo material” dessa forma de sociabilidade, portanto, será produzida pelos antagonistas a classe dominante, burguesa, qual seja: o proletário. (Falaremos disso mais adiante, mais precisamente na Segunda Parte)

2. A paraíso do Deus Capital: o capitalismo e suas personagens

Por várias mediações, e de várias formas diferentes, a estrutura feudal socioeconômica colocou-se abaixo. Diferente das sociedades precedentes, a

sociedade nascente veio através de uma Revolução⁸⁸ que colocou por fim tanto as relações econômicas como as relações sociais do velho mundo. Tendo como classe, que levou a cabo as transformações radicais da sociedade e da economia, a burguesia, os ideais dessa formam também todo o arcabouço social, teórico, prático, ideológico, cultural e econômico, por a ela pertencer os meios da produção material.

A burguesia, classe nascente dos artesões⁸⁹ da antiga sociedade feudal, colocou em atuação a mediação imprescindível para a manutenção e concretude da ordem ao qual se estabelecera a sociedade desde então: o comércio.

Como falamos, tanto o comércio, quanto as mercadorias existiam nas sociedades pré-capitalistas, mas isso não poderia ser algo que tinha como forma de ser o motor central de toda a reprodução social: o comércio era algo secundário na vida dos indivíduos de qualquer classe que seja⁹⁰. Em outras palavras, a mercadoria, o comércio e outras formas de propriedade privada, extraídas pela exploração, sempre violenta, de uma classe sobre outra, já existiam, mas não como forma predominante na vida cotidiana. Assim, antes do capitalismo, e do mercado como mantenedor da vida cotidiana e da reprodução social e das relações (tanto entre os indivíduos como entre os indivíduos para com a natureza – economia: Trabalho), a

⁸⁸ Não é espaço, nesse momento, nem nós somos capazes, de expor os pormenores, que se faz necessário, da grandiosidade da revolução que teve como “carro-chefe” a burguesia. Um momento histórico rico de construção de uma nova forma de sociabilidade. Para tal empreitada, seria necessário não apenas um ponto, mas um capítulo inteiro. Contudo, não deixaremos de mencioná-la quando acharmos que sem tal menção o corpo teórico e expositivo de nosso objetivo e objeto tem necessidade.

⁸⁹ “Dos servos da Idade Média saíram os *Pfahlbürger** das primeiras cidades; desta *Pfahlbürgerschaft* desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia [*Bourgeoisie*].” *Na nota 38 da edição em questão citada da Avante, tem a seguinte passagem: “*Pfahlbürger, Pfahlbürgertum e Pfahlbürgerschaft*: designações sem equivalente linguístico em português: literalmente, burguês da paliçada; burguesia da paliçada. Durante a Idade Média, no Norte e Leste da Europa, estas designações aplicavam-se aos moradores de um espaço compreendido entre os muros do castelo e uma paliçada circundante. Eram geralmente mercadores. Mediante o pagamento de imposto e obrigações de participação na defesa, recebiam também protecção da cidade. A determinação precisa do seu estatuto foi objecto de repetidas controvérsias.” (MARX, K. & ENGELS, F. 1997 s/p)

⁹⁰ Quando falamos em comércio, ou mercadorias, essa *forma de ser*, ou categoria, que faz parte da reprodução social, tem seu início nas sociedades de classe. Antes dessas sociedades (de classe) essas *formas de ser* eram – como já falamos sobre a revolução neolítica e que abriu a possibilidade da existência das classes sociais, exploração do homem pelo homem, família monogâmica, estado e etc. – categorias inexistentes e impensáveis, e impossíveis de se pôr na realidade. Então, quando falarmos de sociedade pré-capitalistas não nos referimos as sociedades coletivistas pré-Revolução Neolítica (Engels, 2012)

riqueza material socialmente produzida, ou o *conteúdo da riqueza material*, “necessidade eterna” do mundo humano, tinha sua forma como algo ligado a terra, a natureza.

Como visto, a riqueza das sociedades escravistas e feudal eram produzidas necessariamente pela classe que fazia a modificação da natureza com a intenção de produzir meios de sobrevivência, quer seja: comida, vestimenta, pontes, casas, estábulos, riachos, agricultura em geral, fortes, torres, prédios e etc. Em ambas, as sociedades, existiam duas classes fundamentais. Essas duas classes eram fundamentais no sentido de que sem elas a sociedade não “ficaria de pé”. Toda a riqueza, portanto, era feita por uma dessas classes, mas que tinha como necessidade plena – já que as classes têm relação, e uma forma de relação social – uma outra classe: como era uma relação, se uma classe era fundamental, a sua classe antagônica era também fundamental para a composição e reprodução social. Isso vale para todas as formações sociais das quais se tiveram sobre o globo terrestre, porém com o caráter de classes⁹¹.

⁹¹ (Aqui abrimos um pequeno parêntese. Sabemos que no curso da história tivemos várias formas de sociabilidade e de particularidades históricas. Como a sociedade escravista era algo não solidamente heterogêneo, não se pode dizer que todas as formas de sociedade que viveu da riqueza produzida pela classe escrava eram idênticas; assim, como no feudalismo, as formas particulares com que as comunidades se desenvolveram não eram, também, algo homogêneo. Mas, por outro lado, e para nós isso é o fundamental, em linhas gerais, as leis gerais e fundamentais de desenvolvimento social da qual várias “formas” de escravismo, ou feudalismo, fizera parte seguem uma tendência universal – mas, cada uma em sua particularidade. Porque existem diferenças nas formas de se apresentarem, nas particularidades que dependem tanto do espaço geográfico, como das relações pretéritas, quanto dos costumes adquiridos perante vários tipos de interações com outros povos, ou até mesmo características adquiridas pelo fato de um isolamento, não se pode negar as leis gerais de formação, produção e reprodução da sociedade na qual, a seu diferente e radical modo, se assentam as sociedades escravistas e feudal.

Outra letra: mesmo nominando as sociedades escravistas e feudais como aparente forma homogênea, “dentro” de cada sociabilidade desses modos de produção, por mais que tivessem suas formas particulares e específicas, estavam sobrepostas diante de uma base fundamental: de um lado o trabalho escravo, de outro, o trabalho servil.

Escravidismo e Feudalismo comportam as principais formas, em linhas gerais, dos modos de produção mais peculiares em que a humanidade viveu sobre a égide da propriedade privada, quiçá das classes sociais.

Mas, e, portanto, não queremos deixar de lado o modo de produção asiático, mas como esse modo, a nosso ver, não passou pela “etapa” que a Europa conheceu a forma clássica do capitalismo, e da ascensão do mercado mundial, e da generalização das relações sociais mercantis, deixaremos de lado uma análise pormenorizada da questão: visto que o próprio Marx faz apenas algumas referências a esse modo de produção, e que, só no fim de sua vida veio a ser objeto de suas pesquisas de maneira enfática. Mais uma vez: não queremos deixar de lado essa forma de modo de produção, mas que para a pesquisa em questão, a análise da produção da riqueza material que advém da subordinação –

Na sociedade capitalista, existe uma alteração que muda radicalmente a forma de se acumular riqueza. Se nas formas precedentes a acumulação se dava basicamente – não exclusivamente – pela porção de natureza modificada mais quantidade de terra e quantidade de escravos ou servos, no capitalismo a riqueza ganha outra dimensão: não mais se limita a uma necessária porção da natureza: a riqueza agora se acumula de tal forma que aumentasse sem ao menos aumentar a quantidade de natureza modificada. Essa é a qualidade da forma social da riqueza material que se particulariza na sociedade capitalista: o capital.

Também, como nas sociedades precedentes, e que tinham seu caráter de classe, o modo de produção capitalista tem suas duas classes fundamentais: Burgueses e Proletários

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: burguesia e proletariado.⁹²

Os burgueses são a classe que detém o poder e a posse dos meios de produção, logo, o poder e as decisões do que devem ser feitos e como devem ser alocados os produtos: já que agora o mercado é a mediação para a vida cotidiana, e os produtos que antes eram feitos basicamente para o uso próprio, agora tem como primordial função a troca, então os meios de produção – os quais pertencem ao burguês – têm a função de produzir produtos para a troca no mercado. Agora, a produção de mercadorias passa a ser a base de todo o sistema e modo de produção. Então, com o aumento da produção, para a troca, ou, de mercadoria, e através da mediação do mercado, pode-se abastecer mais e melhor o mundo – coisa que antes era impossível, tanto pelo objetivo com qual eram produzidos os produtos, como pela quantidade baixa devido ao ainda parco desenvolvimento das forças produtivas. O mercado foi substituindo de uma vez por todas as formas de produção do modo de produção feudal.

O modo de funcionamento até aí feudal ou corporativo da indústria já não chegava para a procura que crescia com novos mercados. Substituiu-a a manufatura. Os mestres de corporação foram desalojados pelo estado médio [*Mittelstand*] industrial; a divisão do

sempre pela mediação da violência – de uma classe sobre outra, o escravismo e o feudalismo cumprem tal demanda).

⁹² (MARX, K. & ENGELS, F. 1997 s/p)

trabalho entre as diversas corporações [*Korporationen*] desapareceu ante a divisão do trabalho na própria oficina singular. Mas os mercados continuavam a crescer, a procura continuava a subir. Também a manufactura já não chegava mais. Então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. Para o lugar da manufactura entrou a grande indústria moderna; para o lugar do estado médio industrial entraram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos. A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, os caminhos-de-ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano. Vemos, pois, como a burguesia moderna é ela própria o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revolucionamentos no modo de produção e de intercâmbio [*Verkehr*]⁹³

A burguesia, portanto, constitui-se como a classe dominante no modo de produção capitalista⁹⁴, por várias mediações, mas a principal dela foi a Revolução de 1789-1815 que pôs abaixo todo o regime feudal absolutista, e todo o entrave para o desenvolvimento do mercado.

Porém, como é sabido, não existe apenas uma classe fundamental, já que classes sociais são uma relação; e, como por relação entende-se mais que uma parte, temos a outra “parte” da história da reprodução da sociedade: o proletário.

Se no escravismo eram os escravos que produziam a riqueza material da sociedade, no feudalismo tínhamos os camponeses ou servos do qual pertenciam a um feudo de um senhor, cujo representa a classe antagônica aquele, e ao mesmo tempo a classe dominante dos meios de produção; no capitalismo, teremos uma classe que produz toda a riqueza material socialmente distribuída pelo mercado: o proletário. Esse é aquele que produz o capital. Mas, por capital não podemos apenas entender um objeto [físico], mas uma relação social: daí que chegamos ao ponto em questão posto acima: nas sociedades precedentes a riqueza material era algo limitado pela natureza, agora o capital não será limitado pela natureza: *o capital é uma forma social que seu acúmulo não depende dos limites da natureza*, da quantidade de terra,

⁹³ Idem

⁹⁴ Não trataremos, aqui, da Revolução Burguesa, mesmo sabendo ser necessários, deixaremos apenas aludido. Por dois motivos: primeiro, que não somos competentes para tal empreitada nesse momento; segundo, porque não cabe a pena e a tinta nesse espaço textual devido o objetivo do capítulo para a relação da totalidade do texto.

da quantidade de “escravos modernos” (Marx e Engels), e etc. nem muito menos a riqueza, dessa vez, vem sempre através da exploração do homem pelo homem – mesmo tendo *a sua natureza na exploração*, nem todos os indivíduos que *acumulam riqueza*, são eles exploradores. Veremos na Segunda Parte do texto ao tratarmos da acumulação de riqueza no capitalismo. A riqueza, sob a égide do capital não precisa necessariamente ser natureza modificada em forma de mercadoria (que é o produto do proletário, e que esse é aquele que produz, tendo em vista que os meios dos quais se utiliza são posse da burguesia).

A característica da sociedade em que a burguesia é a classe dominante – ou, aquela que detém o poder da produção, por deter o poder os meios de produção – é o fato de que a produção é voltada para a troca: o valor de uso, ou a forma de produto que antes tinha como papel imediato de ser usada para saciar as necessidades, agora terá o papel fundamental da troca.

A realização da troca tem como mediação o mercado. É no mercado que as mercadorias se colocam como realização do seu processo: serem trocadas. O valor de uso do qual as mercadorias são assentadas, agora, se tornam secundárias: o valor de troca da mercadoria se torna o momento predominante da produção capitalista⁹⁵: as necessidades de produção, portanto, estão submetidas a produção de mercadorias para a troca. Assim, os produtores dessas mercadorias estão submetidos ao processo de produção do qual se colocam ao entrarem no mesmo.

Outra característica fundamental dessa forma de sociabilidade, é o fato de que os produtores da riqueza são pessoas livres: o que se diferencia radicalmente dos produtores daquelas outras formas por nós analisadas. Os escravos eram sempre propriedade de um senhor de escravo; o servo, por mais que gozasse de uma liberdade um tanto maior que a do escravo, estava preso ao seu Senhor feudal, tanto pelos costumes e tradições que foram se formando por anos e séculos, quanto pela ordem estabelecida pelo poder do estado: esse que sempre foi o órgão que, segundo Marx e Engels, reproduz e assegura, através de vários mecanismos, a vigência da sociedade em que se repousa. Os proletários (e os trabalhadores em geral) são livres para vender sua força de trabalho no mercado. A Revolução burguesa libertou os indivíduos dos entraves das formas arcaicas de relações sociais do velho mundo

⁹⁵ Veremos mais adiante que para a produção da Mais-valia.

absolutista: agora, o mercado, como mediador da vida, e o realizador da mercadoria, não poderia ter nada que entrasse em confronto com seu Deus: o capital; e, ao mercado foi dada todo o poder de sair-se pelas entranhas do mundo pregando a palavra de seu senhor a todos: a liberdade, a fraternidade e a igualdade chegaram ao cume da história.

Essa profunda forma de vida da sociedade é causada pela forma com que a riqueza social é produzida: a forma de Trabalho (Arbeit) sofre, portanto, uma radical mudança na sua forma/conteúdo: se antes, o Trabalho dos que produziam tinham por mediação as formas escravas e servis, em que ambos pertenciam, respectivamente, aos domínios dos senhores de escravos e aos senhores feudais, a forma de sociabilidade burguesa liberta, não apenas a forma de riqueza para sua acumulação e produção, mas também os produtores. Como o fundamento da sociedade é o momento predominante do mundo dos homens (Ver capítulo 1), uma alteração qualitativa na forma/conteúdo dessa categoria – o Trabalho – virá necessariamente com uma mudança nas relações sociais.⁹⁶

De um lado teremos compradores da força de trabalho, de outro os vendedores dessa força de trabalho (que nem sempre são aqueles que modificam a natureza em uma porção que servirá de meios de produção ou de subsistência). Porém, ambos são livres: o comércio, agora liberto das entranhas do estado feudal, pode compor sua vida sem fronteiras, onde o seu Deus Capital pode reinar sobre todas as ações dos homens e seu cotidiano. Tendo no Estado uma forma que assegura a reprodução social da propriedade privada – ou produto social da exploração de uma classe sobre outra. O Estado serve, agora, aos anseios da classe dominante a qual faz parte sua forma de ser. E a forma de sociabilidade e de reprodução social mantém e é mantida pelas relações que fazem com que o Estado assegure a existência da reprodução das relações: o estado burguês irá garantir as relações de produção burguesa, e, portanto, a reprodução da propriedade privada burguesa: ao capital, logo, será garantido a sua

⁹⁶ O livro do Engels (A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado) mais uma vez se coloca como uma forma de demonstrar que como o Trabalho é o fundamento do ser social. Com a mudança na qualidade dessa forma fundamental acarreta na mudança das outras formas de ser da sociedade; claro está, também, que não se pode reduzir a sociedade e suas formas sociais, instituições e relações, e etc. ao ato da categoria Trabalho. O que queremos dizer é que uma mudança na forma como os homens retiram da natureza os meios necessários para sua existência, altera a vida cotidiana como um todo.

reprodução. O Estado, não vai “prender” o capital de sua reprodução. Quando houver algum indício de que o próprio órgão está se inserindo nas demandas ou “diminuição” da ação da reprodução do capital, é apenas algo aparente: pois como órgão que tem sua essência e origem (e natureza), função social, na manutenção da sociedade fundada na propriedade privada, o Estado tem em *sua natureza a inclinação de garantir essa forma de propriedade privada*, essa forma de riqueza – o capital, no nosso caso.

A organização da sociedade será mediada pelas relações mercantis, e essas relações será mantida e organizada, e assegurada, pelo Estado⁹⁷. Dessa forma, o Estado burguês declara, como bom apóstolo do seu Deus capital: “todos os homens são *livres e iguais* perante a lei do Deus-Capital”.

A sociedade, agora dividida, de um lado, entre Trabalhadores assalariados⁹⁸, e de outro os donos dos meios de produção (e que detém os meios ideológicos por excelência), tem como ponto a reprodução da propriedade privada do capital. Essa reprodução pode ser de maneira objetiva ou/e subjetiva.

3. O mundo da mercadoria

⁹⁷ “Entre os povos originados da Idade Média, a propriedade tribal desenvolve-se passando por diferentes fases – propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro – até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, quer dizer, até chegar à propriedade privada pura, que se despiu de toda aparência de comunidade e suprimiu toda influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. **A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno**, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema de dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser uma *classe*, não mais um *estamento*, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas **esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.**” (MARX, Karl. e ENGELS Friedrich. 2007: 30. Negritos nossos e Itálicos dos Autores). “O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa.” (MARX, K. & ENGELS, F. 1997 s/p)

⁹⁸ Para essa questão será necessária uma análise pormenorizada e detalhada: aqui reside o nódulo da questão de nosso texto: o conjunto dos assalariados.

Uma nova forma de produzir a riqueza se fez mediante uma nova forma da própria produção ter sua função completamente alterada. Como afirmamos anteriormente, o mercado mundial toma conta de todas as entranhas da vida cotidiana social de cada indivíduo e sociedade. Todas as formas anteriores foram suprimidas⁹⁹, em se tratando de seu objetivo na produção: o valor de uso vai dando o lugar principal ao valor de troca: as mercadorias tomam o lugar de momento predominante da reprodução social; se antes os produtos tinham predominância na própria utilidade imediata, agora a troca entra em cena.

O mercado mundial, que estava a todo vapor, não poderia mais ser abastecido pelas formas de produção feudal. Como a burguesia era a classe nascente e que detinha o poder de expandir a produção, e cuja necessidade de reprodução social causada pelo avanço do mercado se mostrou incontrolável, ela fez com que a mercadoria se colocasse diante do mundo como uma forma sem limites de expansão.

Vimos assim que: os meios de produção e de intercâmbio sobre cuja base se formou a burguesia foram gerados na sociedade feudal. Num certo estágio do desenvolvimento destes meios de produção e de intercâmbio, as relações em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufactura — numa palavra, as relações de propriedade feudais — deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Tolhiam a produção, em vez de a fomentarem. Transformaram-se em outros tantos grilhões. Tinham de ser rompidas e foram rompidas.¹⁰⁰

⁹⁹ Aqui vale um alerta: não queremos dizer que outras formas que precederam a produção capitalista “desaparecem” *ad eternum*, mas que sua forma e função mudam de vetor. O capital ao abarcar a totalidade da vida social e da reprodução da humanidade, tende a entrar nos interstícios e entranhas de toda a produção. A lei geral de acumulação do capital não significa que, como já alertamos, todas as formas nos estados-nacionais, ou locais diversos do mundo, tenham a mesma forma de se expor. As particularidades das quais as sociedades pré-capitalistas foram cedendo espaço ao capital, e ao mercado mundial como mediador da vida cotidiana e destino das vidas sociais e individuais. O mesmo capital foi se apropriando, também, das formas precedentes de produção para poder se reproduzir. Há uma forma clássica e clara da reprodução do capital, mas não quer dizer que as particularidades, mediação necessária par ao entendimento das manifestações e reprodução que se encerra num determinado local, país ou comunidade, tenham que necessariamente se colocar como forma sempre atuante. Outra letra: mesmo o capital tendo sua forma universal de se concretizar, não quer dizer que formas particulares, que respeitam os processos de uma particular formação sócio-histórica-cultural de uma determinada comunidade ou país, tenham em sua íntima essência de seu ser os fundamentos do próprio capital. “O predomínio de qualquer estágio de desenvolvimento industrial não significa o desaparecimento total do estágio precedente.” (HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Editora Zahar. 16ª Edição, p. 126). Isso vale, mais uma vez, tanto para os processos de produção da riqueza material, quanto para a ideologia e cultura.

¹⁰⁰ (KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. 1997: s/p)

E dessa forma, a Burguesia, classe revolucionária do momento histórico em questão, colocou abaixo todas as formas de relação existente para poder libertar o mercado das “amarras” do estado feudal e da sua essencial baixa produtividade. Entra em ruínas a forma feudal de produção, reprodução – e de vida cotidiana –, onde

(...) para o seu lugar entrou a livre concorrência, com a constituição social e política a ela adequada, com a dominação económica e política da classe burguesa.¹⁰¹

Como a burguesia é uma classe social, e não apenas uma nomenclatura para determinados grupos, ou coletivo de pessoas, existe também uma forma que se relacione com ela, uma classe cuja nascença refere-se a forma da qual a sociedade reproduz e se produz. Sabemos, como dito anteriormente, que as classes fundamentais são fundamentais porque exercem uma relação com a reprodução social que não permite que uma exista sem a outra: só pode existir uma classe dominante se existir uma classe dominada; a existência de uma única classe é impensável para Marx, visto que essas têm sua origem na propriedade privada (Ver a *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, e, também, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*), e essa tem sua origem e natureza na exploração do homem pelo homem. Então, “Na mesma medida em que a burguesia, i. é, o capital se desenvolve, nessa mesma medida desenvolve-se **o proletariado**, a classe dos **operários modernos**” (Idem. Negritos e Itálicos nossos).

A sociedade, onde a mercadoria e o mercado mundial tinham as rédeas – para a produção e reprodução do capital –, e tendo a burguesia como classe que personificava o seu poderio, essa mesma sociedade tem também outras classes.

Não se pode cair nas amarras de um maniqueísmo que afirma que só existe Burgueses e Proletários. Em nenhuma formação social, onde existam as classes sociais, essa sociedade jamais viu apenas duas classes. Vimos, sempre, duas classes fundamentais, mas não exclusivamente essas. Na própria Grécia e Roma antigas, temos a presença de várias classes que ficam intermediando as duas classes fundamentais. Da mesma forma, no próprio feudalismo. Não seria diferente no capitalismo: entre as suas duas classes fundamentais existem outras classes que

¹⁰¹ (KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. 1997: s/p)

podemos chamar de *intermediárias*, e que também são necessárias para a reprodução social. (Pensemos nos órgãos públicos do estado com o papel de repressão cotidiana, ou até mesmo os juristas, políticos e etc. cargos que compõem uma classe que não é nem burguês nem proletário, mas que é essencial e primordial para a manutenção do status quo da sociabilidade burguesa e da própria forma de ser do modo de produção capitalista: o papel essencial da burocracia na vida da reprodução cotidiana, se quisermos melhorar a letra).

Por outro lado, a classe dominante, burguesa, não é heterogênea. Existem “frações das classes dominantes”, mas que ambas vivem da exploração dos trabalhadores; também esses, os trabalhadores, têm frações dentro de seu amplo campo. Não há uma heterogeneidade em ambas as classes, tanto dos burgueses quanto dos trabalhadores assalariados. Mas basicamente, a burguesia transformou todos os outros indivíduos das distintas classes em assalariados, coisa jamais vista antes na humanidade: a vida, portanto, passou a ser unicamente controlada por aquilo que dava vida aos personagens da classe burguesa, o capital. Esse por sua vez, como mediação imprescindível, tem a mercadoria que se realiza no mercado. Assim

Os isolamentos e as oposições nacionais dos povos vão desaparecendo já cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as relações de vida que lhe correspondem. (Idem)

O mundo começa a se torna um grande mercado¹⁰². Não há na vida humana¹⁰³, com a vitória da histórica revolução da classe burguesa, um centelho de realidade que

¹⁰² “Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantitativa de troca é por enquanto inteiramente casual. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente. Nesse meio tempo, se consolida, pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. O costume fixa-as como grandezas de valor.” (Marx, 1996: 212-3. TOMO I)

¹⁰³ “E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os artigos espirituais das nações singulares tornam-se bem comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial.” (KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. 1997: s/p)

não esteja determinado pela reprodução do capital¹⁰⁴ – mas isso não quer dizer que o capital regule todos os atos humanos.

A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contactos em toda a parte. A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países (...) As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas, e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país como simultaneamente em todas as partes do mundo. Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha autossuficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras.¹⁰⁵

Dessa forma, o mundo é tomado, como vimos, desde o início do capitalismo, pela reprodução do capital como sendo o mediador da totalidade social através do mercado – este, *locus* onde se realiza a mercadoria, e esta alimenta como que em um desejo insaciável o seu senhor capital através dos seus apóstolos, que sempre se ajoelham perante ele; seus apóstolos, mesmo sendo de diferentes formas, de diferentes nacionalidade, inserção no processo de produção e reprodução, têm um só papel e função: proclamar a venda incessante e insaciável da santa mercadoria.

Por isso,

A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. **Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, i. é, a tornarem-se burguesas.** Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Salvo as raras exceções, a vida se torna um grande mercado. Uma dessas exceções pode ser vista na produção para uso imediato de algum objeto. Mas, mesmo nessa relação de produção, as formas pretéritas de relação, que fez com que essa produção de um valor de uso sem valor de troca fosse possibilitado, tem por mediador, inevitavelmente, o *ato plasmado das relações do capital*.

¹⁰⁵ (KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. 1997: s/p)

¹⁰⁶ Idem.

SEGUNDA PARTE

O Reino do Trabalho Abstrato

Com o predomínio das relações mediadas pelo mercado mundial, tendo como a burguesia uma das formas da personificação dessas relações de mercado, o mundo passa a ser redefinido, colocando abaixo as formas precedentes de organização, produção e distribuição da riqueza¹⁰⁷. A burguesia como classe dominante domina, além da produção da riqueza material e sua distribuição, também politicamente – por ser possuidora dos meios de produção – a vida cotidiana, além de ser portadora da predominância das relações e formações das ideias dominantes¹⁰⁸.

¹⁰⁷ “A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reaccionários, tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas, e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país como simultaneamente em todas as partes do mundo. Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os artigos espirituais das nações singulares tornam-se bem comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial.” (MARX, K. & ENGELS, F. 1997 s/p)

¹⁰⁸ “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma “lei eterna”. (MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. 2007: 49)

De um lado, portando, o mundo é colocado como um grande mercador, em que os indivíduos pertencentes a ele têm sua subjetividade subjugada e, em partes, porém predominantemente, dominadas pela reprodução das relações sócio históricas que advém das entranhas do processo de produção de mercadorias: o capitalismo.

Como o predomínio da riqueza material é agora plenamente direcionado a troca, e não ao valor de uso – onde esse se ajoelha perante aquele – as relações da produção dos meios de subsistência leva plasmado em si as determinações essenciais que, posteriormente (não no “tempo”, apenas, mas na “forma de ser”), se expressa nas relações dos indivíduos entre si.

Isso tem sua forma de ser, porque

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, ***todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução.***¹⁰⁹

Como a produção e reprodução não se limita as questões objetivas do processo econômico de troca, *os indivíduos se modificam de acordo ao fato de entrarem no processo de reprodução social ao qual estão inseridos*: de um lado, como o capitalismo é uma forma de sociedade e sociabilidade em que é total e plenamente marcada pela divisão social do trabalho, ou seja, pela divisão em classes sociais, então, de um lado existirão as classes dominantes, de outro a dos dominados. Mas, a reprodução social produz uma sociabilidade em que todos os indivíduos são participes, agentes diretos ou não, da mesma sociabilidade, e relações sociais, em que domina o modo de produção capitalista. *Os indivíduos são capitalistas no sentido de seus atos singulares terem como pressuposto a reprodução das relações sociais.*

Agora, uma sociedade dividida em classes sociais, e em que a forma de acumulação e produção, e reprodução de riqueza, tem por mediação o mercado mundial, esse mercado não pode ter limites nos interstícios das sociedades preteridas do velho mundo feudal. Assim

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas

¹⁰⁹ (Marx, 1996: 199. TOMO II. Itálicos e Negritos nossos)

condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cindese, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: burguesia e proletariado.¹¹⁰

Se o mundo é um grande mercado mundial, em que a produção de mercadoria se faz imediatamente uma forma peculiar na produção da riqueza matéria; se é uma sociedade dividida em classes em que uma classe domina a outra no processo de produção; uma sociedade onde as relações de mercadoria são vigentes na relação dos indivíduos, e esses se relacionam entre si mediante as relações mercadóricas; então, a vida cotidiana, pode, em larga escala, agora ser plenamente mediada pela mercadoria. (Mais uma vez: as relações subjetivas e objetivas são permeadas pelas relações de mercadoria, tendo na troca uma peculiaridade imediata). Tão logo,

A burguesia despiu da sua aparência sagrada todas as atividades até aqui veneráveis e consideradas com pia reverência. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela. A burguesia arrancou à relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma pura relação de dinheiro.¹¹¹

Essa complexidade, agora exposta, e produzida pelas relações de capital, no capitalismo, faz com que o processo de realização da mercadoria apareça como uma força necessariamente peculiar. A mercadoria pode realizar-se, portanto, em todos os âmbitos da vida social.

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.¹¹²

Não podemos cair, como alertamos anteriormente, que o mundo é dividido apenas por duas classes, mas essas duas classes se fazem fundamentais: burgueses e proletários. Há, portanto, dentro do processo do movimento histórico fundado na

¹¹⁰ (MARX, K. & ENGELS, F. 1997 s/p)

¹¹¹ Idem

¹¹² (Marx, 1996: 211. TOMO II)

forma capitalista de produção, mais de duas classes; mais de duas classes: porém que, como Marx afirma: de um lado os capitalistas, e do outro o trabalhador assalariado.

Os capitalistas são aqueles que detém os meios de produção e comandam a produção, mas, não só apenas a produção, porém também o processo de decisão da distribuição; de outro lado os assalariados: pessoas que vendem sua força de trabalho no mercado, e que não são os possuidores do produto produzido por eles próprios.

Se o capitalista possui os meios de produção, e compra a força de trabalho do trabalhador assalariado em geral para trabalhar na produção, então o produto do trabalho do assalariado pertence ao dono dos meios de produção: essa é uma marca peculiar do modo de produção capitalista. A produção de mercadoria é o estágio primeiro do processo geral de produção e reprodução do capitalismo e do capital. Se de um lado temos os capitalistas, que compram as forças de trabalho dos trabalhadores; de outro temos os trabalhadores em geral que em seus interstícios cumprem uns a função de modificar a natureza para a produção dos meios de produção e subsistência, e outros [trabalhadores assalariados] não modificam a natureza, mas, ambos são reduzidos a uma mera mercadoria em vista do capitalista e do modo de produção que produz e reproduz o capital.

Como de fato essas *formas de trabalho*¹¹³ (no sentido amplo, e de assalariamento) agem e reagem no processo de reprodução da sociedade é algo que Marx tenta desvelar n'O Capital. Da mesma forma como é seu objetivo analisar o funcionamento da sociedade capitalista madura da época – a Inglaterra, por ser o país com a forma mais avançada de capitalismo e das relações de capital – para a necessária exposição das categorias que emanam da nova forma de produção da riqueza.

Basta-nos, agora encerrar, primeiramente, e de início, a empreitada de decifrar o que é esse objeto que têm tal poder de conduzir a vida humana como um todo, até mesmo de transformar a força de trabalho em sua imagem semelhança. Qual seja: A mercadoria.

¹¹³ “Formas de trabalho” não quer dizer que os trabalhadores em geral, ou, vendedores da força de trabalho, que nada mais são nomeados por trabalhadores assalariados, formam um corpo homogêneo. Disso trataremos no último capítulo dessa parte com mais precisão.

Capítulo III: A mercadoria, forma elementar da sociedade capitalista

A mercadoria, como salientamos anteriormente, é o artifice essencial do mundo burguês, do modo de produção capitalista. Mas, como se comporta tão objeto, que nada mais é do que um construto humano, e não algo extra ou meta histórico, é o que veremos a seguir

1. Mercadoria: valor de uso, valor de troca e Valor

A forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa
Karl Marx

A mercadoria aparece como uma forma/conteúdo que tem por sua natureza a propriedade de satisfazer as necessidades humanas historicamente determinadas. Ela se apresenta como um objeto, ou uma coisa externa ao homem, que tem seu caráter útil na maneira como se apresenta na sociedade. O caráter, portanto, utilidade de qualquer coisa, mesmo sendo ela uma mercadoria ou não, tem sua natureza no momento pelo qual satisfaz uma necessidade determinada: assim, sua forma/conteúdo é algo que não é estático ao tempo e espaço no qual, e para o qual está determinada a sua produção. Um objeto qualquer – tomemos como exemplo uma madeira – serve de determinadas formas a depender da qualidade e do objetivo a que servirá para atender uma determinada necessidade humana. Isto pode ser colocado sobre a égide de qualquer objeto, seja ele algo já transformado pela mediação dos homens, ou “encontrado” na natureza: matéria-prima ou objeto de trabalho qualquer. O que define algo como sendo sua substância não é sua forma física, ou forma natural, mas a utilidade (forma social): utilidade essa que não pode ser outra coisa a não ser a utilização e apropriação, pelos homens, de certas propriedades naturais ou sociais. Assim,

Cada uma dessas coisas é *um todo de muitas propriedades* e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, *os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico.*¹¹⁴

¹¹⁴ (Marx, 1996: 165. TOMO I. Itálicos e negritos nossos)

Lembremos, por exemplo, da utilização da areia, que sob vários aspectos e disposição pode tanto servir para tornasse matéria física sólida e de uma exagerada força para as construções, como também servirá para o uso na fabricação de vidros, que posteriormente irá satisfazer as necessidades sociais da produção de diversos outros produtos.

Por ser um ato histórico, a “utilidade” não se limita a sociedade capitalista. Até mesmo na própria sociedade burguesa, ou modo de produção e reprodução capitalista, pode existir a produção de objetos para a satisfação das necessidades humanas, mas que não sejam mercadorias, i.e., alguns produtos têm apenas a característica e a função de ser utilizado na satisfação das necessidades imediatas, sem ser pela mediação do mercado. Logo, “Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria.”¹¹⁵, como é o caso do camponês que na

Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. *Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.* Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso.¹¹⁶

Portanto, poderíamos definir a mercadoria não apenas como aquilo que satisfaz as necessidades humanas, mas que tem por intermédio a troca. Essa característica da mercadoria, a troca, é *conditio sine qua non* para a existência da forma mercadoria, mas essa só pode existir se estiver imbricada a relação do valor de uso.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. *A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia*, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ¹¹⁷

¹¹⁵ (Marx, 1996: 170. TOMO I.)

¹¹⁶ (Marx, 1996: 165. TOMO I. Negritos e itálicos nossos. [Citamos mais uma vez, em conjunto com a explicação. Lembrando que essa parte não é feita por Marx, porém por Engels, como explica a nota 89 da edição brasileira da qual estamos nos utilizando. Diz Engels, à respeito na nota à 4ª edição Alemã: “Eu introduzo o trecho entre chaves porque sua omissão tem frequentemente originado o mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo produto que é consumido por outro, que não o produtor.” – Friedrich Engels.]

¹¹⁷ (Marx, 1996: 165. TOMO I Itálicos e negritos nossos)

Nesse sentido, a mercadoria é, “pelas suas propriedades”, físicas ou sociais, mas historicamente determinada como utilidade que se faz perante “um ato histórico”: a função e realização da mercadoria tem um duplo sentido: de um lado, só pode ser mercadoria quando satisfaz as necessidades humanas, historicamente determinada, por outro lado, e essencialmente igual àquele, temos o valor de troca, o qual um objeto útil, sem essa característica, deixa de ser valor de troca.

Daqui surge algo interessante na análise Marx: o fato de que as mercadorias atendem as necessidades, ou satisfazem essas necessidades, sendo tais necessidades advindas tanto do “estômago” quanto “da fantasia”, contanto, não importa aqui qual “objeto externo” ou “coisa” é essa mercadoria.

Não podemos cair na análise de que as mercadorias são objetos humanos apenas feitos pela transformação de uma porção da natureza para a satisfação de uma necessidade.

Se de um lado temos necessidades sociais, sempre determinada socialmente¹¹⁸, e não naturalmente, que dependem de matéria física transformada para a satisfação dessas necessidades, temos também o lado de que a matéria social é uma forma de ser qualitativamente distinta das outras formas precedentes. A matéria social que surge ontologicamente ao mesmo tempo/espço (não de forma cronológica, mas ontológica) que o nascimento do ser social é tão material quanto um grão de areia ou um edifício: o que muda é o estatuto de ser de cada forma social.

Nesse mesmo raciocínio, pode-se falar que esse “objeto”, ou “coisa” externa aos homens feitas para satisfazerem as necessidades, tem sua característica fundamental: ou uma forma de matéria social, ou uma forma de matéria física-natural.

Em relação ao mercado, tanto faz se a mercadoria seja uma porção de natureza modificada (que também não deixa de ser um ato social), ou uma porção de matéria social objetivada.

¹¹⁸ Aqui não queremos entrar no mérito da produção de necessidade artificiais, mas entendemos como “determinadas socialmente” como algo que não é mais natural da massa biológica da qual o ser social se edificou: as necessidades são construto sociais. Ver primeiro capítulo de nossa primeira parte. A “produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. 2007: 33). “Novas necessidades” no sentido de que as “necessidades” anteriores a humanidade eram “necessidades” no sentido de que perpassavam o âmbito do reino e limites naturais: algo intransponível nas determinações das formas de ser precedentes ao ser social: seja a forma de ser orgânica ou inorgânica.

A realização de um evento, de uma apresentação teatral, um jogo de futebol, ou qualquer que seja a natureza dessa matéria social objetivada, ao realizar a venda da possibilidade de assistir tais eventos, o consumo dessa mercadoria se dar de tal maneira que o comprador pode se utilizar do espetáculo, qualquer que seja, para a satisfação de uma necessidade que vem “da fantasia”; como também, se num mesmo evento, onde estiver acontecendo tais atrações, existir determinada forma de comercialização de porções de natureza modificada (comida, camisas, etc.) a mercadoria pode realizar as necessidade “do estômago”. Não queremos entrar no mérito do que seja as necessidades da “fantasia”, mas essa pode se expressar de maneira solida tanto em uma matéria social, quanto numa matéria física também: basta-nos o exemplo de algumas mercadorias que pela sua natureza satisfazem as duas formas de necessidades, i.e., uma vestimenta que pode encerrar dentro de si, por exemplo, a satisfação da necessidade de se abrigar, como a satisfação estética de uma necessidade artificialmente criada pelo capital e mercado (sendo aqui, artificial ou não, a mercadoria, ou o próprio mercado, não sofre interferência: desde que a realização da mercadoria enquanto valor de troca se realize).

A mercadoria, portanto, pode satisfazer as necessidades (“da fantasia” ou “do estomago”) por ter em si um valor de uso, ou sua utilidade; de outra forma, ela mesma só se realizará enquanto mercadoria, se de fato entrar no processo de troca para a realização de seu processo de produção. E entrar, de fato, no processo de realização da mercadoria, é ela ser trocada no mercado.

Então, como se é possível realizar uma troca de coisas distintas do ponto de vista da sua utilidade é algo a se demonstrar.

Se “o valor de uso, que é “A utilidade de uma coisa”, ou seja, na sua forma qualitativa; logo,

valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*.¹¹⁹

¹¹⁹ (Marx, 1996: 166. TOMO I)

A troca entre mercadorias de qualidades diferentes (ou utilidades diferentes), ou características físicas e etc. se trocam constantemente com outras mercadorias. Supomos que uma quantidade de mercadoria A seja trocada por mercadoria B, e que ambas se referem a objetos qualitativamente diferentes (seja A ou B, tanto uma mercadoria que seja matéria natural transformada, ou até mesmo uma matéria social transformada). Para poderem ser trocadas, ambas têm que conter em si algo que seja igual para as duas e que se coloquem como equivalente para então poderem ser trocadas: tem que existir uma substância que esteja em comum nas duas mercadorias e que permita que tal substância seja a mediação para a troca. Se trocarmos 1Kg de feijão por 3 camisas; 1Kg de feijão por 1L de óleo; 1Kg de feijão por 5 barras de sabonete; notaremos que as qualidades são bem distintas entre ambas as mercadorias, e que, portanto (seguindo nosso exemplo) a mercadoria 1Kg de feijão tem “múltiplos valores de troca” e não apenas um. Mas, para ser trocada por outros valores de troca que se encerra uma qualidade distinta, os valores de troca das distintas mercadorias têm que ser valores de troca semelhantes entre si que garanta trocar um pelo outro. Assim,

Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível.¹²⁰

Logo, duas mercadorias que estão qualitativamente demonstradas como distintas, têm que ter algo em comum que possibilite que elas sejam trocadas. Disso resulta, que na hora da troca, as mercadorias possuam, ambas, uma substância que se identificam nas duas, mas que não são referenciadas pelas suas qualidades. Elas, as mercadorias, no momento da troca, têm que ter **abstraídas as suas qualidades**, deixando de lado todas essas formas pormenorizadas, para terem uma terceira coisa que é *algo em comum*. E é essa terceira coisa em comum, que através da troca, colocam qualidades distintas no mesmo *locus*.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias.¹²¹

¹²⁰ Idem.

¹²¹ (Marx, 1996: 167. TOMO I)

Deixando de lado “propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade”, podemos apenas notar que algo, para além da qualidade, continua. Uma propriedade pertencente em todas as mercadorias: *o fato de serem produtos da força de trabalho do homem*. O valor de troca apresentasse como “o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo” que compõe a substância de toda mercadoria: *o trabalho humano abstrato*. (Ainda não entraremos na questão propriamente dita do trabalho abstrato, citaremos por necessidade metodológica nesse momento). O valor de troca é a expressão do Valor.

Ou seja, ao abstrairmos os valores de uso da mercadoria, sua massa corpórea (em se tratando de mercadoria que é uma porção da natureza modificada), suas qualidade, especificidades químicas e físicas e etc., “sobrar” apenas uma força abstrata que permeia todas as mercadorias, que é o valor. Marx nos demonstra, apenas com

um simples exemplo geométrico torna isso evidente. Para determinar e comparar as áreas de todas as figuras retilíneas tem-se que decompô-las em triângulos. O triângulo, por sua vez, reduz-se a uma expressão completamente diferente de sua figura visível — a metade do produto de sua base pela sua altura. O mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos.¹²²

O caráter abstrato do valor, ou seja, que é uma medida que pertença a mercadoria como possibilidade, e necessidade, elementar para com a troca, vem do processo de produção, mas não todo processo, porém sim, do processo de produção que tem no trabalho humano abstrato o fundamento. “O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor.”¹²³

Se o trabalho humano abstrato é a substância que produz o valor, e esse é a característica pela qual as mercadorias de qualidades diferentes podem ser trocadas, a troca é a manifestação dessa substância valor que se plasma nas objetivações humanas – mas, só aquelas que se tornam mercadorias – sendo essa corporificação da natureza modificada, ou um objeto social.

¹²² Idem.

¹²³ (Marx, 1996: 168. TOMO I)

Portanto, a medida dos valores das mercadorias tem que ser necessariamente posto como o valor da quantidade de trabalho humano abstrato encerrado na produção de um objeto qualquer. Se de um lado, agora podemos ser mais claros, as qualidades das mercadorias se expressam no seu valor de uso, nas utilidades, sempre historicamente determinadas, o valor de troca é a expressão da quantidade de trabalho social humano abstrato que tais mercadorias têm plasmado na sua produção.

A medida dessa grandeza do valor de uma mercadoria que, como expresso no valor de troca, aparece como algo “casual” e “puramente relativo”, guarda em si uma determinação real e sólida de uma grandeza socialmente possível de estabelecer. Assim “o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor.”¹²⁴ O Valor das mercadorias, sendo o trabalho abstrato objetivado, tem em si a possibilidade de expor sua forma de maneira *mensuravelmente quantificada*.

Portanto, *um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato*. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.¹²⁵

O valor de uma mercadoria é, então, *medido pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário* para a sua produção. Logo,

é, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor¹²⁶

Como o tempo de trabalho socialmente necessário não é uma medida física, mas uma medida social, sua substância só pode ser concebida e compreendida de uma forma: *o valor não se encerra uma porção sequer de matéria física, nem um pouco de um átomo de realidade natural*.

As mercadorias, depois de tudo que falamos, podem ser caracterizadas por uma forma objetiva social criadas pelos indivíduos, e que tem por características, em

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ (Marx, 1996: 169)

sua propriedade, o valor de uso, que nada mais é do que a utilidade dela em um dado momento do desenvolvimento social – seja aqui, para o desejo à sua satisfação, uma necessidade que venha “da fantasia” ou “do estomago”; e valor de troca, que é expressão de uma propriedade social que tem no trabalho humano abstrato sua íntima natureza: o valor. Esse nada mais é do que uma propriedade que pode ser medida pela quantidade de trabalho social necessário para produção da mercadoria num processo histórico social determinado. Não podemos confundir, portanto, dois aspectos: as mercadorias nem sempre são porções da natureza modificada – comidas, vestuários, moradia, estradas, energia e etc. –, pois podem ser uma objetividade social com um estatuto de ser, em sua realidade, ou algo radicalmente diferente qualitativamente da matéria natural-física. (Mas, essa diferenciação entre as mercadorias que são produzidas pela modificação da natureza, e as mercadorias que não são, tem total necessidade de serem expostas por nós. Para isso trataremos em outro momento). Também, não podemos conceber, nem muito menos tentar construir teoricamente uma relação de todos os objetos humanos como sendo mercadorias. O valor de uso, como salienta Marx, pode existir sem a mediação da troca. Pensemos em qualquer alfaiate moderno que produz sua própria roupa – mesmo sendo o tecido e os meios de produção comprados em um mercado –; um pequeno-burguês proprietário de terra que produz parte de seus artigos de primeiras necessidades, e assim em diante.

Podemos resumir como: nem toda mercadoria é natureza transformada, e nem toda natureza transformada é mercadoria: pois, o que determina o que é a mercadoria, em última instância, é seu valor (de troca): constituído pela força de trabalho humano abstrato. Dessa forma

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor.¹²⁷

¹²⁷ (Marx, 1996: 176)

2. Força de trabalho, mercadoria e valor

Como produtos da objetivação humana, as mercadorias são objetos, tanto social, como natural, que pela mediação de uma finalidade que se realiza através da modificação dessa matéria (social ou natural) com as características de possuírem valor de troca e valor – esse se expressa no valor de troca

O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao *valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor*, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma. Portanto, um **valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato**. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da ‘substância constituidora do valor’, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.

128

Porém, como falamos no outro capítulo, o mundo burguês se subdivide em duas classes fundamentais: proletários e burgueses; aqueles pertencem a um conjunto maior: o conjunto dos assalariados. Se burguês é aquele que detém os meios de produção, os trabalhadores são aqueles que apenas possui sua capacidade de trabalhar. A essa capacidade de trabalhar dá-se o nome de força de trabalho.

O trabalhador ao assinar um contrato com o capitalista, vende, naturalmente, sua capacidade de realizar as objetivações necessárias a produção da qual se necessita o capitalista, ou donos dos meios de produção – também, agora, dono da força de trabalho do trabalhador, mesmo que momentaneamente.

Como existem diferentes formas de usar a força de trabalho, essas formas podem ser determinantes para a análise de qual é o papel de cada setor, ou partes, dos trabalhadores assalariados. Ou seja, o que vai determinar a função social de cada trabalhador é onde suas objetivações de trabalho humano abstrato se comparece no processo produtivo.

Se entendemos que os assalariados, são assalariados por serem trabalhadores que vendem sua força de trabalho, então, realiza-se troca. A troca, ou valor de troca,

¹²⁸ (Marx, 1996: 168. TOMO I)

como expressão do valor¹²⁹ só pode existir se houver a corporificação em qualquer que seja a “forma” mercadoria. Desse modo, a força de trabalho é uma mercadoria.

Se ela é uma mercadoria, a força de trabalho, da qual os assalariados são possuidores, tem que ser vendidas no mercado como outra mercadoria qualquer.

Se, de um lado, temos as mercadorias que são produtos da ação humana, produtos que são matéria modificada, de qualquer forma da matéria que seja, por outro lado temos a mercadoria força de trabalho. Mas, as mercadorias, ou produtos objetivados, tem seu valor determinado pela quantidade, ou quantum, de tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. A força de trabalho, como uma mercadoria, teria, então, seu valor determinado, assim como o de qualquer mercadoria; comportaria, também, as duas características fundamentais, de qualquer mercadoria, que são valor de troca e valor de uso. Assim, os indivíduos que possui em si a força de trabalho têm que vende-la para outro que possui o poder de comprá-la. Os trabalhadores, portanto, aqueles que vendem sua força de trabalho para determinado propósito – que aqui não nos interessa no momento¹³⁰ – tem essa substância que ao ser colocada em movimento produz o valor que se plasma no corpo das mercadorias objetivadas.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

Essa capacidade de a força de trabalho plasmar nos objetos um valor, faz com que ela tenha uma forma especial de ser; uma mercadoria que tem necessariamente uma característica completamente diferente das outras mercadorias em geral, quando no seu processo de consumo. As outras mercadorias, que não é a força de trabalho,

¹²⁹ “...valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor” (Idem.)

¹³⁰ O uso da força de trabalho, como qualquer mercadoria, é algo que interessa àquele que a compra. Trataremos da utilização da força de trabalho posteriormente. Como a força de trabalho é uma mercadoria que comporta determinações como outra qualquer, carrega dessas outras formas de mercadoria suas peculiaridades, também. As mercadorias servem de seu valor de uso na sua utilização de tal maneira que as qualidades determinam para qual função elas cumpriram na satisfação das necessidades. Uma vestimenta tem função distinta de um alimento, mesmo sendo ambas mercadorias, e tendo por fio condutor o trabalho socialmente necessário empregado. Os valores de troca, se são representados pela quantidade dessa massa de trabalho, o valor de uso tem sua especificidade também no funcionamento: e esse funcionamento respeita as qualidades e especificidades materiais da sua propriedade.

são consumidas devido seu valor de uso. O uso da mercadoria, que é a sua utilidade, satisfaz as necessidades “da fantasia” ou “do estomago”; a força de trabalho, ao ser utilizada no processo de produção produz mercadoria. A força de trabalho é a única mercadoria que pode produzir mercadorias, logo valor.

O que nos interessa, portanto, é a exposição dessa mercadoria, e de suas peculiaridades, que em última instância, a coloca como uma mercadoria cuja qualidade, no capitalismo, se coloca como algo de fatores especiais e determinantes para o funcionamento de todo o processo de *produção e reprodução* do modo capitalista de produção.

A força de trabalho, assim como qualquer outra mercadoria, que são determinadas pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessários à sua produção, tem um valor: pois, qualquer mercadoria só é mercadoria porque se encerra em si o trabalho humano abstrato que encorpa e produz (e reproduz) o valor.

O tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria força de trabalho, é o tempo socialmente necessário para a produção dos artigos de primeira necessidade, e para os meios de subsistência da mesma¹³¹. Na força de trabalho, logo, como em qualquer mercadoria, seu valor se representa pelo trabalho social médio que é necessário para a sua existência; e a existência da força de trabalho depende exclusivamente da manutenção da vida do trabalhador (ou a manutenção e perpetuação das próximas gerações geradas no seio de sua classe; ou no interior de sua família), ou assalariado em geral.

O vendedor da força de trabalho, o trabalhador, que ao mesmo tempo a possui, tem que se defronta no mercado com os compradores de mercadoria força de trabalho de maneira livre. Como toda mercadoria, o valor útil tem uma forma social e função determinada pelas qualidades. O valor de uso da mercadoria força de trabalho pode,

¹³¹ “O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. (Marx, 1996: 288. TOMO I)

portanto, se apresentar de várias formas: pode ser útil a um trabalho que modifique a natureza, como também a uma forma de objetivação que não modifique a natureza. Ambas são força de trabalho, no sentido de que ambas são capacidades de produzir uma mercadoria que vem da forma material e de uma finalidade objetivada no mundo, mais uma vez: sendo porção natural ou objetividade *puramente social*.

Para ir ao mercador vender sua força de trabalho, e o comprador para ir ao mercado comprar tal força de trabalho, tem que haver uma relação específica, ou uma especificidade/qualidade, que não existe naquela relação que se possuem entre os produtores (escravos e servos) para com a classe dominante no escravismo, tanto como no feudalismo: os trabalhadores e compradores da força de trabalho, ambos, têm que ser livre e proprietários: aquele, da força de trabalho, esse, dos meios de produção e do dinheiro que compra aquele. Serem livres é uma condição necessária no modo de produção capitalista.

A força de trabalho que foi comprada pelo dono dos meios de produção pode ser utilizada para qualquer finalidade. O burguês pode utilizar-se da força de trabalho, a qual comprou no mercado, da maneira que lhe convir. E a força de trabalho ao ser utilizada cria valor.

Ao transformar o trabalho produtivo meios de produção em elementos constituintes de um novo produto, ocorre com o seu valor uma transmigração de almas. Ele transmigra do corpo consumido ao corpo recém-estruturado. Mas essa transmigração de almas ocorre igualmente às costas do verdadeiro trabalho. O trabalhador não pode agregar novo trabalho e, portanto, criar novo valor, sem conservar valores antigos, pois ele tem de agregar o trabalho sempre sob uma forma útil, e ele não pode agregá-lo em forma útil sem fazer de produtos meios de produção de um novo produto e, com isso, transferir seu valor ao novo produto. É, portanto, um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor, um dom natural que nada custa ao trabalhador, mas que rende muito ao capitalista¹³²

Como mercadoria, a força de trabalho produz valor. A única mercadoria que ao ser consumida produz valor é a força de trabalho. O que cria valor é o trabalho humano abstrato.

Ou seja,

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no

¹³² (Marx, 1996: 323. TOMO I)

mercado, **uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor**, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.¹³³

Duas características, dessa peculiar mercadoria, portanto, se apresentam como: a) ser livre, e b) tem uma qualidade específica de, predominantemente e geralmente, ao ser consumida, na produção, criar valor.

Como pertencente ao capitalista que comprou a sua força de trabalho, o trabalhador assalariado vai entrar no processo de produção enquanto força de trabalho que produzirá um valor – sempre que produzir mercadoria – para os donos dos meios de trabalho e dos meios de produção. O valor da força de trabalho, ao ser utilizada no processo de produção, sendo os meios de subsistência para a manutenção de sua possibilidade viva, não se limita ao seu valor real: a produção, ou a atividade produtiva da força de trabalho não é idêntica a sua capacidade de produção: a capacidade de produção, ou seja, de produzir, é maior do que a produção necessária à sua manutenção.

Assinala Marx que

“O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu.”¹³⁴

Por isso,

“É portanto um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor, um dom natural que nada custa ao trabalhador mas que rende muito ao capitalista.”¹³⁵

¹³³ (Marx, 1996: 285. TOMO I. Itálicos e negritos nossos.)

¹³⁴ (Marx, 1996: 311. TOMO I)

¹³⁵ (Marx, 1996: 323. TOMO I.)

3. Os limites e os fatores do valor da força de trabalho

Por outro lado, se o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência do qual é necessário a manutenção da massa viva da classe trabalhadora em geral, ou em particular do trabalhador médio; o limite, portanto, da sua força de trabalho é o limite necessário da quantidade de massa de artigos de primeira necessidade para a manutenção da massa viva do trabalhador enquanto ser vivo.

O valor da força de trabalho encontra no limite físico dos trabalhadores sua forma precisa que o capital encontra para o processo de exploração dessa força viva. Como falamos, a produtividade do trabalho, ou a ativação da força de trabalho, ou utilização da força de trabalho no processo produtivo não tem nada em comum com o valor. Um trabalhador pode produzir uma quantidade de valor muito maior que a quantidade de valor necessária à sua manutenção diária. Uma pessoa em estado físico¹³⁶ normal, ou em sua produtividade e qualidade média, produz uma quantidade maior do que seu consumo para a manutenção da vida e da reposição de sua vitalidade física.

Mas, não só esse fator determina o valor da força de trabalho, também entra em relação a isso, um outro: histórico.

Pensemos em algumas regiões em que um determinado hábito de consumo se faz nas mesas dos trabalhadores médios; outra região pode não ter tal desejo. Portanto, uma mercadoria que se produz em um determinado local, na corporificação de um artigo de primeira necessidade, seja produzida ou não, entra no processo de valor da força de trabalho – visto que essa é determinada pelo valor dos meios de subsistência. Assim, os meios de subsistência podem variar a depender do tempo histórico, ou do local geográfico; depende da cultura a que se faz e se edificou o

¹³⁶ Aqui, abstrairíamos uma questão fundamental, mas que para a análise universal do processo de produção capitalista, ou, uma análise do pensamento pelo qual se faz a *mediação da abstração das mediações reais*, de indivíduos reais e socialmente diferentes, seja por determinantes físicos ou social. Queremos dizer que não trataremos aqui da relação do valor da força de trabalho ser medida pelo limite físico das diferenças naturais: homem, mulher... se idosos, maduros, imaturos, jovens e etc. Corremos o risco de uma abstração das determinações essenciais, mas para nosso trabalho em questão, tentaremos mostrar as relações de reprodução do capital em sua universalidade e forma geral de reprodução.

capitalismo; ou como o próprio desejo por artigo que satisfaça uma necessidade que é artificialmente criado.

Mas, não só esse fator histórico, ou seja, os meios de subsistência, satisfação dos desejos “do estomago”, são necessários. Outro fator histórico, são as necessidades de satisfação que a mercadoria pode cumprir: “da fantasia”.

Assim,

Esse limite máximo é duplamente determinado. Uma vez pela limitação física da força de trabalho. Uma pessoa pode, durante o dia natural de 24 horas, despende apenas determinado *quantum* de força vital. Dessa forma, um cavalo pode trabalhar, um dia após o outro, somente 8 horas. Durante parte do dia, a força precisa repousar, dormir, durante outra parte a pessoa tem outras necessidades físicas a satisfazer, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em limites morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura. A variação da jornada de trabalho se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais. Ambas as barreiras são de natureza muito elástica e permitem as maiores variações.¹³⁷

Porém, esse “fator histórico” e moral, pode ser reduzido ao máximo. Em nada impede ao trabalhador ser explorado pelo capitalista de tal forma onde desapareça as necessidades criadas por intermédio da vida cotidiana (cultural, local e etc). Ao capitalista não interessa qual a condição de vida do trabalhador, desde que esse trabalhador carregue em si a possibilidade da produção da mercadoria, ou da atividade da sua força de trabalho ser exercida no tempo e qualidade média social.

Assim, chegamos a um determinado ponto em que podemos dizer que o valor da força de trabalho dentro dos seus limites tem uma capacidade maior do que sua reprodução. E que seu *valor de reprodução*¹³⁸ depende de alguns fatores, que podemos resumir em:

- a. Os meios de subsistência
- b. Meios de subsistência de sua família (“produção” de filhos como trabalhadores)

¹³⁷ (Marx, 1996: 346. TOMO I.)

¹³⁸ Em momento algum queremos dizer que o Valor da força de trabalho suba ou diminua por conta desses fatores, apenas. Mas, que entram também no processo de reprodução da força de trabalho o valor dos meios de subsistência que vai além da manutenção física-individual do trabalhador.

c. Desenvolvimento das habilidades (educação em geral¹³⁹)

Essas partes se relacionam entre si. Os meios de subsistência, como alimentação, moradia, vestuários, aquecimento, moveis, e etc. servem também para a manutenção da massa vida da família, mas aqui cumpre a função de perpetuar a massa trabalhadora para a produção capitalista. Ou seja, a “soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores”¹⁴⁰

Logo, por outro lado, a mesma reprodução para a manutenção do trabalhador e de sua família requer um certo grau de conhecimento para a transformação da natureza (tratando aqui sobre o proletário). Então, não se pode fazer um recorte ontológico nesses fatores determinantes do valor da força de trabalho média dos assalariados, mas apenas metodológico. (Como também não temos nenhuma intenção de reduzir o valor da força de trabalho a apenas esses três pontos, que ao nosso ver pode explicitar a grandeza do valor da força de trabalho. Visto que quando falamos que os fatores históricos e morais que caracterizam na composição de características que compõe o valor da força de trabalho pode ser completamente suplantados, excluídos ou reduzidos ao nada, assim queira a particularidade da expressão da produção capitalista: basta pensar que o trabalho análogo a escravidão que serve no processo de produção de mercadoria em alguns locais do mundo, mesmo sendo contra a legislação, entra no processo de trabalho apenas como algo que tem como valor apenas e unicamente a manutenção da massa física, quando não, muito mais ainda abaixo dessa condição de manutenção da massa biológica.)

Portanto,

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção. O valor da força de trabalho se resolve

¹³⁹ “A reprodução da classe trabalhadora implica, ao mesmo tempo, a transmissão e a acumulação da habilidade de uma geração para outra.” (Marx, 1996: 206. TOMO II)

¹⁴⁰ (Marx, 1996: 289. TOMO I)

no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção.¹⁴¹

A aplicação da força de trabalho, que tem no intermédio da divisão social do trabalho, é completamente diferente de sua capacidade de produção (as forças produtivas, ao se desenvolverem, portanto, produz em quantidade maior, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário a produção de mercadorias, e isso faz com que a quantidade de trabalho nelas aplicado mudem: necessariamente diminuindo. Essa diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário a produção das mercadorias faz com que se torne um exemplo claro de que a força de trabalho produz, com mediações mais diversas, mas principalmente com o desenvolvimento da técnica e da indústria, diferentemente da necessidade de sua reprodução).

A utilização da força de trabalho, portanto, acrescenta valor ao ser utilizada pelo capitalista na produção de mercadorias, mas esse valor não é a transferência direta dos valores consumidos pelo trabalhador médio individual, pois a quantidade de valor, sendo a força de trabalho objetivada, não se extingue no indivíduo que produz *per se*. A capacidade de produção da humanidade não vem apenas da possibilidade individual de cada trabalhador, mas das possibilidades de desenvolvimento dos meios de produção em uma determinada época.

¹⁴¹ (Idem)

Capítulo IV: Produção, trabalho assalariado e valor

Trataremos aqui de alguns pontos que serão necessários aos próximos capítulos e aos desfechos da nossa trajetória. Mas, antes de adentrarmos na problemática per se, lembremos algumas questões:

- a) A produção, como se sabe, não é algo que se coloca nos limites do capital. Mesmo dentro do próprio sistema e modo de produção capitalista a produção de mercadoria sendo predominante, porém não exclusiva, dita as regras no processo de desenvolvimento das relações sociais entre os indivíduos e desse para com a natureza. Como salientamos, anteriormente, pode-se haver uma produção de valores de uso sem ter contido em si o tempo de trabalho socialmente necessário. Podemos ter uma series de objetivações que não são feitas evidentemente para a troca, mas sim para o uso.

A maneira como é feita a produção no modo de produção vigente determina e é determinada pela forma com a qual os homens transformam a natureza, com qual função cumpre a produção dos produtos mercadorias; e, mais precisamente, a produção da riqueza material como forma natural transformada, ou modelada, para criar valores de uso que tem em si plasmada o Trabalho: produtos, que são natureza transformada para satisfazer as necessidades vitais do ser social.

Mas, a manutenção da vida social, através da produção e consumo desses meios de artigos de primeira necessidade não é algo exclusivo do capitalismo. Qualquer forma de sociedade tem que ter necessariamente essa relação com a natureza para, minimamente, manter a sua massa biológica viva¹⁴².

Dessa forma, a produção social da riqueza material é algo ineliminável da vida social, independente de qual a forma de sociabilidade, ou modo de produção.

¹⁴² Não repetiremos aqui o que já foi dito anteriormente. A diferença entre modificar a natureza por um pôr teleológico, ou por mediação dos limites dos instintos naturais já foi explicitada na primeira parte.

b) A produção, por ser uma objetivação, tende a produzir no mundo algo novo que não existia antes; e por outro lado, não menos importante, produz nos indivíduos necessidades antes inexistentes. O mundo externo ao indivíduo, que objetiva algo, muda completamente: ao colocar um objeto novo, o mundo não é o mesmo, pois esse novo objeto ao responder a uma necessidade, cria outras necessidades, mas ao mesmo tempo, ao ser colocado “fora da cabeça” do indivíduo que o projetou, esse mesmo objeto pode possibilitar novas necessidades e novas formas de satisfazer tais necessidades. Com o indivíduo que produz algo ao transformar a natureza acontece uma transformação em si mesmo: cria agora novas necessidades em si mesmo, por ter feito algo, e cria novas possibilidades... e também habilidades. Por outro lado, é válido ao indivíduo tender a executar um processo de verificação de seus conhecimentos: ao transformar a natureza (ou o mundo social) tal indivíduo coloca em movimento o conhecimento que ele tem do mundo. O que ele acha que é o mundo, e o que o mundo de fato é, são colocados a prova no processo de objetivação; o conhecimento acerca do mundo, depois do processo de objetivação não será mais o mesmo. Se tiver um êxito positivo, o conhecimento pode ser utilizado de outra forma; ao ser uma objetivação catastrófica, os indivíduos saberão que tal necessidade não pode ser possível de realizar sobre tais circunstâncias sem a compreensão mínima da realidade a qual deseja modificar. Podemos dizer que tanto as ferramentas, criadas pelo homem, quanto o próprio homem que se modifica através de seus atos, vão sendo constantemente se desenvolvendo. E, daquela “primeira” objetivação, o processo de reprodução social tem um desenvolvimento sem precedentes que na *história da natureza*¹⁴³ jamais foi vista. A história da humanidade é, portanto,

¹⁴³ A natureza tem sua história. Do Big Bang surge a história de uma forma de ser, inorgânica, que mais tarde, por várias mediações, chegará, pelo menos temos evidências reais aqui em nosso planeta, ao organismo, ou ser orgânico. A história do Big Bang comporta a história da natureza, que é inorgânica e orgânica, mas essas duas formas de ser têm suas diferenças reais. Em um dado momento, no planeta terra, surge a vida social, a qual não é desdobramento das outras formas de ser precedentes. Mas uma ruptura radical. Contudo, aqui temos que ter cuidado, pois a história da natureza não tem em nenhum momento, para Marx, algo que a coloque em movimento. Não há um demiurgo na história em geral. O único momento em que um “demiurgo” aparece na história geral do ser, é com a entrada em cena do ser social: onde acontece objetivações através de um projeto antecipado: teleologia.

a história das relações dos homens para com a natureza, e as relações entre si.

- c) Como a produção é algo ineliminável do ser social, e como todas as sociedades têm que produzir, notamos que a produção muda com o mudar do modo de produção social. A riqueza social se colocava como uma forma radical e qualitativamente diferente a cada modo de produção: do modo de produção onde prevalecia a coleta existe um largo muito intenso para com as formas de sociedades que viveram (e vive) sob a égide da produção em que a propriedade privada era (é) o produto da divisão social do trabalho e da exploração.

Todas as sociedades, tinham em sua forma de enriquecer, predominantemente, o acúmulo da riqueza natural modificada, das terras (entra-se aqui qualquer forma de natureza presa a terra: rios, lagos, florestas, jazidas e etc.), ou acumulação dos trabalhadores manuais (escravos ou servos). Essas formas precedentes ao capitalismo tinham um limite de aumento da riqueza que era o próprio limite da quantidade possível de acumular em forma de matéria física natural. Mas, a mudança radical no modo de acumular riqueza aparece na sociedade tardiamente. Na sociedade capitalista, a riqueza pode ser acumulada também por meio de uma substância que não é apenas a natureza modificada, mas uma substância social: o tempo de trabalho socialmente necessário e corporificado em uma mercadoria que produzirá valor ao ser trocada.

- d) A força de trabalho é uma mercadoria que se generaliza nos seios do capitalismo. Ela é uma mercadoria como qualquer outra forma de mercadoria, porém guarda em si uma peculiaridade que o burguês “descobriu” ao ir comprá-la no mercado: ela possui uma qualidade que ao ser consumida na produção, produz muito mais do que vale seu valor: ou seja, o seu tempo de trabalho socialmente necessário para manter sua vitalidade.

A generalização da força de trabalho como mercadoria não deixa escapar nenhuma possibilidade de compra. Os indivíduos se colocam no mercado

(quando trabalhadores) apenas com a sua liberdade de ser uma mercadoria como outra qualquer; outros indivíduos, ou os compradores dessa mercadoria, e dono dos meios de produção (os capitalistas, a burguesia) se colocam no mercado, de maneira também livres, para comprar a força de trabalho daqueles. Essa relação de “liberdade” é a liberdade proporcionada pelo mercado, que tem no capital e na sua reprodução, pela mediação das mercadorias, a questão fundamental que supera a relação de produção antecedente: a feudal. De um lado, agora, temos burgueses, e de outro, os trabalhadores.

- e) Se todos os indivíduos não possuidores dos meios de produção e de subsistência tendem a serem trabalhadores, ou possuidores de sua força de trabalho; não são idênticos, do ponto de vista da produção: a classe trabalhadores não é algo homogêneo. De um lado temos os que produzem a riqueza material pela transformação da natureza, e, por outro lado, temos aqueles que produzem uma mercadoria que, pode-se dizer, tem um estatuto ontológico plenamente diferente: formas de objetivações que não são modificação da natureza, mas apenas objetivações que modificam a matéria social – se assim quisermos ser mais explícitos (pois já explicamos esse termo anteriormente).

É aqui que temos nosso ponto de encontro para com a cultura do capital, mercado e trabalho abstrato como um deus (trino) onipotente, onisciente e onipresente nas relações humanas. Aqui nos servirá, portanto, a exposição da acumulação de riqueza no capitalismo, tendo o capital uma forma social, e que pode, e deve, portanto, ser “desprendida” das amarras da natureza e seus limites físicos: o capital, como diz Marx e Engels, por ser uma forma social não tem seus limites para uma acumulação e para a sua reprodução.

1. *A desmistificação da produção (de mercadorias) capitalista*

É necessário, portanto, afim de esclarecer, e expor, de maneira desmistificada, as relações do capitalismo, uma análise interna de como se comporta a produção de valor por meio da produção de mercadorias.

Para isso, algumas categorias, que antes não foram tratadas, se coloquem nesse momento; assim como outras que já foram dissertadas por nós venham a compor esse momento, porém com alguns pormenores que nós nos daremos ao trabalho de expor de forma mais compostas e comportadas de mediações que enriqueceram tais categorias.

A produção capitalista, como várias vezes falamos, é intrínseca a produção de mercadoria. Mas, o que de fato tem nessa produção é a peculiaridade de como a produção de mercadoria aumenta a riqueza do capitalista, seu capital.

Para acumular riqueza, o capitalista tem que ir ao mercado vender as mercadorias. Ao realizar a venda da mercadoria, o capitalista obtém uma quantidade de riqueza maior do que aquela que levou ao mercado. Esse processo de enriquecimento por parte do capitalista não lhe custou nenhum trabalho, apenas a manutenção (da força de trabalho) do trabalhador trabalhando para ele – reforçemos, para que não esqueçamos: pela mediação da força e da violência cotidiana, seja ela direta ou indiretamente – e o custo dois meios de produção e objetos de trabalho.

A acumulação de riqueza por parte do capitalista, que nada fez manualmente – a não ser reunir vários trabalhadores em uma fábrica¹⁴⁴, pagá-los pela compra de suas forças de trabalho, como se faz no ato de comprar qualquer mercadoria, entregá-los os meios de produção e objetos de trabalho –, tende a aumentar constantemente.

Esse processo de acumulação tem sua natureza de ser por conta de uma substância social, a força de trabalho. Pois, o nosso capitalista encontra

no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de

¹⁴⁴ Nesse capítulo, tomaremos, sempre, a produção de mercadorias por aqueles assalariados que são parte da classe trabalhadora em geral, que produz mercadorias por mediação do uso de suas forças físicas na transformação da natureza. Não estaremos, portanto, expondo – pelo menos de início, mas quando estivermos falando de outras camadas dos trabalhadores que não esses a qual estamos referindo, avisaremos em nota – aqui, os trabalhadores assalariados em geral.

dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.¹⁴⁵

Como o trabalho humano abstrato é a substância social que imprime valor nas mercadorias – mesmo sendo redundante dizer isso – só há valor, portanto se um objeto for mediado pelo processo de objetivação de um processo de trabalho que plasme naquele o tempo socialmente necessário. Independente do corpo físico (ou social) da mercadoria, o valor que nessa se encontra é o fundamental para a sua troca. A troca se estabelece, como visto antes, entre valores iguais, de quantidades iguais, de trabalhos humanos iguais, que se encerram no objeto produzido.

A troca se realiza mediante a troca por equivalentes. Da mesma forma como todas as mercadorias, seja qual for a sua natureza.

Temos, aparentemente no mercado, a produção de um valor a mais ao que foi produzido na fábrica.

Pensemos: quando um comprador vai ao mercado comprar um objeto qualquer, ele paga uma quantia a um proprietário da mercadoria, ou capitalista, ou comerciante... não importa. O vendedor, no fim do processo de troca de mercadorias, recebe uma quantia da qual o comprador lhe deu. De fato, quando o capitalista vende uma mercadoria, ele ganha uma quantidade maior de dinheiro do que a comprou. Se ele compra uma quantidade que equivale a uma tonelada de feijão por 1.000 reais, e vai ao mercado vender essa mesma tonelada, dividida em parte menores, ele tende a vendê-la por um preço que, ao final do processo de venda, o retorno investido seja menor do que o que foi arrecadado – no final da venda o capitalista obtém uma quantidade a mais de dinheiro.

Se esse mercador vender o kg do feijão por 1 real, toda a sua mercadoria lhe valerá em seguida os mesmos 1.000 reais. Isso não acrescenta em nada a quantia de dinheiro que ele pôs no processo de compra e venda.

Se, pelo contrário, esse vendedor colocar o preço de sua mercadoria, que por nós foi determinada em uma quantidade fixa de 1 kg, um preço maior que apenas 1 real por kg, sua mercadoria lhe dará um retorno maior do que o investido na compra.

¹⁴⁵ (Marx, 1996: 285. TOMO I)

Supomos que ele coloque a mercadoria pelo preço de 1,10 (um real e dez centavos). Suponhamos, agora, que toda a massa de mercadoria fora vendida por completo. Bastará, apenas, que no processo de troca dessa quantidade de mercadoria (unidade de 1kg) por uma quantia de dinheiro (aqui, 1,10) venha a se efetuar que nosso capitalista comerciante tenha o retorno de 0,10 centavos a mais por cada unidade. No fim do processo total de venda, nosso comerciante arrecada 100,00 reais a mais do que foi investido para a compra de 1.000 kg de sua mercadoria – feijão. Se ele pagou, na compra, 1.000 reais para adquirir 1.000 kg (ou uma tonelada); na venda dessa mesma mercadoria – aqui, não importa em quantas partes foram divididas cada unidade, ou se vendida por completo posteriormente toda a massa de mercadoria-feijão – ele, que antes era o comprador, e que agora é o vendedor, recebe, pelos mesmos 1.000 kg uma quantia de dinheiro de 1.100,00 reais. Feita a mágica do capitalismo!

Com a mesma massa de mercadoria, a quantidade de seu dinheiro passou de 1.000,00 reais para 1.100,00 reais. Isso corresponde a um acréscimo de 10%¹⁴⁶ do dinheiro anterior a venda da massa de mercadoria no mercado.

Seria, no mínimo, impensável, aos nossos teóricos burgueses, à primeira vista, dizer que o valor não se elevou nesse processo de compra e venda. Para qualquer um que ver nosso exemplo, ficará claro, e bem exposto, que o valor teve um acréscimo real de 10%, ou de 100,00 reais para aquele que vendeu a mercadoria.

Agora, é que todo o encanto da magia de velar as coisas por meio de um pensamento ordinário se faz cair por chão.

A mercadoria que foi vendida pelo comerciante acima do preço pelo qual fora comprada não *umenta o valor em um décimo ou milímetro qualquer*. Isso parece espantoso e contraditório, ou até mesmo paradoxal – ou, por outro lado, uma loucura

¹⁴⁶ Estamos, nesse momento, fazendo uma completa abstração do processo de circulação em que qualquer venda é submetida no processo de produção capitalista. Se fossemos colocar o preço de deslocamento, armazenamento e etc. acarretaria em um erro de ultrapassarmos o objetivo do texto em geral. Mas isso não torna a questão menos importante quando se tratar de uma análise mais pormenorizada das relações do capitalismo e da transformação do dinheiro em mais-valia, e dessa em capital e etc. Por outro lado, não interfere em nada esse processo de abstração, de várias determinações da circulação, para a compreensão da natureza da mais-valia como uma lei geral. Sem querer desrespeitar as “partes” analisaremos o “Todo”, ou o aspecto fundamental e universal.

filosófica afirmarmos isso logo após, nós mesmo, termos demonstrado que houve um acréscimo do valor (*sic!!!*).

De fato, houve, mas não um acréscimo de Valor. Tivemos um acréscimo de preço que se converte em dinheiro.

O que houve de errado foi o fundamento do qual partimos: de que *no processo de circulação se cria valor*. Para Marx, isso é algo não só impensável, mas explicitamente impossível – e que resguarda, tanto político, como ideologicamente uma forma apologética por parte da concepção de mundo burguesia.

Mas, por ora, prostemo-nos diante desse pensamento: de que na circulação, compra e venda de mercadorias, no mercado, é a fonte do *enriquecimento e criação de valor*.

O mesmo vendedor, que vendeu o feijão é um comprador. Ele teve que comprar a mercadoria feijão. Então ele é um vendedor-comprador. Ele “repassa” a mercadoria que adquiriu na compra da mesma a um outro determinado vendedor. Se esse vendedor, comprou a mercadoria, também a comprou a outrem. E assim em diante. Cada vendedor, é um comprador; e cada comprador, compraria a mercadoria pelo preço maior do que o vendedor havia comprado anteriormente. Da mesma forma, agora abrangendo mais a relação: todos indivíduos aí são compradores de alguma espécie de mercadoria, pois, as necessidades vitais, no capitalismo, tendem a ser satisfeitas mediante a uma mercadoria que guarda em si um valor útil a quem necessita, mas que pode ser adquirida unicamente pelo *valor de troca*. Nesse raciocínio, num mundo onde todos podem, a seu prazer, elevar o preço e baixar como quiser, todos ganham simultaneamente na medida que também perdem¹⁴⁷. Não faria sentido algum então dizer que o aumento de preço gera um aumento do valor.

Admita-se agora que seja permitido aos vendedores, por um privilégio inexplicável, vender a mercadoria acima do seu valor, a 100 quando ela vale

¹⁴⁷ “Em todo caso, no mercado de mercadorias, só possuidor de mercadorias se confronta com possuidor de mercadorias e o poder que essas pessoas exercem umas sobre as outras é somente o poder de suas mercadorias. A diferença material das mercadorias é o motivo central do intercâmbio e torna os possuidores de mercadorias reciprocamente dependentes, pois nenhum deles tem o objeto de suas próprias necessidades e cada um deles tem em suas mãos o objeto da necessidade do outro. Além dessa diferenciação material de seus valores de uso, só existe uma diferença entre as mercadorias, a diferença entre a sua forma natural e a sua forma transformada, entre mercadoria e dinheiro. E, assim, os possuidores de mercadorias só se diferenciam enquanto vendedores, possuidores de mercadoria, e enquanto compradores, possuidores de dinheiro.” (Marx, 1996: 289. TOMO I)

100, portanto com um aumento nominal de preço de 10%. O vendedor cobra, portanto, uma mais-valia de 10. Mas depois de ter sido vendedor, ele se torna comprador. Um terceiro possuidor de mercadorias encontra-o agora como vendedor e goza por sua vez do privilégio de vender a mercadoria 10% mais cara. Nosso homem ganhou 10 como vendedor para perder 10 como comprador. O todo acaba redundando no fato de que todos os possuidores de mercadorias vendam reciprocamente as suas mercadorias 10% acima do valor, o que é inteiramente o mesmo que venderem as mercadorias por seus valores. Tal aumento nominal e geral do preço acarreta o mesmo efeito que se os valores das mercadorias fossem avaliados em prata em vez de em ouro. As denominações monetárias, isto é, os preços das mercadorias iriam inchar, mas as suas relações de valor ficariam inalteradas.¹⁴⁸

Por outro lado, e que apenas mudando a “direção”, mas continuando no mesmo sentido:

Suponhamos, pelo contrário, que seja privilégio do comprador comprar as mercadorias abaixo de seu valor. Aqui não é sequer necessário recordar que o comprador se torna novamente vendedor. Ele era vendedor antes de se tornar comprador. Ele já perdeu 10% como vendedor antes de ganhar 10% como comprador. Tudo fica como dantes.¹⁴⁹

Então, se “a circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor”¹⁵⁰, logo, para isso, devemos começar, sem ser redundante, do começo; do verdadeiro começo: do processo de produção de mercadoria.

O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido, tendo decorrido determinado período de produção, semana, mês etc.¹⁵¹

Se o *verdadeiro começo* do processo de produção é a compra e venda da força de trabalho de um determinado tempo, então é lá que temos que encontrar o fundamento da produção capitalista como processo de produção de valor. Esse acréscimo de dinheiro não significa, portanto, um aumento do valor da mercadoria.

O valor da mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Então, é na produção de mercadorias que se cria valor. O trabalho abstrato, do trabalhador assalariado é a substância desse valor. Então voltemos ao personagem que cria valor: o trabalhador assalariado.

(Estamos, sempre, nesse capítulo, como já foi alertado, que a produção aqui exposta não é qualquer produção, mas a produção que se refere ao trabalhador

¹⁴⁸ (Marx, 1996: 279-80 TOMO I)

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ (Marx, 1996: 282. TOMO I).

¹⁵¹ (Marx, 1996: 200. TOMO II)

assalariado que modifica a natureza, ou porção dela, através de uma teleologia, num processo de objetivação, que tem a intenção de produzir meios de produção e de subsistência; uma parcela dos trabalhadores assalariado, ou do conjunto da classe trabalhadora, que tem essa peculiaridade essencial para o modo de produção capitalista.)

Peguemos como exemplo um trabalhador que, para manter sua vida, e suas necessidades “do estômago” e “da fantasia”, seja necessária uma quantia de 10,00 reais diários – quantia essa que nada mais é do que a expressão do valor de sua força de trabalho expressa em dinheiro – onde aqui chamamos: salário diário. Com essa quantia ele mantém sua massa biológica viva, e adequada a uma atividade da qual é participante numa fábrica qualquer. O capitalista vai pagar a esse trabalhador essa quantia diária. O trabalhador, portanto, pode manter sua vida comprando os artigos de primeira necessidade apenas com esses 10,00 reais diários. O capitalista ao pagar essa quantia, compra certo período de tempo para colocar a sua mercadoria, o trabalho vivo – ou o trabalho do trabalhador assalariado (aqui, aquele que produz a riqueza matéria através da transformação da natureza em meios de subsistência) em funcionamento, ou, trabalhando.

Ao vender a sua força de trabalho, o trabalhador receberá uma quantia necessária de dinheiro para trocar por mercadorias que possa fornecer sua subsistência, ou atender outras necessidades “da fantasia”, mas que ambas entram no processo de reprodução da vitalidade e da continuidade da massa viva do homem que trabalha.

O capitalista compra, então, sua força de trabalho pelo seu valor: ou seja, pela quantidade de dinheiro, representada no salário, que possibilita a manutenção do trabalhador, dono da força de trabalho. Ou seja,

sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou **o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor.**¹⁵²

¹⁵² (Marx, 1996: 288. TOMO I)

Mas, a “magia” do capitalismo começa nessa relação da compra e venda da força de trabalho, e na sua utilização, por meio do capitalista, no processo de produção de mercadorias¹⁵³.

Se o que é comprado pelo capitalista é a força de trabalho, e essa é usada como aquele quiser no período de tempo que ele for proprietário, o capitalista a colocará em funcionamento útil das formas mais eficazes possíveis¹⁵⁴.

Se ele compra a força de trabalho por um dia, o capitalista fará a força de trabalho produzir durante um dia.

Agora, tentemos imaginar o seguinte: se esse trabalhador trabalha para o capitalista 8h por dia, ou 40h semanais, a sua força de trabalho será utilizada e consumida nesse mesmo tempo. Assim, como recebe 10,00 por dia, ou jornada diária, que corresponde a 8h, o capitalista compra a força de trabalho por completo ao uso do dia. Nesse tempo, 8h diárias, o trabalhador produzirá um valor, plasmado ou corporificado na mercadoria, de 8h de trabalho humano social. Digamos que em apenas 1h diária o trabalhador produziria um valor que se representaria em 10,00 reais. Ou seja, o tempo socialmente necessário para a manutenção de sua força de trabalho é de 1h diária. Mas, como falamos, o trabalhador vendeu sua força de trabalho, e como toda mercadoria, o uso dessa força de trabalho depende do que a comprou: o uso da mercadoria tem que satisfazer as necessidades de quem a comprou de maneira útil.

¹⁵³ “O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido, tendo decorrido determinado período de produção, semana, mês etc. O trabalhador, porém, só é pago depois de sua força de trabalho ter se efetivado e realizado tanto seu próprio valor como a mais-valia, em mercadorias.” (Marx, 1996: 200. TOMO II)

¹⁵⁴ Não adentraremos aqui, mas só como um breve comentário: é aqui que as formas de controle do trabalho têm seu fundamento. Os trabalhadores assalariados que controlam a produção, constituem-se como forma social aqui. Assim, como as formas e modelos que controlam a eficácia produtiva de cada trabalhador. Como por exemplo, o fordismo e o toyotismo. Ambas formas de controle da produção para retirar de maneira mais eficiente a produtividade da força de trabalho. Ou seja, a utilização da força de trabalho, no modo de produção capitalista, é iminentemente para a produção de valor de troca, portanto mercadoria – quando essa está no processo de produção de riqueza, ou de valorização. (Veremos adiante que existe formas de produzir que não produzem mercadorias; forças de trabalho que ao serem utilizadas pelo capitalista ou outros meios, que não produzem sequer um quantum mínimo de valor de troca, quiçá valor.)

O capitalista, como comprou essa força de trabalho, não utilizará apenas, essa mercadoria, por uma hora, mas sim, pelo tempo que lhe for permitido: aqui, 8h diárias.

Se o trabalhador necessita apenas de 1h para produzir um valor equivalente ao necessário a produção de um valor que equivale a dos seus meios de subsistência; as outras horas diárias ficará à disposição do capitalista (pela mediação da força e da violência). Portanto, 7h diárias, que correspondem a um valor 7x maior do que o que é necessário para a produção e reprodução da força de trabalho. Esse valor a mais que o trabalhador produz para o capitalista é o que Marx chamará de Mais-valia, ou mais-trabalho.

Nas palavras de Marx, isso quer dizer que num primeiro momento

o trabalhador, durante parte do processo de trabalho, apenas produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência de que necessita.¹⁵⁵

Já a esse

segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada.¹⁵⁶

Por isso,

A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho.

E para

Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*).

Assim, que se faz a “mágica” da acumulação e produção de mais-valia, que se transformara em capital, e em seguida novamente em mais-valia.

O capitalista compra a sua mercadoria especial, força de trabalho, no mercado, pelo valor real: ou seja, pelo valor do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. O valor da força de trabalho nada mais é do que o valor dos artigos de primeira necessidade para a sua manutenção. O capitalista compra, então, essa

¹⁵⁵ (Marx, 1996: 330-1. TOMO I)

¹⁵⁶ (Marx, 1996: 331. TOMO I)

mercadoria força de trabalho pelo valor dos meios de sua subsistência, logo, pelo valor real. Tanto o comprador, como o vendedor da força de trabalho, como já falamos, são livres no mercado para fazer o que quiser com suas mercadorias: aquele com a mercadoria dinheiro compra a mercadoria desse, a força de trabalho. E, como o “acordo” entre as “partes livres”, dos indivíduos livres, diz que os valores serão trocados, ou permutados, a tom de igualdade, os valores de uso serão utilizados para satisfazer a suas necessidades: ao trabalhador, a necessidade de ser vendido para manter-se; ao capitalista, a necessidade de satisfazer os desejos da mercadoria, e do capital, a produção de mais-valia: a produção do mais-trabalho. Nenhuma das partes é *injusta* para com a outra: ambos são livres, iguais – proprietários –, e, finalmente, fraternos para com a reprodução do capital: àquele resta sentir e sofrer passivamente, ao outro (capitalista) resta-lhe ser a parte personificada do capital¹⁵⁷.

Mas, a utilização da força de trabalho não limita a produção de um valor – independente de qual for a mercadoria em que a força de trabalho humano abstrata vai ser plasmada, ou o quantum de tempo de trabalho será corporificado – que corresponda ao necessário à sua reprodução, ou produção: ou seja, não se limita a produção do valor para a sua manutenção.

¹⁵⁷ Não seria exagero de nossa parte, aqui, citar um trecho excessivamente prologado de O Capital afim de através da pena e tinta de Marx, sermos contemplados com a síntese da *justiça do capital*:

“Examinemos a coisa mais de perto. O valor de um dia da força de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor.” (Marx, 1996: 311. TOMO I)

Pelo contrário, ao dispor, por certo limite de tempo, da mercadoria força de trabalho, o capitalista a fará trabalhar, a fará ser útil, ao máximo possível de tempo que lhe for permitido. Pois, “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela.”¹⁵⁸

A produção, ou utilização da força de trabalho, só tem sua necessidade de existir, no modo de produção capitalista, pelo fato de que a sua atuação é a produção de valor. Todo o esforço do capitalista, portanto, se baseia em como ser possibilitado, na sua fábrica, ou chão de fábrica, a maior produtividade do trabalho, para que a produção de mercadorias seja cada vez mais eficiente.

Em primeiro lugar, o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre sua adequada utilização.¹⁵⁹

Porém, podemos agora, com maior precisão, expor de melhor forma, uma questão do capítulo anterior, que tratava sobre os limites da força de trabalho.

Se a força de trabalho necessita de o mínimo de meios de subsistência para a sua reprodução da massa biológica continuar viva; e, se, por vários motivos, as suas necessidades “da fantasia”, ou necessidades históricas, podem ser reduzidas ao máximo; o limite da força de trabalho é o limite de sua capacidade vital na produção. Mas, repetimos, a sua capacidade corporal de trabalhar dentro, ou beirando os limites de sua capacidade física, em nada determina o valor por essa mesma mercadoria ao ser utilizada, ou, em outras palavras: a capacidade vital da força de trabalho não tem nenhuma ligação com o valor por ela produzida: não importa ao capitalista qual vivo esteja o trabalhador, ou dono da força de trabalho. Nas palavras de Marx,

O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo

¹⁵⁸ (Marx, 1996: 297. TOMO I)

¹⁵⁹ (Marx, 1996: 447. TOMO I)

suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.¹⁶⁰

O que importa de fato, é se a força de trabalho pode ou não ser utilizada. Se a força de trabalho pode ou não ser comprada, e sua capacidade de produção tem viabilidade no processo.

Por isso, o capitalista tende a pagar o valor da força de trabalho como algo que tem que se manter para produzir a mercadoria. A manutenção da vida do trabalhador, segundo Marx, não é algo “humanitário” da consciência do capitalista. Pelo contrário. Se esse puder baixar ao máximo o valor da força de trabalho (veremos ao tratar da Mais-valia de forma estrita no próximo ponto), ou leva-la ao seu limite vital, o capitalista o fará. Pois, lembremos, a relação entre capitalista e trabalhador, é uma relação de troca de mercadorias iguais: indivíduos livres e proprietários, que se encontra no mercado, e que esse é o mediador universal das posturas individuais como um todo no globo – a isso já tratamos anteriormente.

A lei geral da moral do capital é a lei de sua reprodução, sem barreiras: a venda da força de trabalho, logo, é uma necessidade vital para a produção de mais-valia, para a produção e reprodução do capital. Ou seja, se a mais-valia, logo, também o capital, tem sua natureza na atuação, ou atualização, da força de trabalho ao ser realizada... basta-nos dizer uma simples coisa: a realização da força de trabalho é o que importa ao capitalista. Não há nenhuma importância sobre ao “portador” da capacidade de trabalho. Por isso, não podemos dizer que é um “ato de compaixão” do capitalista a manutenção do trabalhador. A vida do trabalhador, pouco importa ao capitalista. O que importa é se a massa biológica está em condições de ser utilizada na produção; e se essa massa biológica for desnecessária, tem-se que, ela mesma, garantir ao capitalista, a sua reposição. Ou seja,

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-

¹⁶⁰ (Marx, 1996: 290: TOMO I)

se “como todo indivíduo se perpetua pela procriação”. As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *raça* de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias.¹⁶¹

A força de trabalho, como mercadoria especial para o processo de engrenagem do modo de produção capitalista, e produção do capital, é tida, portanto, como uma ferramenta que deve ser mantida, e manuseada, de forma que sua atuação tenha apenas um significado: produção de mais-valia (produção de mais-trabalho). Essa mercadoria só se aciona no processo de trabalho em que se está realizando, mas apenas para a produção de mercadorias: essa é a natureza e função social da força de trabalho sob a força violenta da função do capitalista. O trabalhador produz, e o capitalista se apropria violentamente de tal produção¹⁶².

Desse modo, é claro dizer que se a força de trabalho, através da classes trabalhadora, é quem produz a manutenção da subsistência da humanidade, mas que para ela só lhe resta o mínimo necessário para a sua manutenção, ou seja, o mínimo necessários para a reprodução da força de trabalho, então *só lhe resta a parte de sua própria produção para a sua manutenção*, a outra parte, da qual não é necessário, é um trabalho excedente e que pertence a outrem para se fazer uso da forma que quiser: a força de trabalho produz uma mercadoria que voltar para o trabalhador, em forma de salário, e que servirá para ir ao mercador satisfazer suas necessidade de manutenção de sua matéria viva; e, esse “ir ao mercado”, agora como comprador de mercadoria, mostra que o trabalhador nada mais está comprado que a própria produção: aqui vale para todos os trabalhadores que produzem os meios de subsistência.

E se abstrairmos suas funções, todos, ao produzirem, enquanto classe, os meios de produção e de subsistência da humanidade, são eles mesmo que produzem sua subsistência. Assim, podemos dizer que uma das fundamentais qualidades entre esses trabalhadores que modificam a natureza para a produção dos meios de

¹⁶¹ (Marx, 1996: 289. TOMO I)

¹⁶² Estamos mais uma vez alertando que aqui se fala dos produtores da riqueza material, do conteúdo social. Veremos, em outra oportunidade, que a forças de trabalho pode, ao ser utilizada, não produzir nada.

produção e de subsistência é que eles produzem o que é necessário para sua própria vida, e o necessário para todos os humanos. Ela se constitui como parte dos assalariados em geral, como a parcela dessa classe (de assalariados), como a parcela que produz sua própria riqueza material necessária para a sua vida, mesmo que essa riqueza retorne para ele em forma de mercadoria, e pela mediação da troca.

Até aqui, podemos, por meio de uma simples afirmação, dizer que existem várias facetas do assalariado. Os que produzem a riqueza material, ou modificação da natureza física, para a produção de mercadorias – em se tratando dos trabalhadores assalariados do modo de produção capitalista –, e os que não produzem, mas que têm sua capacidade, ou força viva, vendida como qualquer outra mercadoria.

O que vai definir a diferença entre as “partes” da classe trabalhadora é algo que não pode ser encontrado na identificação de todos os que vendem sua força de trabalho.

Temos que analisar, pormenorizadamente, como se dá o processo de utilização da força de trabalho, em seu desfrute por parte do capitalista, no modo de produção capitalista, e nos locais onde a força de trabalho se encontra: ou, em outras palavras, temos que mostrar, demonstrar, e analisarmos como se produz e reproduzem a força de trabalho nos diferentes ramos em que ela é empregada. O local onde a força de trabalho se encontra, e a sua função, no processo de reprodução e produção capitalista, é o que define de fato o que cada “fração” dessa grande classe, os trabalhadores assalariados, comportam.

Devemos seguir, portanto, nesses termos, mas antes, trataremos mais uma vez da mercadoria.

2. Ainda sobre o valor de uso e valor de troca: Valor

O processo de produção capitalista, é iminentemente a produção de valor de troca, ou Valor. Mas, a produção de valor está intrinsecamente ligada a produção de mais-valia. Essa, condição essencial da produção capitalista, onde só tem sua razão de existir no processo de produção que produz um mais-trabalho, ou mais-produto,

que nada mais é o que está plasmado na mercadoria – qualquer que seja essa mercadoria, se, tanto faz, uma natureza modificada ou transformada, ou se uma matéria social¹⁶³ que tenha em sua finalidade a troca, logo, um valor.

Ou seja, o processo de produção de mais-valia é completamente enraizado no processo de produção de mercadorias. E o valor de uma mercadoria nada mais é do que o tempo de trabalho social necessário que se coloca nela por meio do trabalho social abstrato humano, pelo trabalho assalariado.

Se dissermos que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria é o seu valor – onde esse se expressa no valor de troca – então, nada mais justo do que afirmar que quanto menos tempo for necessário a produção de uma mercadoria, menor o valor dessa mercadoria. Como o valor da mercadoria é medido pelo seu tempo socialmente necessário, então o quantum de tempo, seja ele medido como for (horas, dias, semanas meses... e etc.), a quantidade social dessa medida, o tempo de trabalho, é a referência dessa substância social.

Como a mercadoria tem duas porções, de um lado, uma matéria transformada, de outro o trabalho humano abstrato: então, na produção de uma mercadoria, se esse tempo, da força de trabalho humano abstrato diminuir na quantidade, o valor da mercadoria, diminuirá; se o trabalho (abstrato) do assalariado, requerido para transformar a porção da natureza aumentar, aumentará o proporção do valor da mercadoria.

O que vai determinar, em última instância, o valor, sempre será o tempo socialmente necessário à sua produção, e não a matéria em si.

Façamos uma abstração para compreender melhor.

Se pegarmos uma quantidade X de matéria-prima – aqui, madeira – que terá na fábrica o objetivo de ser transformado em cadeira e mesa, abstrairemos¹⁶⁴, portanto, os meios de produção, a força de trabalho necessária a produção, ou a retirada dessa porção da natureza, a madeira, de seu local natural (aqui, não importa se em uma floresta ou alguma área reservada, se em uma plantação livre e cedida

¹⁶³ Veremos que essa forma apenas valoriza o valor, aquela, forma de modificação da natureza, produz.

¹⁶⁴ Esse processo de abstração é necessários para o exemplo, pois todos objetos de trabalho, meios de produção, meios de trabalho, maquinaria e etc... transferem valor a mercadoria ao serem consumidos no processo de trabalho. Mas, não poderemos aprofundar essa questão nesse ponto.

pelo estado, ou se uma ação criminosa e etc.). Uma certa quantidade de madeira terá por certo uma necessidade da ação humana para a sua transformação. O processo de transformação dessa porção de madeira em uma quantidade de cadeira ou mesa, dependerá da força de trabalho humana, das mãos e do cérebro do trabalhador para tornar objeto essa finalidade.

O que vai determinar, portanto o valor dessa cadeira, ou mesa, ou qualquer que seja o objeto produzido (ou produto, se quisermos usar essa expressão) não vai ser, em primeira e em última instância, a qualidade da madeira, ou a qualidade da mesa, cadeira, ou qualquer objeto-produto que seja, mas o tempo socialmente necessário à sua produção.

As mercadorias vão ao mercado para serem trocadas. Essa troca só se realiza, como já frisamos antes, por meio de uma relação que não aparece na qualidade do produto, ou do objeto; não aparece na qualidade da madeira, da mesa, da cadeira, e etc. mas, na quantidade de trabalho dispensa e plasmado nos objetos necessários. O corpo da mercadoria aparece como o mediador, apenas, do valor de troca. (Se quisermos fazer uma metáfora: o valor, que se expressa no valor de troca, encontra seu hospedeiro, um objeto qualquer, para manifestar sua vontade, de troca, sua liberdade de ir e vir no mercado – como o mundo é um grande mercado mediado pelas relações de capital, e capitalistas de modo tendencial e geral, universal e de forma “totalitária”, o *ir e vir da mercadoria* tem seu passaporte garantido pelo fato de ser ele o mediador universal da humanidade.)

É por isso que Marx ressalta que

O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria: Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. [O capitalista] Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.¹⁶⁵

¹⁶⁵ (Marx, 1996: 305. TOMO I)

Então, a única necessidade da criação de um objeto segundo a égide do capitalismo é a tendência geral de produzir valor. A produção é determinada, do início ao fim, para a produção de mercadoria, que encerra em si o valor: ou a corporificação de um objeto que guarda em si a substância social da força de trabalho, ou seja, ao consumir a força de trabalho, essa que chamamos de substância social, só poderá, indiscutivelmente e necessariamente, produzir um valor, que se manifestará no valor de troca. Não há produção capitalista que seja produzida para o uso completamente, mas sim, o valor de uso aparece como uma forma de se ter “alguma coisa” para que o valor de troca cumpra sua função social de troca e realização de valorização ou produção do valor; o valor de uso, é apenas um “adendo” ou algo “anedótico” para a produção capitalista. Mesmo sendo necessário que para a existência do valor de troca, em que na mercadoria está corporificado em uma “pele” que tem sua peculiaridade para o uso, contudo, a natureza intrínseca e social da mercadoria é a troca. Pois, “Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor.”¹⁶⁶. Esse processo de formação de valor através da força de trabalho, pelo dispêndio das forças vitais na produção desse valor, é essencialmente a função da produção capitalista.

O mundo das mercadorias não significa uma frase solta ou uma expressão meramente acadêmica ou modal: *o mundo das mercadorias* significa duplamente uma relação una:

- a. Os seres humanos em geral, ou em quase a sua totalidade, tem sua vida mediada pelas relações mercadóricas. O mercado, objetivamente ou subjetivamente englobou as relações, dos sentimentos a qualquer forma de expressão humana¹⁶⁷.

- b. Mesmo nas formas mercadóricas em que o valor de uso se sobreponha, é apenas uma relação aparente (que não deixa de ser real, porém aparente no

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Mesmo sabendo que existe o campo da liberdade individual, mas essa questão não cabe aqui.

sentido de que resguarda a forma e a natureza essencial), pois a mercadoria tem sua faceta de se penetrar nas relações as mais diversas e determinar, por sua própria natureza (a repetição se faz necessária), que seu espaço atue como *o momento predominante* em geral nos atos singulares (também coletivo ou particulares) dos indivíduos reais¹⁶⁸.

Com isso, pode-se afirmar que

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor¹⁶⁹

Se, o que se encera na produção capitalista é a necessidade de produção de mais-valia, para a produção e reprodução do valor, e desse em capital, então, temos que partir do entendimento mais pormenorizado da produção da mais-valia.

Essa produção de mais-valia, que é o pulmão da produção de capital, tem na literatura marxista uma grande discussão. É essencial para a determinação da natureza do capital e do capitalismo a compreensão dessa categoria que se coloca como um dos cavalos na carruagem da produção do capital e do capitalismo.

Se na mercadoria se encera o trabalho humano abstrato, que é o substrato, ou substância social necessária para a produção do valor de troca, que é a expressão do valor; essa mesma mercadoria tem, em sua corporificação, ou materialidade – aqui não importa, mais uma vez, se social ou natural – essa substância que, sem ela, o valor não pode se realizar por meio da troca.

Como já vimos, não exaustivamente e com veredicto final, mas detalhadamente, a mercadoria e suas duas características, devemos analisar agora a engrenagem que a realização de sua função resguarda.

¹⁶⁸ Não queremos dizer que em todos os atos humanos a relação de mercadoria é predominante, mas que qualquer que seja tal relação tem, minimamente, uma mediação com a mercadoria. Não há espaço da vida humana, ou atos em geral, que a relação do capitalismo não se faça presente – e, aqui não importa o campo de atuação humana para uma forma de atuação emancipada das correntes” das relações mercadóricas: se com uma possibilidade de elasticidade maior ou menor perante aos ditames do capital e sua forma e natureza de expressar-se na sua auto reprodução.

¹⁶⁹ (Marx, 1966: 176. TOMO I)

3. Finalmente a Mais-Valia

Produção de mais-valia ou geração de excedente
é a lei absoluta desse modo de produção
Karl Marx

A epígrafe poderia ser uma simples citação, ou apenas mais uma das quais trabalhamos por aqui. Mas, essa marca a ênfase do modo da lei de produção capitalista.

Não é desconhecido por nenhum estudioso de Marx que sua relação com os estudos sobre o processo de produção de Mais-valia ocupa um lugar dos mais centrais, senão uma das questões essenciais para o entendimento geral de sua obra. Não que essa se resuma a questão de Mais-valia e etc, mas que essa categoria tem total e essencial importância na compreensão da obra do pensador a que estamos a nos debruçar.

O desvelamento da categoria Mais-valia, entendendo-se como uma categoria social, que tem, nas relações de produção de mercadoria sob a égide do modo de produção capitalista, sua forma explicitada, tem-se que ser demonstrada de forma que se coloque como uma processualidade histórico-social.

...

Na produção de mercadoria, como já bastante observada e dissertada por nós, o trabalho abstrato, ou a substância social, que se encerra na produção daquela, produz valor. Esse valor não tem nenhuma relação com o mercado: a elevação do valor da mercadoria não depende da sua relação com o mercado: ou com a circulação. A produção de valor não é, portanto, feita do processo de circulação¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Como dito em outra ocasião, a produção do valor não é feita na circulação, mas no processo de produção. Aqui, repetimos, estamos fazendo uma total abstração. “Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela. Então não ocorre nenhuma formação de mais-valia. Mas, em sua forma pura, o processo de circulação das mercadorias condiciona o intercâmbio de equivalentes. No entanto, as coisas na realidade não se passam de modo puro.” (Marx, 1996: 279. TOMO I). Ou, “Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.” (Marx, 1996: 282. TOMO I). Pois, mais uma vez, o que produz valor é a objetivação da atividade especial chamada força de

A força de trabalho é quem *produz* a mais-valia. O tempo de trabalho socialmente necessário a produção de mercadoria é o “medidor” da quantidade de trabalho que nela se encera. O que está aglutinado na mercadoria é o que representa seu valor: esse é o motor do processo de troca. O valor de troca, ao ser realizado no mercado – por meio da venda dessa mercadoria, ou da troca dessa mercadoria pelo equivalente a seu valor real, por intermédio do dinheiro, que encara o preço da mercadoria como a expressão monetária do valor real – só pode ter sua razão de ser porque se “disfarça” de cordeiro (valor de uso). A pele de cordeiro (valor de uso) serve ao valor de troca. Não importa o que seja produzido, no final das contas. A produção de cama, mesa, roupa, feijão, panela, sapato, machado, prego, cimento e etc. não importa: isso é tudo anedótico. Na verdade, como “a produção de aço é mero pretexto para a produção de mais-valia”¹⁷¹, a produção de **qualquer mercadoria**¹⁷² é um simples pretexto para a produção de mais-valia.

A força de trabalho não escapa dessa *força mágica* das mercadorias. A força de trabalho tem sua razão de ser por apenas significar ao capitalista uma forma de mercadoria que ao ser usada produz uma riqueza maior do que foi o seu custo. O trabalhador assalariado possui uma fonte de riqueza em sua essência de produtor de mercadoria. Esse caráter especial, de produzir mais-valor, ou mais-produto é necessariamente porque o valor da força de trabalho é pago, de maneira justa (*sic!*), pelo que de fato vale.

A força de trabalho vale aquilo que é necessário para a sua continuidade viva. Ela vale o quanto vale os meios para mantê-la viva, trabalhando, produzindo. Aqui, não entra em questão, se o trabalhador, do qual o capitalista em nada se incomoda, tem alguma “qualidade” para além das “qualidades exigidas para ser mercadoria”: ter força e capacidade de produzir. A quantidade de meios de subsistência, ou, a quantidade dos meios necessários para produção e continuidade da vida do

trabalho; mercadoria especial, pelo fato de sua atuação gerar um valor maior do que o necessário para a sua manutenção, produção e reprodução.

¹⁷¹ (Marx, 1996: 373. TOMO II)

¹⁷² Não é exagero a grafia em negrito e itálico. Qualquer mercadoria serve a essa máxima: toda mercadoria é apenas existente para a produção e reprodução do capital pela mediação da mais-valia.

trabalhador é o necessário à sua sobrevivência. Nada mais que um átomo que não seja necessário à sua manutenção, o trabalhador receberá das mãos do capitalista.

A força de trabalho recebe, em forma de salário, uma quantidade de dinheiro, para conseguir adquirir, através da compra no mercado desses artigos de primeiras necessidades, o que é condição primária para a sua vida.

Assim, o que determina o valor da força de trabalho é o valor do conjunto dos valores dos meios de subsistência. O trabalhador, ou seja, a sua vida, é apenas o aço... para o verdadeiro objetivo: produzir mercadoria. Sua manutenção é apenas uma forma de manter sua vida e seus músculos prontos, preparados, e com capacidade adequada: a força de trabalho não pode *enferrujar*, portanto.

Todo processo de produção e vitalidade do sistema capitalista tem por mediação necessária a produção de Mais-valia por meio do trabalho do trabalhador.

Ao produzir uma mercadoria, o trabalhador produz não só o valor de uso – como assinalado: mero pretexto para o objetivo real da produção – mas o valor de troca – que é a expressão do valor.

Ao ser trocada (vendida) por dinheiro, a mercadoria faz com que o capitalista saia do mercador com uma soma maior que o custo da produção de tal mercadoria. É essa soma, ou valor a mais que Marx denomina de mais-valia.

Como também já falamos: a soma maior desse valor é produzido pelo trabalhador ao produzir: ele produz uma quantidade maior do que o necessário a sua manutenção, mas o que vende ao seu “dono” – ou dono da força de trabalho no período de tempo contratado – é toda a sua capacidade de produzir, ou seja a força de trabalho.

Se em uma jornada de trabalho de 8h diárias, o trabalhador produz¹⁷³ uma quantidade de valor que é necessário para se manter vivo em apenas 2 horas, as

¹⁷³ Essa abstração total poderia nos custar caro a exposição, mas no próximo ponto colocaremos o processo de trabalho de forma analisada na produção global. Permitam-nos um exercício de citação para mostrar que o próprio Marx fez algumas abstrações no processo de produção para depois expor todo o processo de produção de forma global e coletiva; aqui, estamos apenas no campo da produção de mercadorias de realização individual. Diz Marx: “A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo

outras 6 horas serão trabalho não-pago que ficará nas mãos do proprietário da força de trabalho.

Mas, essas 2 horas são pagas pelo capitalista de forma justa: digamos que para se manter vivo, o trabalhador precise de 100 reais por dia: sua alimentação, moradia, energia, e etc. Essa quantia vai ser paga pelo capitalista. Mas o capitalista não compra apenas as 2 horas de trabalho do trabalhador, pois se assim fosse, não haveria processo de produção de Mais-valia.

A capitalista paga, portanto, o valor real da força de trabalho: ou seja, paga o valor das duas horas que é necessário para manter a força de trabalho capaz de ser usada novamente.

Mas, como o que foi comprado é a força de trabalho, e não apenas as 2 horas, o capitalista a faz trabalhar mais do que o necessário – para o trabalhador. Essa produção a mais, ou mais-trabalho é onde se resguarda todo o processo de produção capitalista.

Digamos que em 2 horas de trabalho o produtor assalariado produza 10 sapatos; em 8 horas produza 40 sapatos. Se o valor de sua força de trabalho é o valor produzido no equivalente a 2 horas de trabalho, apenas 10 sapatos pagariam sua força de trabalho, e, portanto, todo o resto seria do dono dos meios de produção, ou da fábrica de sapato.

Aqui não importa qual a característica útil da mercadoria produzida, mas o que vale para nossa compreensão é o fato de que o valor produzido servirá como parâmetro para o valor pago.

Logo, ao ir ao mercado, o capitalista vai vender seu sapado por um valor. *O valor que será vendido é seu valor real, e não acima do seu valor.* O preço da mercadoria, como qualquer outra, sempre é a representação do valor real: o *preço natural* tende a ser o preço do qual se vende a mercadoria.

Se, voltando a nosso exemplo, 2 horas corresponde a quantidade de tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias que se encerra a quantidade de valor necessário para a manutenção da força de trabalho, ou para, como

de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.” (Marx, 1996: 169. TOMO I)

quisermos, os meios de subsistência do trabalhador assalariado; e, se no mercado, os valores dos artigos de primeira necessidade correspondem a um valor representado em um preço de 100 reais; as 2 horas valendo 100 reais, correspondem ao valor de troca das mercadorias necessárias; as outras 6 horas corresponderam a um mais-trabalho, ou mais-produto de 30 sapatos.

Para lucrar, o capitalista precisa vender sua mercadoria. Como toda mercadoria só é vendida pelo seu valor real, podemos dizer que o valor real de cada sapado corresponde ao tempo de trabalho que nele se encerra.

Se em 8 horas são produzidos 40 sapatos, em 6 horas – que corresponde ao trabalho não-pago, ou o mais-produto – serão produzidos 30 sapatos. Se 2 horas corresponde a 100 reais (preço que é a expressão do valor através do valor de troca), 30 sapatos correspondem a 300 reais.

Mas, o capitalista não vende 30 sapatos, e dá ao trabalhador 10. Aquele tem que ir ao mercado.

Agora, sabemos que o valor do sapado¹⁷⁴ é de 12 min; e que 5 sapatos, 1 hora... e assim sucessivamente. Se 8 horas corresponde a 400 reais; 2 horas, a 100 reais (ou, em nosso exemplo, o valor da força de trabalho do trabalhador assalariado); um sapado corresponde a 10 reais. O valor real do sapado é de 12 min, ou 10 reais.

No mercado, o capitalista venderá sua mercadoria pelo valor real, ou seja: 10 reais. Logo, não vendem as mercadorias por um preço que corresponde a um valor “maior”¹⁷⁵ do que se encerra nelas a quantidade de trabalho socialmente necessário.

Ao vender todos os sapatos (que ao nosso exemplo correspondo a 40 sapado diários) pelo valor real, o capitalista obterá 300 reais – 400 reais no total de dinheiro arrecadado, mas que 100 reais foram destinados ao trabalhador assalariado. Uma

¹⁷⁴ Aqui estamos abstraindo os valores que se colocam no couro, nas maquinarias que transferem valores ao serem consumidas e etc. No próximo exemplo, colocaremos mais determinações para tornar concreto todo esse processo de produção e circulação melhor complementado. Mas, não podemos fazer isso nesse momento pelo fato de não termos ainda explicitado algumas categorias. Então, como nosso propósito é uma exposição processual das categorias, nada mais justo e adequado, e fiel, por assim dizer, do que procedermos de tal maneira.

¹⁷⁵ “A formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor.” (Marx, 1996: 280. TOMO I)

taxa de lucro de 300 % em cima do valor do trabalhador – do valor de sua força de trabalho.

Dessa forma, portanto, vemos que “à *mais-valia*, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o *sobretabalho*, ou *trabalho não remunerado*, (...)” é o que Marx chama de “lucro”¹⁷⁶, e que para a sua formação o capitalista precisou apenas vender a mercadoria pelo seu valor real¹⁷⁷.

3.1 Tempo de trabalho socialmente necessário e Mais-valia

Se a mais-valia se origina no processo de produção de uma mercadoria, na produção do valor *que se reflete no valor de troca*, então se levarmos em conta que o valor é determinado pelo quantum de trabalho, medido pelo seu tempo social, podemos afirmar que quanto mais tempo for gasto na produção de uma mercadoria mais Valor ela terá. Se for gasto pouco tempo de trabalho, respectivamente, o Valor da mercadoria deverá baixar.

O que de fato parece ser simples, causa um aparente paradoxo.

Para podermos tratar melhor essa questão, temos que entender o que Marx quer dizer *por Tempo Socialmente Necessário*, ou *tempo social*. Como adianta Marx, tanto n’O Capital quanto no *Salário, Preço e Lucro*, que se um trabalhador tiver imaginado dessa forma e que se trabalhar demoradamente em sua produção seu tempo necessário para tal produção seria muito mais do que aquele que trabalhasse de maneira rápida e eficiente¹⁷⁸ cairia em um erro essencial e grotesco. Aquele com

¹⁷⁶ (Salário, preço e lucro... *in*: Marx, 1996. 104. Tomo I. Itálicos do autor.) Na versão original “The *surplus-value*, or that part of the total value of the commodity in which the *surplus-labour* or *unpaid labour* of the working man is realised, I call *Profit*.” (Value, Price and Profit. *In*: Marx/Engels, 2010: 134. V20)

¹⁷⁷ Mercadorias podem chegar a ser vendidas por preços que se desviam de seus valores, mas esse desvio aparece como violação da lei da troca de mercadorias. Em sua figura pura, ela é uma troca de equivalentes, portanto não um meio de enriquecer em valor. (Marx, 1996: 277-8 TOMO I)

¹⁷⁸ “It might seem that if the value of a commodity is determined by the *quantity of labour bestowed upon its production*, the lazier a man, or the clumsier a man, the more valuable his commodity, because the greater the time of labour required for finishing the commodity. This, however, would be a sad mistake. You will recollect that I used the word “*Social labour*”, and many points are involved in this qualification of “*Social*”.(Value, Price and Profit. *In*: Marx/Engels, 2010: 124. V20) Na versão brasileira: “Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade de trabalho que se investe na sua produção*, quanto mais preguiçoso ou inábil seja um operário, mais valiosa será a mercadoria por

maior tempo, teria maior valor; esse com menos tempo teria, sua mercadoria, menos valor.

O que Marx quer dizer, em primeiro lugar com Trabalho Social, é o fato de que esse Trabalho está inserido na sociedade que é produtora de mercadoria, e não em uma sociedade qualquer. Se analisarmos o Salário, Preço e Lucro, ficará fácil notar tal investida. Quando se trata de Trabalho, como substância social, quer expressar que o Trabalho que se expressa no capitalismo é aquele que é a substância necessária a todas as mercadorias: ou, trabalho humano abstrato.

No tratamento de Salário, Preço e Lucro, Marx está sempre em diálogo com os *trabalhadores que produzem a riqueza social*. A sua exposição é para aqueles produtores de mercadorias que tem no seu processo de trabalho não qualquer mercadoria, mas aquela que é a transformação da natureza em meios de subsistência: a mercadoria, portanto, que é produzida pelo trabalhador assalariado ao qual Marx faz a conferência, é especificamente modificação de uma porção da natureza. Os trabalhadores, de fato, com que Marx diz *que a substância social em comum a todas mercadorias é o trabalho*, nada mais é do que o trabalho abstrato, que não se resume, mais uma vez, aos que modificam a natureza. Mas, quando ele afirma tal coisa nessa conferência, dirigindo-se aos trabalhadores assalariados em questão, ele irá dizer que o **Trabalho** (*aqui, aquele falado por nós na primeira parte de nosso texto, como sendo o fundamento do mundo dos homens*), **mesmo sendo o que modifica a natureza, é uma mercadoria, é um trabalho abstrato, e ele é a substância das mercadorias produzidas; assim, como todo e qualquer mercadoria é produção dessa substância humana: o trabalho abstrato**. O Trabalho “intercambio” do homem com a natureza, também *pode ser trabalho abstrato na medida em que se coloca no processo de produção de mercadoria*: o que vai definir, portanto se o Trabalho é ou não abstrato não é o *como age*, mas para *qual função* se atualiza, ou, qual a função cumpre no processo de produção capitalista e/ou

ele produzida, pois que o tempo de trabalho necessário para produzi-la será proporcionalmente maior. Mas aquele que assim pensa incorre num lamentável erro.” (Salário, preço e lucro... *in*: Marx, 1996. 104. Tomo I. Itálicos do autor.)

no processo de reprodução social: para a produção de mercadorias ou para o consumo próprio¹⁷⁹.

Por isso, ao dizer que é trabalho social, é o trabalho abstrato na sociedade em que está sendo falado em questão: na sociedade capitalista.

Por isso, para melhor colocar uma *forma ontológica da exposição de uma forma de ser*, ou uma categoria real do processo de reprodução e produção social, e não apenas metodológica, Marx utilizará trabalho social para a “sociedade capitalista produtora de mercadoria”: assim, o tempo de *trabalho socialmente necessário* é o *tempo de trabalho possível e necessário dentro das possibilidades da produção de mercadoria na sociedade burguesa que é o modo de produção capitalista*. O trabalho socialmente necessário tem, portanto, que *está inserido num processo de produção capitalista de mercadoria*: que como vimos, atende as necessidades de reprodução da propriedade privada, que nada mais é do que o produto, por assim dizer, da exploração do homem pelo homem em uma sociedade de classe que se realiza mediante a divisão social do trabalho. Logo, *a produção de mercadoria, é uma produção social que está necessariamente ligada a divisão social global de trabalho*. Isso dói aos ouvidos do nosso trabalhador preguiçoso, pois o tempo de trabalho ao qual se refere Marx, não é aquele apenas cronometrado pelos produtores ou capitalistas, mas sim o tempo “possível” levando-se em *conta as possibilidades sociais de desenvolvimento da capacidade humana de produção social*; o tempo socialmente necessário, portanto é baseado na capacidade que a humanidade, dentro do processo de divisão social do trabalho pode produzir uma mercadoria.

Uma mercadoria, logo, tem um *tempo de trabalho cristalizado em sua forma/conteúdo*, mas um tempo de trabalho que se refere ao tempo social que respeita e se insere ao processo global de produção e divisão social da produção. Por isso, alertamos, desde o início, que o capitalismo, junto de seu arque-escudeiro mercado, tomam conta do mundo como um todo e o molda de tal maneira a fazer dele sua imagem semelhante.

¹⁷⁹ O real aprofundamento sobre Trabalho e trabalho abstrato será colocado no capítulo específico sobre a questão. Aqui só podemos colocar de forma passageira para não confundir todo o processo que vimos seguindo até aqui.

Por outro lado, a produção será determinada por um fator essencial, que está intimamente relacionado com o tempo de trabalho social: o desenvolvimento das forças produtivas.

A produção de mercadorias inserida, sempre, no processo do modo de produção capitalista tem a peculiaridade de *a forma social* mais elevada no próprio caminho da história da humanidade como produtora de mercadoria. Não foi a sociedade burguesa, nem o modo de produção capitalista quem inventou a mercadoria, mas quem a tornou global: então, não foi a sociedade em que repousa o modo de produção capitalista que inventou a mais-valia, trabalho abstrato, lucro, salário e etc. mas, é nessa forma de produção, ou modo de produção, que o trabalho (abstrato) se torna plenamente social devido a globalização do mercado mundial: agora, o tempo de produção tem que ser levado em conta dentro dos desenvolvimentos gerais da sociedade e não de um “desejo” local ou individual¹⁸⁰.

Poderíamos dizer que o trabalho social está intimamente vinculado com o desenvolvimento das forças produtivas. Se fizéssemos um pouco de esforço para analisar alguns fatores que determinam o trabalho socialmente necessário como algo socialmente produzido plenamente no modo de produção capitalista, veríamos que o desenvolvimento das forças produtivas do capital é um dos carro-chefe, logo, não menos importante.

Algumas características do trabalho social (do modo de produção capitalista de capital e mercadoria) podem ser referidas a:

¹⁸⁰ “O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário χαλος χ'αγαθος ateniense, teocrata etrusco, *civis romanus*, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, *landlord* moderno ou capitalista. É claro, entretanto, que se numa formação socioeconômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção. O sobretrabalho mostra-se tenebrosamente na Antiguidade, por conseguinte, onde se trata de ganhar o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. Trabalho forçado até a morte é aqui a forma oficial de sobretrabalho. Basta ler Diodorus Siculus. Entretanto, estas constituem exceções no mundo antigo. Tão logo, porém os povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corvéia etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesse preponderante, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho.” (Marx, 1996: 349-50. TOMO I)

- a. Um dado estado socioeconômico de produção;
- b. A determinada condições sociais médias;
- c. Intensidade social média;
- d. Destreza [skill], ou habilidade média em que o trabalhador emprega.

Essas são *algumas condições* para falarmos de processo de produção em que são características de um modo de produção em que se realiza o trabalho social necessário (sempre no sentido de produção de mais-valia, pois produz mercadoria)

Dessa forma, é possível afirmar que o tempo de trabalho socialmente necessário segue uma lei: as leis de produção global capitalista.

Será necessário um breve exemplo, mas em forma de narrativa, para exemplificar melhor essa questão. Imaginemos dois capitalista A e B.

Capitalista A

Se uma fábrica produz 10.000 peças de calças, e 10.000 peças de camisas em uma jornada diária de 8 horas, comportando um conjunto de 100 trabalhadores assalariados que trabalham direto na produção, a quantidade de horas dispendida no processo de produção diárias será de 800 hora. A quantidade de horas plasmada em 20.000 peças será de 800 horas diárias. O valor dessas peças será proporcionalmente dividido nas horas produzidas¹⁸¹. Aqui, não estamos mais tratando de o trabalhador individual da mercadoria individual, como no ponto anterior quando usamos o exemplo do sapato.

Primeiro: no conjunto dos trabalhadores em geral, alguns têm mais qualificação, mais força, mais preparo, e etc. enquanto outros tem menos; segundo, o que se referem, portanto aqui é a capacidade média dos trabalhadores em geral.

¹⁸¹ Nessa soma, não incluiremos o valor que a máquina transfere para os produtos, nem o valor dos meios de produção que não são máquina: quer seja, o tecido, linha, e etc. Isso não muda em nossa exposição. Visto que aqui pretendemos mostrar apenas o trabalho social mudando sua proporção quando se muda o processo de força produtiva, elevando-se ou sofrendo diminuição. Mas, aqui, nosso exemplo segue ao ter uma diferença na elevação das forças produtivas.

Capitalista B

Se em outra fábrica, com o mesmo número de trabalhadores, que produzem (mesmo que em sua forma individual de produção seja, e sempre é, diferente) quantidade igual (ou, no tempo médio de trabalho social) a nosso exemplo anterior, colocar uma maquinaria que faça com que o tempo de trabalho necessário para a produção das mesma 20.000 peças (10.000 de calças, e 10.000 peças de camisas) de roupa, ao invés de ser invertidas 800 horas diárias, agora, seja invertidas apenas 400 horas, então em toda a produção o tempo de trabalho socialmente necessário diminui: logo, o valor diminui¹⁸².

No mercado, essa realidade se verificará: o nosso segundo capitalista obrigará ao primeiro a vender sua mercadoria pelo valor real e necessário. *O valor, portanto, seguindo nossa lógica, da mercadoria em geral teve uma diminuição.* Agora, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria mudou.

Aqui, se verifica um, ou mais um, aparente paradoxo.

Se antes dizíamos que o Valor de uma mercadoria era o tempo socialmente necessário para a sua produção que estava *encerrado e plasmado no corpo da mercadoria*, agora, a mesma mercadoria *já feita, já produzida* – no nosso exemplo, a mercadoria do capitalista A – teve uma queda de 50% no valor.

É um paradoxo, mais uma vez, apenas aparente. Analisemos apenas duas argumentações:

1. Quando falamos que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria determina o quantum de valor nela encerrado, através de uma quantidade de trabalho humano social abstrato, queremos

¹⁸² O valor da mercadoria força de trabalho diminui quando o valor dos meios de subsistência que correspondem a sua manutenção diminuem o seu valor. Mas, não podemos adentrar na discussão. Para não deixar algo tão essencial de lado de maneira incompetente, temos que, no mínimo, fazer menção de que o desenvolvimento das forças produtivas ao diminuir o valor das mercadorias, colocam em declínio o próprio valor da força de trabalho. Aqui, também em um processo de abstração que não permite colocar o trabalhador assalariado de maneira individual no exemplo, mas todo o corpo médio de trabalhadores; e, por outro lado, não podemos tratar desse assunto apenas demonstrando-o com o exemplo de uma fábrica ou outras mais, porém, só se faz real o exemplo se colocado o desenvolvimento das forças produtivas em escala global e industrial. “Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los.” (Marx, 1996: 431. TOMO I)

sempre dizer que o tempo **socialmente** não é o “concretizado”, fixado, estático. Por um único motivo: o valor, o a riqueza produzida pelo capital, no capitalismo, é uma riqueza radicalmente diferente de qualquer riqueza: não há limites a sua produção e acumulação. Logo, não se pode colocar um limite fixo e enraizado, ou, se quiserem, estático e limitado. Mais uma vez, a acumulação de riqueza em que se tem um limite insuperável dentro dos limites naturais, como já afirmamos na primeira parte, é a riqueza dos modos de produção precedentes ao modo de produção capitalista;

2. Depois, o tempo necessário para a produção de mercadoria, é tempo **necessário** de forma social.

Expliquemos melhor:

Estamos aqui falando de mercadoria. A mercadoria, como bastante pormenorizado os detalhes, tem duas características: valor de uso e valor de troca – esse, expressão real do valor.

O valor da mercadoria não tem nada que determine seu valor de uso: o uso da mercadoria, ou sua utilidade tem um caráter histórico, que atende as necessidades humanas e etc.

Quando se produz uma mercadoria necessariamente se produz um valor de troca: essa é a função social da mercadoria. A produção capitalista é a produção de mercadorias para a mais-valia se colocar como única e suprema necessidade no processo de reprodução¹⁸³. O valor é algo que se coloca no seio do valor de troca e não no do valor de uso: é uma substância social: uma forma de matéria social e não

¹⁸³ Não é desnecessário a repetição enfática dessa citação: “O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria: Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.” (Marx, 1996: 305. TOMO I)

matéria física. A matéria física, é apenas uma “desculpa”, um “mero pretexto” (ver nota 28) para a realização do valor.

Se seu tempo é algo social e que não tem nada em comum com a matéria física da mercadoria; se o *necessário* para a produção é algo social, e não algo *fisicamente necessário*, esse *necessário* é uma necessidade social: como vimos acima, é social porque é global capitalista no seu modo de produção de mercadorias e de valores para o valor de troca.

Ou seja, o tempo socialmente necessário, fora por nós desvendado: é o tempo socialmente necessário para a produção, e não o tempo gasto no produto.

O tempo gasto no produto é apenas a expressão das possibilidades médias do tempo socialmente necessário. Logo, se o tempo socialmente necessário tem uma diminuição, o tempo socialmente necessário que está *plasmado, corporificado e não estático e fixado ad eternum* terá tal diminuição.

Por isso, o valor das mercadorias cai quando se coloca a possibilidade de produção de valor em um tempo diferente do anterior.

Só restará, portanto, àquele capitalista (A) três saídas: ou ele aumenta sua produtividade mediante a diminuição do tempo socialmente necessário colocando-se dentro do processo possível de produção ditado pela entrada de maquinaria nova – pois essa é quem fez o valor das mercadorias caírem em nosso exemplo do capitalista B –; ou ele aumenta, portanto, a quantidade de horas na jornada de trabalho dos trabalhadores (mesmo o exemplo sendo algo bizarro até pro mundo do capital, teremos que exercer nossa capacidade de abstração) para o dobro da jornada atual, mas sem aumentar o salário. Se agora as mercadorias que ele produz valem 50% do valor anterior, então ele terá que produzir o dobro de mercadorias.

Se o capitalista B produz em 400 horas o equivalente a produção de 20.000 peças de roupa (10.000 calças e 10.000 camisas) com o número de 100 trabalhadores assalariados; ele não vai apenas fazer trabalhar as 400 horas os operários, pois, como sabemos, ele comprou a força de trabalho pelo período de tempo total, 8 horas diárias. Assim, nas mesmas horas diárias, com a nova maquinaria, os trabalhadores, ao trabalharem 8 horas diárias produzirão não mais 20.000 peças em geral, mas 40.000 (onde 20.000 são calças, e 20.000 são camisas).

O capitalista A, se não aumenta, portanto, sua força produtiva de maquinaria, e permanecendo com a maquinaria anterior, terá que aumentar agora para 16 horas diárias a massa de trabalho de cada trabalhador assalariado. Então, o que antes era produzido em 400 horas diárias – 20.000 peças em geral – agora para produzir as 40.000, o capitalista A, tem que explorar os trabalhadores num processo de agora 800 horas medias.

A quantidade de horas do capitalista A, 800 horas diárias, corresponde na produção, agora, a mesma quantidade de valor dispendida em 400 horas para o capitalista B.

Para nosso capitalista A, resta outra opção: fechar as portas!

Se os dois capitalistas vão ao mercador vender suas mercadorias, realizarão o processo de acumulação. A produção de Mais-valia, no chão de suas fábricas, pode, portanto, servir-lhes de acréscimo.

Porém, podemos notar uma total diferença. Ao segundo capitalista, o B, o aumento da produção de mais-valia deve-se ao aumento das forças produtivas, e da exploração; para o capitalista A foi necessário um aumento da jornada de trabalho acima do equivalente a sua reprodução vital: houve um prolongamento excessivo. Os grupos de trabalhadores produzem, portanto, sempre mais-valia, por meios diferentes.

O processo de produção de mais-valia colocado enfaticamente para o grupo de trabalhadores A, Marx chamará de Mais-valia absoluta; ao do capitalista B, Mais-valia relativa. Pois,

O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital — isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.¹⁸⁴

¹⁸⁴ (Marx, 1996: 134. TOMO II)

Para Marx, portanto, a mudança da forma como se realiza o processo de extração da mais-valia¹⁸⁵ tende a ser diferente se se mudar o processo produtivo da mercadoria. Porém, algo em comum aos dois grupos de produtores de mais-valia se fazem: eles são trabalhadores produtivos.

O que determina que são trabalhadores produtivos, não é a simples produção de um objeto concretizado ou objetivado no processo de produção, mas, para o entendimento e crítica da economia política clássica, da qual Marx está preocupado em desvelar seus limites e possibilidades, e solucionar o desenvolvimento interno do modo de produção capitalista, o termo “trabalhador produtivo” não é uma nomenclatura da qual condiz e reflete a uma beleza estética conceitual para seu texto, mas, esse conceito – trabalhador produtivo – é a nomeação, agora de maneira bem empregada – quando dentro de uma demonstração específica, onde, aqui, estamos falando de produção capitalista, ou processo de produção de capital – de uma forma de ser que se manifesta no processo de produção da riqueza global.

Trabalhadores produtivos ganha (ao se falar do modo de produção capitalista - para nós, todas as vezes que for empregado tal termo, será com essa inclinação conceitual que se apresenta agora) uma conotação concreta de mediações que fora necessário para nós um percurso delimitado de exposição.

Trabalhador produtivo é o trabalhador produtivo de mais-valia, não importando, portanto, se mais-valia absoluta, ou se mais-valia relativa.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Como não é enfaticamente nosso objetivo a exploração categorial da Mais-valia, não podemos adentrar no íntimo desenvolvimento geral e universal-particular no modo de produção capitalista. Outra passagem da Seção IV – A produção de Mais-Valia Relativa, especificamente, no capítulo X, Marx faz uma boa construção conceitual que resume, mas, não esgota toda a discussão: “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.” (Marx, 1996: 431-2. TOMO I)

¹⁸⁶ Não vamos adentrar mais no processo de produção de Mais-valia, mas a título de exposição e esclarecimento, faz-se necessário uma pequena passagem em que Marx, n’O Capita, apresenta que existe uma relação imbricada no processo de produção das (permitam-me o termo) *mais-valias*. Ou seja, não existe uma “separação” que beira a forma expositiva neopositivista, pois, através da processualidade histórica das categorias, e, como essas mesmas são determinadas pela função que cumprem na reprodução social, ao demonstrar e desvelar as suas natureza ontológica, função social e origem histórica, formulamos, teoricamente, a forma de ser do objeto. Eis, portanto, que “De certo ponto de vista, toda diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa parece ilusória. A mais-valia

Capítulo V: Trabalho (concreto) e trabalho (humano) abstrato, eis a questão!

Grande parte do debate a que estamos tratando até agora, para aos mais atentos se faz por percebido *que a processualidade histórica das categorias é nosso ponto de partida e de chegada na exposição* do tema em geral. Para nós não é imaginável, ou seja, é impensável tratar as categorias e a exposição de Marx sobre a historicidade do objeto como uma relação de “definição” fixa por meio de conceitos e nomenclaturas: esse [objeto], como qualquer outro que não se submeta a uma análise que emana da realidade histórica e do desenvolvimento histórico categorial, dentro de *contraditoriedade e aparentes paradoxos*, que só a história, como método científico – no sentido filosófico-ontológico: uma forma de conhecimento que desvela o mundo independente dos desejos e vontades do pesquisador, ou do indivíduo que intenta a analisar e a compreender a realidade – pode fornecer a chave para a compreensão real, porém jamais estática e fixa, contudo dialética.

1. O's Trabalho's, uma questão aparentemente indecifrável

Parece, à primeira vista, que a discussão sobre o trabalho (de modo geral) tem causado uma plena confusão para os estudiosos de Marx: sendo eles, aqueles que concordam com seu pensamento, ou aqueles que discordam. Nosso interesse é com a parcela que parte do pensamento de Marx. Dentro desse campo, as discussões nos últimos anos – porém essa discussão, mesmo que de maneira indireta, não começou

relativa é absoluta, pois condiciona um prolongamento absoluto da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho, o qual permite limitar o tempo de trabalho necessário a parte da jornada de trabalho. Observando-se, porém, o movimento da mais-valia, desfaz-se essa aparência de identidade. Assim que o modo de produção capitalista esteja estabelecido e se tenha tornado modo geral de produção, a diferença entre mais-valia absoluta e relativa torna-se sensível tão logo se trate de aumentar a taxa de mais-valia em geral. Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos-nos diante destas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho.” (Marx, 1996: 239-40. TOMO II)

agora – vemos um grande desenvolvimento de teses, teorias, textos, artigos e etc. tratando sobre o tema do Trabalho.

Em O Capital, muitas vezes, e muitas formas diferentes, aparece o debate – mais uma vez, consciente ou não – sobre a natureza de tal categoria. Há aqueles que tentam a qualquer custo tratar a letra de Marx com uma forma de autoridade: mas, usando a pena do próprio autor, contra a ele mesmo; muitas vezes, e quase sempre seguindo a mesma lógica, ou o mesmo caminho, só que com meios diferentes de chegar a suas conclusões, muitos autores desautorizam O Capital perante outros textos – que não são menos importantes.

Lembremos que O Capital foi escrito e reescrito, analisado, refeito, reorganizado, alterado e etc. pelo próprio Marx em vida¹⁸⁷. Da primeira edição até a quarta edição Marx participou ativamente. A produção teórica que começa antes, mas com a finalidade da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, e que culmina na produção d'O Capital, e para melhor especificar, como a forma final – pois, depois, não houve nenhuma outra modificação – que se apresenta na quarta edição, é naturalmente algo que se tem que levar em conta todas as vezes que se pensar em colocar de forma “confrontativa” de textos do mesmo autor. Como já falamos, O Capital tem uma legalidade sobre as outras obras que por ele foi deixada apenas como manuscritos – coisa que não tinham, em momento algum, a grandiosidade teórica e sistemática.

Para sermos sérios no debate sobre O Capital, temos que partir da legalidade da obra em que o autor deixou para o público.

¹⁸⁷ Já na Segunda edição, no Posfácio, escrito em Londres, 24 de janeiro de 1873, Marx já aponta algumas significativas modificações. Diz ele, “No capítulo I, 1, a dedução do valor por meio da análise das equações, nas quais se exprime todo valor de troca, é realizada com rigor científico maior, assim como é destacada expressamente a conexão, apenas indicada na primeira edição, entre a substância do valor e a determinação da grandeza do valor por meio do tempo de trabalho social necessário. O capítulo I, 3 (A forma do valor) está totalmente reelaborado, o que já se impunha pela exposição dupla na primeira edição. — De passagem observo que essa exposição dupla deveu-se a meu amigo, dr. L. Kugelmann de Hanover. Eu estava a visitá-lo na primavera de 1867 quando as primeiras provas chegaram de Hamburgo e ele me convenceu de que, para a maioria dos leitores, seria necessária uma discussão suplementar e mais didática da forma do valor. — A última parte do capítulo I, ‘O fetichismo da mercadoria etc.’, está grandemente modificada. O capítulo III, 1 (Medida dos valores) foi cuidadosamente revisto porque essa parte tinha sido negligenciada na primeira edição, remetendo à discussão já feita na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Berlim, 1859. O capítulo VII, especialmente a Seção II, foi reformulado de modo significativo. (Marx, 1996: 133. TOMO I)

O debate ao qual o autor de *A Miséria da Filosofia* se coloca, é referente a economia política clássica, que ele vê como forma mais elevada de tratamento da sociedade capitalista no meio econômico. E por outro lado, com o debate que tem em Hegel o auge do debate teórico-filosófico. Nossa visada é sobre a questão da economia política clássica por enquanto.

Marx, ao escrever seu texto, está, como mostra, tanto a “Contribuição...”, quanto *O Capital*, que ele está fazendo uma crítica a economia política¹⁸⁸ (clássica) – mas que não se limita a ela apenas.

Então, para fazer uma crítica¹⁸⁹, Marx precisa apreender, da economia política¹⁹⁰, sua legalidade interna conceitual.

Se a economia política estava tratando, no campo da economia, das questões iminentemente nascente, Marx deveria se usar das suas categorias, ou, melhor falando, dos *conceitos* dos quais ela se utilizara, para, então, fazer não só uma reformulação, mas dá a tais categorias uma forma/conteúdo que necessariamente correspondesse a uma aproximação teórica do real: a teoria de Marx sobre o capitalismo, não é algo tirado de uma cartola, nem de sua cabeça, mas uma análise que se apoia na teoria passada, porém, podendo, de cima da *montanha intelectual* possibilitada pelos antepassados, e concretamente possibilitada, também, de um lado

¹⁸⁸ “Em todos os campos da ciência, os alemães têm demonstrado há muito tempo que valem tanto - às vezes até mais - que o restante das nações civilizadas. Havia somente uma ciência que não contava com o talento alemão: a Economia Política. A razão disso é facilmente conhecida. A Economia Política é a análise teórica da moderna sociedade burguesa e pressupõe, portanto, condições burguesas desenvolvidas, condições que, após as guerras da Reforma e as guerras camponesas e, sobretudo, da guerra dos Trinta Anos, não poderiam se estabelecer na Alemanha antes de vários anos” (Engels: *Comentários sobre a Contribuição À Crítica da Economia Política, de Karl Marx in: Marx, 2008: 273-4*)

¹⁸⁹ Como nas palavras de Jorge Grespan “crítica interna, isto é, aquela que aceita inicialmente os princípios e conceitos do que quer criticar e os desenvolve, para deles deduzir o seu contrário. Esta inversão é, aliás, o procedimento que define a dialética mesma desde Platão.” (GRESPLAN, Jorge. *A dialética do Averso: mimeo*)

¹⁹⁰ Melhor explicando: a economia política clássica é uma forma de que a burguesia, com voz em seus teóricos, filósofos, intelectuais, economistas, artistas, historiadores, sociólogos e etc. tentam explicar o mundo que tem no capital o seu coração: a explicação das relações mercadóricas, o lucro, as relações subjetivas, a nascente possibilidade de explicação de uma história humana, de uma arte histórica e etc. Ou seja, a economia política clássica não é nem “política” nem “economia”, mas sim um campo amplo da qual surge pela necessidade histórica a exposição e desvelamento do real, mas, do ponto de vista da burguesia: do ponto de vista das relações que legitimem as relações sociais burguesas de mercado: a sociabilidade burguesa de um lado, e o modo de produção capitalista de outros: dois polos da mesma esfera.

pela necessidade histórica da qual ele estava inserido, mas também da possibilidade dada pelo capitalismo maduro do qual se colocou para analisar: a maturação do capitalismo da Inglaterra possibilitou a Marx uma possibilidade de ver melhor os processos de movimento da matéria e de suas conexões internas e seus desenvolvimentos da qual se tratava de analisar.

Não foi, portanto, jamais, uma tentativa de “nomear” simplesmente a realidade. Marx, como veremos, não usou “nomes” quaisquer para “fabular” um romance teórico dos quais o capital, mais-valia, exploração, classes, Trabalho, trabalho abstrato e etc. são personagens criados por ele para poder justificar uma simples expressão de seu desejo que emanara de si.

A teoria de Marx nada mais é do que o processo de aproximação do reflexo da realidade: a teoria da qual ele faz ao analisar a sociedade do capital moderno é uma exposição histórica-categorial apoiada no mundo, na práxis¹⁹¹.

A categoria de práxis é, de fato, a categoria central da qual Marx analisa o mundo: ele olha para o mundo, para as relações sociais, mas, se apoiando nas teorias e teóricos que melhor lhe fornecem as ferramentas. Se, logo após ele “melhorará” ou

¹⁹¹ Algumas categorias recebem, portanto, o mesmo nome. Marx, apenas as coloca de forma teórica no devido “lugar” conceitual. Mészáros, com muito mais cautela, expõe, contundentemente ao que estamos referindo. Segue a citação: “Nas últimas décadas, a filosofia foi dominada em especial nos países de língua inglesa - por várias tendências de empirismo e formalismo positivistas. Em consequência, numerosos conceitos usados por Marx - talvez a maioria de seus conceitos fundamentais - devem parecer estranhos, ou talvez mesmo totalmente sem significado ou autocontraditórios, a todos os que estão habituados à enganosa ‘simplicidade do senso comum’ do empirismo positivista, ou à clareza esquemática e linear do formalismo filosófico, ou a ambos. Não se pode ressaltar o suficiente as dificuldades de entendimento resultantes dessa situação. Pois, tendo em vista o fato de que toda a estrutura da teoria de Marx é dialética, seus conceitos fundamentais simplesmente não podem ser entendidos fora da sua inter-relação dialética (e, com frequência, aparentemente autocontraditória). A ‘transcendência’, por exemplo, não é uma transferência para outra esfera, nem é apenas uma ‘supressão’ ou ‘preservação’, mas ambas as coisas ao mesmo tempo. Ou, para tomar outro exemplo: em contraposição a tantas concepções filosóficas, na visão de Marx o homem não é nem ‘humano’ nem ‘natural’ apenas, mas ambas as coisas: isto é, ‘humanamente natural’ e ‘naturalmente humano’, ao mesmo tempo. Ou ainda, num nível mais elevado de abstração, ‘específico’ e ‘universal’ não são *opostos* entre si, mas constituem uma *unidade* dialética. Ou seja, o homem é o ‘ser *universal* da natureza’ somente porque ele é o ‘ser *específico* da natureza’, cuja especificidade singular consiste precisamente em sua universalidade singular, em oposição à parcialidade limitada de todos os outros seres da natureza. No nível tanto do empirismo como do formalismo, a noção de uma unidade desses opostos é autocontraditória. Só no nível dialético do discurso podem estas noções adquirir seu significado global, sem o qual é impossível compreender as ideias centrais da teoria da alienação de Marx. É por isso que o leitor deve lembrar-se constantemente de que está lidando com complexidades de uma estrutura de discurso dialética, e não com a unidimensionalidade simples do formalismo filosófico, nem com a simplicidade artificial do neo-empirismo repetidor do lugar-comum.” (MÉSZÁROS, István. 2006: 18-9)

criará novas ferramentas, isso, nesse momento não importa: o que nos importa, é dizer que as categorias, ou O Capital é um processo de reflexão teórica do movimento real do capitalismo moderno de seu tempo¹⁹².

Dentro desse pensamento, partiremos do ponto em que o próprio livro se refere: uma crítica da economia política.

Não é de se espantar a forma expositiva de Marx para com O Capital ter sido algo que chegou a perpassar, e passar por várias alterações. O Capital, como um livro “vivo”, ou seja, um texto que se coloca como um amadurecimento não só teórico do autor, mas como a síntese de uma concepção de mundo que coloca na ordem do dia uma elaboração radicalmente nova – em todos os sentidos. Não só a estrutura em si, mas todo o conteúdo.

Em muitos momentos, os exemplos para além do campo semântico teórico-filosófico, revela a complexidade para o qual se colocou Marx em sua empreitada. Chegando a parecer uma criação de dar inveja ao doutor Frankenstein. Não pelos “retalhos”, mas pela real organicidade com que se toma corpo tal obra, nas mãos de Marx, com a finalidade de desvelar e expor o mundo.

Essa característica Do Capital é muitas vezes perceptível, mas quase sempre negligenciada: o livro em questão, ao se propor querer dizer o “novo” tem que se usar das *roupas velhas* do mundo. E essas *roupas velhas* são as nomenclaturas das quais Marx se utiliza para ir ao baile da teoria. Não foi, ao baile da teoria, apenas com as *roupas velhas*, mas as corrigiu, costurou e melhorou-as; também, com alguns retalhos conseguiu criar novas formas... em meio ao baile criou *novas roupas*.

¹⁹² “O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica. Caso o leitor alemão encolha, farisaicamente, os ombros ante a situação dos trabalhadores ingleses na indústria e na agricultura ou, então, caso otimisticamente se assossegar achando que na Alemanha as coisas estão longe de estar tão ruins, só posso gritar-lhe: *De te fabula narratur!* Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo de desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea. O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro.” (Prefácio da Primeira Edição de O Capital, in: Marx, 1996: 129. TOMO I)

Assim foi com a economia política clássica e suas *roupas*: essas, que foram desgastadas pelos tempos, e que precisaram ser refeitas ou descartadas pelas mãos (ou mente) do costureiro Marx. Porém, estamos convictos, e isso tentaremos expor agora, de que em Marx não há nada “fixado” e estático, mas isso não quer dizer que não haja uma coerência e uma base solidamente edificada em relação as questões: Marx pode não ter exposto de forma “positivista” ou neopositivista as categorias, mas isso não quer dizer que seus conceitos, expostos de forma a serem colocados como reflexo das categorias históricas e social, não tenham uma legalidade própria: ou seja, uma natureza ontológica, origem histórica e função social. Logo, o que permite a Marx ter uma consistência nas suas teorizações não é o fato de tal exposição ser dicionarística, mas, pelo fato de as categorias – *formas de ser*, e que são *determinadas*, não pelo desejo ou sentimento teórico de Marx, mas sim pela existência do mundo real e de seu *movimento* – terem seu movimento real, e necessitarem de serem expostas através do movimento – por meio (permitam-nos a palavra que não desejaríamos evocar) de *uma análise dialética*.

Assim, dessa forma, é impossível tratar as categorias d'O Capital como exposição mecânica, pois, como as categorias são exposição conceitual de formas reais que se movimentam contraditoriamente no mundo material, a exposição tem que receber e carregar essa mesma lei: o movimento real da história.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, vemos que as formas que emanam dela carregam em si uma face que já se via a tempos. Algumas categorias sociais se apresentam no novo palco, o capitalismo, mas como personagens antigos.

A diferença radicalmente nova é que tais personagens eram coadjuvantes nos outros pacos, em outras peças, com outros diretores e etc. o roteiro era outro, as falas... outras. Apenas o nome da personagem é que era o mesmo.

1.1 Trabalho e trabalho produtivo

Parece-nos que a discussão a que se coloca agora é algo a priori resolvida na concepção de muitos, mas na própria exposição de Marx foi necessário fazer um adendo. “Adendo” entre aspas, pois se não fosse essa explicitação, causaria desconforto aos mais céticos em relação a organicidade e clareza da obra O Capital.

Por Trabalho entende-se, sempre

como um *processo* entre o **homem e a Natureza**, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho¹⁹³.

Essa forma, é algo peculiar da história da humanidade, como bem já fomos exaustivamente levados a expor no primeiro capítulo. A natureza por si só não cria valores de uso. Mesmo que isso seja uma aparente contradição.

Pensemos bem: poderia qualquer pessoa dizer que a natureza cria valores de uso, simplesmente pelo fato de que qualquer um que olhar par uma árvore, para um riacho com uma quantidade de água possível para a subsistência, uma pedra, que ao ser levantada, e/ou arremessada contra um coco ou outro alimento resistente; imaginar que a natureza produziu aquilo para o homem como valor histórico é algo completamente aceitável, mas na mesma proporção que é radicalmente falso.

A natureza não cria valores de uso. Quem cria valores de uso são homens. A natureza é a fonte de tais valores de uso, mas só é a fonte na medida em que os homens modificam a natureza com o uso de sua “natureza corporal”, mediante uma teleologia que resguarda em si uma finalidade – como o nome já esclarece – e objetiva essa finalidade no mundo. O processo de trabalho é um processo entre o homem e a natureza, para criar valores de uso.

Pois é “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.”¹⁹⁴, mas essa utilidade não é algo natural, mas é, portanto, algo humanamente criado. E “descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico”¹⁹⁵ que não pode ser colocado como algo estático, ou seja, “essa utilidade, porém, não paira no ar”.¹⁹⁶

¹⁹³ (Marx, 1996: 297. TOMO I. Grifos e negritos nossos)

¹⁹⁴ (Marx, 1996: 166. TOMO I)

¹⁹⁵ (Marx, 1996: 165. TOMO I)

¹⁹⁶ (Marx, 1996: 166. TOMO I)

Todo processo de trabalho é um processo em que há teleologia e objetivação; aquela é a finalidade com que se projeta na mente do indivíduo, através do desejo de satisfazer uma necessidade; a outra, é o processo pelo qual, ao colocar as forças corpóreas em ação, cria um objeto novo no mundo, ou seja, um objeto que foi previamente projetado – se esse objeto vai ou não entrar no processo de satisfação real, é outra história.

Então, para Marx está claro, que o Trabalho é o intercambio do homem com a natureza para a produção dos meios de subsistência, ou meios de manutenção da vida do homem. Ao criar qualquer objeto no mundo, através de uma síntese entre teleologia e objetividade, os indivíduos modificam o mundo, e a si mesmo. Se modificou o mundo, pela objetivação de uma teleologia posta, os indivíduos tendem necessariamente a confrontar a realidade com aquilo que estava na sua cabeça, logo verificará se aquilo que imaginara do mundo é real. Esse indivíduo cria, portanto, novos conhecimentos, habilidades; cria também, para si, novas necessidades e possibilidades.

Essa atividade não pode jamais colocar como algo que não pertence ao gênero humano. Por mais que pareça algo “formalmente”, e aparentemente, parecido com as atividades do homem, a natureza não cria valor de uso – mais uma vez repetindo. Como os valores de uso, são valores, tanto do ponto de vista da economia quanto do ponto de vista das relações individuais e coletivas afetivas e etc. dizer que o uso é uma categoria história (ou melhor, o valor de uso), é simplesmente para distinguir as ações e a valorização da utilidade das coisas tendo como pressuposto necessidades criadas pelos homens.

“O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano”¹⁹⁷, então, não se pode dizer que nos animais tenha criação de novas necessidades e possibilidades, algo que só acontece no mundo dos homens.

Ou seja,

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante

¹⁹⁷ (Marx, 1996: 299. TOMO I)

transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado.¹⁹⁸

Assim, no processo de produção, que nada mais é do que a realização do Trabalho, cria-se um objeto novo no mundo; um produto novo. Esse produto é algo que tem como uso um fator histórico: sua utilidade depende das necessidades e possibilidades que puderam colocar ao homem o impulso de realizar tal ação: o produto, portanto resguarda em si uma intenção previa de ser aquilo que agora se faz no mundo.

O que sai do processo de trabalho é um produto, ou objeto útil. Por isso, mais uma vez, a utilidade só pode ser algo feita pelas mãos humanas: extrair um peixe da praia só tem sua forma de ser se representar todo o conjunto de processos do que expomos até aqui. O simples “retirar” da água o peixe, ou retirar da árvore uma fruta, ou matar um animal para se alimentar, não faz por si só um *ato de processo de trabalho*: esse processo é algo, lembremos, que parte de uma teleologia que se sintetiza com o mundo, com a causalidade. Essa síntese conduz, necessariamente, a uma objetivação.

Esse é o processo de produção de valores de uso. E isso independe da sociedade que vivemos, e qual o modo de produção: os valores de uso é uma necessidade eterna do mundo dos homens; algo que não pode ser extinguido sem que se coloque a humanidade no museu da realidade como apenas um artefato.

Do ato de produção, ou, da síntese entre subjetividade e objetividade, teleologia e causalidade, criasse um valor de uso, um produto do Trabalho humano. O mesmo produto, ou pode servir para atender as necessidades imediatas, como pode servir como uso para próximos processos de trabalho. Logo

Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele. Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho.¹⁹⁹

¹⁹⁸ (Marx, 1996: 300. TOMO I)

¹⁹⁹ Idem.

Dessa forma, podemos dizer que “**o processo extingue-se no produto**. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma.”²⁰⁰.

O processo de objetivação mediante uma teleologia, ou previa ideação, é o processo de trabalho, onde o homem media a natureza, e através do uso de sua corporalidade coloca em movimento a matéria natural para a produção dos meios de produção – se o produto de tal atividade lhe servir como mediação entre ele e a natureza postumamente –, ou como meios de subsistência – se o produto servir para a manutenção direta da massa biológica do indivíduo.

Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o **trabalho mesmo como trabalho produtivo**.²⁰¹

Então o Trabalho e o trabalho produtivo são o mesmo. O trabalho produtivo, para Marx, seria uma relação eterna do homem para com a história. Na própria letra de Marx, ele afirma

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, **condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais**.²⁰²

Se “o processo extingue-se no produto”, e esse produto é “uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma”, ou seja, uma transformação que tem por pressuposto uma teleologia – que resguarda em si um projeto que só é possível se tiver um conhecimento da natureza, para, ao transformá-la respeitar sua imanência natural, como leis físicas e processos químicos em geral – para a realização de uma objetivação (a criação de objeto, aqui o produto) por meio de uma síntese entre subjetividade e objetividade, que cria meios de produção e de subsistência é algo da “condição natural eterna da vida humana”, e, necessariamente “comum a todas as suas formas sociais”. Então o Trabalho produtivo é Identidade do Trabalho, pensa nosso caro desapercibido. E ainda proclama aos quatro cantos “Ambos são uma categoria completamente iguais em Marx.”

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Idem. (Grifos e negritos nossos)

²⁰² Marx, 1996: 303. TOMO I. Grifos e negritos nossos)

O que de fato deixa-se de lado é o que para Marx, como já adiantamos, o processo de exposição das categorias do capitalismo não pode ser apenas colocadas como nomenclaturas “soltas” e que pairam no ar.

Em uma nota de rodapé, Marx, logo em seguida fala com “Essa determinação de **trabalho produtivo**, tal como **resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho**, não basta, de modo algum, para o **processo de produção capitalista**.”²⁰³

Com isso, vemos que essa categoria de trabalho produtivo tem uma conotação, no capítulo V que não pode ser entendida como uma conceitualização puramente acabada: mas, repetimos, é apenas uma forma de Marx expor, nesse momento do texto, uma categoria da qual é preciso utilizar-se de uma nomenclatura que mais tarde irá ser usada como *outro sentido*.

Portanto, Trabalho e Trabalho produtivo só podem ter essa formulação de identidade na obra de Marx, quando ele se refere ao *Trabalho que produz objeto por meio da transformação da natureza, por meio do intercâmbio material entre os homens e a matéria natural* – sempre, em todos os casos, com a intenção e finalidade de produzir meios de subsistência e/ou meios de produção.

1.2 Trabalho e a produção de Mais-valia

No capítulo intitulado O Processo de produção de Mais-valia absoluta e relativa – capítulo XIV – terá uma nova forma de encarar o processo de produção, que agora será, não a “eterna condição” da humanidade, mas o processo de produção particular na história, o modo de produção capitalista. Pois, no capítulo V – sobre O processo de Trabalho e Processo de Valorização, de O Capital – Marx não trata do processo de trabalho de forma *particularizada* da história da humanidade, mas como uma “condição universal”. Por esse motivo, teve que apresentar tal categoria “em seus elementos “simples e abstratos”, e que, portanto, é “igualmente comum a todas as suas formas sociais”; uma atividade produtiva no sentido de que “é atividade orientada

²⁰³ (Marx, 1996:300. TOMO T. Grifos e negritos nossos)

a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas”.

Por meio dessa demonstração, Marx avança para o tratamento de seu objeto: a sociedade capitalista; a forma e o modo de produzir do capitalismo; a finalidade real do modo de produção e os processos produtivos desse modo de produção, e dessa forma de sociabilidade: burguesa.

Nessa particularidade, ou, no modo de produção capitalista

Por outro lado, porém, **o conceito** de **trabalho produtivo se estreita**. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia.²⁰⁴

O que “se estreita” não é a categoria trabalho produtivo, que antes fora tratada como aquela que produz produto por modificar a natureza, mas o “conceito” de trabalho produtivo. Esse conceito se estreita de duas formas: a) porque não mais é tratado como uma forma universal, mas sim particular, e na sociedade capitalista; b) porque o Trabalho (que no capítulo V era nomeado como Trabalho Produtivo) continuará existindo, e não se pode mais expor, teoricamente, algo que é condição universal, sendo tratada idêntica a uma forma particular: seria, sim, dessa forma, um erro grosseiro, tanto do ponto de vista metodológico, como do ponto de vista da investigação da realidade – um erro grosseiro do ponto de vista da investigação ontológica: do ponto de vista do ser.

Assim, no tratamento desse particular, que é o modo de produção capitalista, Marx, por força metodológica, expositiva e do movimento peculiar do ser, tem que mudar radicalmente o sentido do conceito que antes usava com outra conotação. Agora, “**apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia** para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.”²⁰⁵

Isso permite a Marx uma delimitação clara entre Trabalho, condição universal, e Trabalho produtivo, condição particular na história da humanidade.

²⁰⁴ (Marx, 1996: 136. TOMO II. Grifos e negritos nossos)

²⁰⁵ (Marx, 1996: 137. TOMO II. Grifos e negritos nossos)

Agora, quando usarmos Trabalho produtivo, estaremos seguindo a forma conceitual da qual se serve Marx, para o momento particular: o conceito “estrito”. – que diz respeito ao capitalismo e ao capital.

Portanto, aqui, Trabalho produtivo é o mesmo que Trabalho produtivo *de mais-valia*.

Lembremos, que quando tratamos da mercadoria, notamos que as mercadorias ao serem vendidas pelo seu valor real concretiza a mais-valia criada pelos trabalhadores assalariados.

Não há nenhuma contradição aqui, quando dizemos que a mais-valia é criada pelos trabalhadores assalariados no processo de produção de mercadoria. A mercadoria é tanto um objeto natural, quanto um objeto social modificado. (Por isso que o Trabalho produtivo de Mais-valia não pode ser, agora, identificado com o Trabalho. Aquele pode produzir mercadorias que não sejam apenas modificação da Natureza; mas o Trabalho, condição eterna, só pode ser modificação da Natureza.)

O Trabalho produtivo produz mais-valia tanto pela modificação da natureza, quanto pela modificação de objetividade social: tanto da matéria natural, como da matéria social.

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também *uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital.*²⁰⁶

Um exemplo que Marx usa para a produção de mais-valia por parte de um trabalhador assalariado que não modifica a natureza, é o do professor.

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.²⁰⁷

²⁰⁶ (Marx, 1996: 138. TOMO II. Grifos e negritos nossos)

²⁰⁷ Idem.

Portanto, nada mais claro do que a demonstração de que há, agora, ao ser estreitado o conceito de trabalho produtivo para trabalho produtivo de mais-valia, uma nítida e radical separação categorial na obra de Marx.

Nesse sentido, ao olhar a realidade, não se poderia deixar de lado aquelas atividades que são necessárias a produção e reprodução capitalista, mas que não acrescenta em nada na riqueza social ou na valorização da riqueza. Essas atividades não produtivas, são “não produtivas” porque não produzem um átomo de Mais-valia.

Essas mesmas atividades que não produzem um quantum sequer de Mais-valia, são, atividade exercidas por trabalhadores assalariados. Pensemos nos vigias, no burocrata, no engenheiro, no encarregado e etc. são atividades necessárias (no sentido de que pela complexificação, devida a divisão social do trabalho, das relações de produção, têm que existir para manterem o processo produtivo e a reprodução social sempre em funcionamento).

Essas atividades, que não produzem Mais-valia, são atividades improdutivas de mais-valia pelo simples fato de que a sua atividade não produz uma mercadoria: lembremos o que é essencial ao modo de produção capitalista: a produção de Mais-valia; essa só é possível por meio da produção de mercadorias: seja essa modificação da natureza ou a modificação e criação de um objeto social para satisfazer as necessidades, tanto “da fantasia” quanto “do estomago”.

Mas, aqui, um outro aparente paradoxo poderia aparecer se não estivéssemos esclarecidos antes tal ponto principal: a produção de mercadoria é a condição necessária e essencial para a produção de mais-valia.

Imaginemos o mesmo “professor”, ou mestre-escola. Se ele for um trabalhador assalariado, mas que não faz parte de uma escola em que o dono é um capitalista, mas sim, pertence a um setor público: sua atividade não produz um quantum de Mais-valia. Sua atividade produz apenas um serviço qualquer: mas, isso não diminui o fato de que ele é um trabalhador, porém que não produz mais-valia, que não produz, portanto, uma mercadoria.

De um lado, o trabalhador não produtivo de mais-valia pode exercer a mesma função ativa, mas no processo de produção de valor e valorização do valor, não tem a menor contribuição²⁰⁸.

E, também, como falamos acima,

as mercadorias que o capitalista compra com parte da mais-valia para seu próprio consumo não lhe serve como meios de produção e valorização; do mesmo modo, o trabalho que compra para satisfazer às suas necessidades naturais e sociais não é trabalho produtivo. Em vez de transformar por meio da compra dessas mercadorias e desse trabalho a mais-valia em capital, ele, ao contrário, a consome ou despende como renda.²⁰⁹

Depois dessa trajetória fica fácil expor de maneira mais direta que Trabalho e trabalho produtivo tem diferenças notáveis e explícitas. Esse pode conter, dentro de sua gama de assalariados, produtores de mais-valia que modifiquem a natureza, mas que jamais serão idênticos a todos os trabalhadores produtivos.

Assim como nem todo trabalhador que vende sua força de trabalho é um trabalhador produtivo, como afirmado acima, nem todo trabalhador produtivo modifica a natureza.

Nesse campo de exposição das relações de trabalho no processo de reprodução social do capitalismo, vemos que existe, portanto, **Trabalhadores produtivos e improdutivos** (de Mais-valia).

2. Trabalho e Trabalho Abstrato: uma sólida discussão, e uma falsa polêmica

Não é de se espantar que uma obra como a de Karl Marx passe por um “eterno” revisionismo. Quase sempre, ou sempre, para justificar posições políticas que são necessárias para aqueles que a tentam formular – ou re-formular.

A discussão que se coloca em todo O Capital, como já bastante alertamos, é uma discussão em que o próprio autor revela que o que ele se propõe “a pesquisar é o

²⁰⁸ Isso não é de modo algum uma questão moral ou valorativa, mas apenas uma constatação teórica da inserção de indivíduos no processo de produção e reprodução social capitalista, ou sociabilidade burguesa.

²⁰⁹ (Marx, 1996: 221-2. TOMO II)

modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação”.²¹⁰

Fizemos o caminho até aqui, de forma árdua, para poder explicitar algo que por meios estilísticos e conceituais já vínhamos demonstrando.

Toda a nossa discussão, até aqui, foi a demonstração, dentro da vida humana, de que o Trabalho é algo necessariamente ineliminável. Por outro lado, nessa segunda parte, a cada momento em que falávamos da processualidade das formas de acumulação de riqueza através da exploração do trabalhador, queríamos colocar uma forma de atividade que abstrai todas as determinações dos indivíduos para poder, dessa forma, se colocar como uma forma de ser que não corresponde a nenhuma peculiaridade ou particularidade do indivíduo vivo que vende sua força de trabalho: o trabalhador abstrato.

2.1 O concreto e o abstrato... a dança dos conceitos.

Em toda a obra de Marx, poderíamos listar quantas vezes ele cita a palavra *abstrato*, mas isso seria algo desnecessário. O que para nós tem valor é o conteúdo das tais citações que ele faz. Em todas as tais citações sobre “o abstrato”, não existe uma que não seja no sentido de: *deixar de lado as determinações que compõe o objeto. A faculdade de abstrair algo é deixar de lado as determinações que compõe essencialmente algo, mas sem retirar a sua substância.*

Verifiquemos de perto.

Quando Marx fala “Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil.”²¹¹, nitidamente se refere a um processo de “deixar de lado” uma qualidade – aqui “as formas corpóreas”. Esse “descascar” um objeto para que ele seja melhor entendido na sua *substância essencial*, é o que Marx quer dizer com o processo de abstração.

²¹⁰ (Marx, 1996: 130. TOMO I)

²¹¹ (Marx, 1996: 167. TOMO I)

O abstrato, portanto, para Marx é colocar de lado as determinações de um determinado objeto para que se faça uma análise pormenorizada.

Outras passagens não nos deixa mentir: “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso..”²¹². Aqui, é mais direto ainda ao falar que apresentou o processo de trabalho em seus elementos de forma abstraída e simples, quer dizer que ele deixou de lado as determinações que tomavam corpo, e que apenas, sem esse corpo concreto, apresentava apenas a singularidade: aqui, o Trabalho.

Ao dizer isso, Marx coloca na discussão, não apenas um processo de nomenclatura, mas uma convicção que ele tem do que a categoria que nomeia por *Abstrato* tem no clivo da discussão teórica – repetimos: poderíamos citar dezenas de passagens das quais Marx se refere a esse conteúdo do conceito Abstração; se citássemos todos, sem exceção, esse conceito sempre teria a mesma formulação: *abstrair* significa: tornar um ser, objeto, categoria ou até momento histórico determinado, o menos “corporificado” de mediações possível. Abstrair, não é tornar algo menos “material”, ou tornar algo material em “imaterial”; tornar um processo de abstração de um objeto é retirar dele todo o conjunto de determinações que podem ser anedóticas secundárias e etc. quando o sentido da abstração for mostrar o que algo é em sua íntima substancialidade.

Uma das passagens que melhor explicita isso é da *Introdução*²¹³ À *Contribuição à Crítica da Economia Política* que se refere não só apenas a uma forma direta de conceitualizar o que é o Abstrato, mas usasse de um bom exemplo – que ao

²¹² (Marx, 1996: 303. TOMO I)

²¹³ “A introdução, que publicamos como anexo, foi encontrada entre os manuscritos deixados por Karl Marx e publicada pela primeira vez por Kautsky na revista *Die Neue Zeit*, em 1903, e, em seguida, novamente publicada na segunda edição alemã aparecida em 1907 de *Crítica da Economia Política*. É a essa introdução que Marx faz alusão no seu prefácio. Em seu prefácio à segunda edição alemã desta obra, Karl Kautsky diz a respeito da parte que Marx pretendeu suprimir: ‘Não obstante ter decorrido meio século após ser escrita a introdução; não obstante Marx e Engels terem depois disso exposto detalhadamente e consolidado sua filosofia bem como sua concepção da história e do modo de produção capitalista e que delas tenham feito, da forma mais penetrante e nas mais diversas direções, sua aplicação; não obstante tudo isso, essa pequena introdução, com suas indicações fragmentárias e inacabadas, nos traz uma rica messe de pontos de vista novos. Se nada mais acrescenta aos resultados ainda por demonstrar, em compensação dá profundidade e clareza às nossas ideias sobre os resultados alcançados. A introdução enriquece sumamente a literatura marxista e dá realce ao valor deste livro’.” (Marx, 2008: 237. Nota de rodapé 182)

nosso ver, só contribui para a formulação acima por nós desenvolvida acerca do entendimento de Marx sobre tal categoria.

*A população é uma **abstração se deixo de lado as classes que a compõem**. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas.*

Ou seja, o que faz da população uma abstração, não é o fato dela existir ou não na vida real, mas, como faz Marx, aqui, *o que faz da população uma abstração é o simples fato de “deixar de lado” as determinações que a compõe – as classes sociais*. Do mesmo modo que as classes sociais seriam uma abstração se “ignorasse os elementos” que repousam nela: essas categorias podem ser expostas concretamente se colocadas suas características, mediações, elementos e facetas e etc. determinativas que as compõem como um todo no processo social.

Se quiser abstrair o que uma pessoa é, começa-se, contudo, por não dizer a que classe ela pertence, a que vida ela tem, quais suas relações, quais sentimentos, quais qualidade e etc; abstrai-se as qualidades que a tornam concretas no mundo concreto e as elimino (as qualidades e determinações) ou as deixo de lado como um opaco objeto que, no final, posso chamar de indivíduo, assim como posso chamar qualquer outro ser humano.

O processo de abstrair não é mero conceito em Marx, mas é um conceito que ele utiliza pois corresponde ao fato de ser e de se apresentar a vida no mundo da sociedade capitalista de forma predominante²¹⁴. Portanto, o processo de abstração

²¹⁴ Não vamos colocar a discussão aqui no texto, mas o fato de o estado, através do direito, dizer que *somos iguais por direito*, isso é um processo de abstração que é levado ao máximo quando somos tratados como *cidadãos*: ser cidadão é a abstração da vida concreta. Se todos são cidadãos, o são pelo fato de compor algo em comum: a liberdade de compra e venda e ser participe das relações políticas vigentes que garantem a manutenção da propriedade privada como relação intimamente ligada na vida dos seres humanos.

não é apenas uma nomenclatura estilística que Marx usa, mas um nome que carrega na realidade objetiva a forma social de reflexo da realidade.

Se o abstrato é o “deixar de lado” das relações reais das coisas, dos indivíduos e etc, o concreto é o seu inverso: ou seja o que é composto de mediações.

Na letra de Marx “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.”²¹⁵.

*Portanto, o concreto é o que é rico de determinações; o abstrato é o que é pobre de determinações*²¹⁶.

Ou seja, tanto o concreto quanto o abstrato são determinações reais da existência e estão em eterno movimento no processo de conhecimento da realidade, assim como no processo de reprodução dessa mesma realidade.

Mas, o que isso tem a ver com nossa discussão é o mais nítido processo demonstrativo de que o corpo conceitual de Marx é apenas um reflexo da realidade, e não uma invenção de termos mortos e vazios. A concepção de Marx de *retirar da realidade* suas análises não significa, de modo algum, que ele recorta a própria realidade e a “nomeia”. O uso de quaisquer conceitos empregado pelo filósofo são conceitos que condiz com o processo informativo de uma determinada categoria.

Como a crítica que é direcionada, em toda a sua obra e evolução teórica, é para com a Economia política clássica, ele utiliza seus termos, como já falamos, e os dá real significado dentro dos processos de reprodução evolutivo histórico das categorias em questão.

Se o conceito de Abstrato é um conceito que Marx resgata de outros pensadores, ou de uma linguagem cotidiana, aqui não tem muita importância – nesse debate, por

²¹⁵ (Marx, 2008: 258.)

²¹⁶ Aqui, nesse momento, merece uma anotação. Não é porque é *abstrato* que uma coisa não possa ser conhecida. Pensemos na tabela periódica que mesmo sem sabermos os seus elementos mais singulares poderíamos usar os elementos nela contidos. Outro raciocínio: não precisamos saber que a água é composta por Hidrogênio e Oxigênio para poder tomá-la. O processo de abstração na grande parte das vezes age de forma positiva. Um último exemplo são nada mais nada menos que os cálculos matemáticos feitos para determinar um motivo: nos cálculos matemáticos demonstra-se, pela própria natureza da matemática, um processo de elevado abstração: $1 + 1$ é 2. Aqui pode ser como exemplo uma abstração. Pode ser 1 banana, 1 maçã, 1 bola e etc., mas, independentemente da concretude, ou riqueza de determinações do qual esse elemento abstrato e gráfico 1 representa, não diminui a chance de um cálculo certo.

exemplo, mas em outro campo do debate, sobre a natureza do pensamento de Marx, tal discussão não é secundária, mas sim essencial. O que nos importa é que a importação ou *transferência* de *determinados* conceitos servem de base para a exposição conceitual, e não, mera estilística – como sempre alertamos.

2.2 O Trabalho (humano) abstrato: ou, a mercadoria?

Vimos, no decorrer da nossa exposição, que a Mercadoria comporta, necessariamente, o valor de uso, e o valor de troca.

Como se efetua a troca: através de uma abstração dos valores de uso da mercadoria. Na “hora” da troca, as qualidades das mercadorias são secundárias, mas não apenas no momento da troca, porém sim em todo o processo de produção capitalista: a reprodução social que tem na mercadoria, no mercador, portanto, na troca, o primeiro momento essencial de reprodução real, tem que ser uma sociedade que se baseia e que é baseada nessa forma de reprodução: abstrata.

Não há categoria que não aja e retroaja na realidade social: todos os momentos da processualidade têm sua legalidade, mas ao mesmo tempo só pode comportar essa legalidade – de agente – se for passível de *sofrer* ação: da mesma forma que a arte influencia na reprodução social, a reprodução social infere-se a arte com uma ação que a determina – esse *determinar* não quer dizer, sobre hipótese alguma, *determinação pura*.

Esse movimento dialético, de ação e passividade das categorias entre si têm como momento predominante a produção econômica²¹⁷: mas, todas as categorias têm sobre o Trabalho uma *autonomia* relativa, *determinação recíproca* e *dependência* ontológica.

²¹⁷ Deixemos aqui mais uma vez esclarecido: determinação ontológica das categorias pelo momento econômico não quer dizer uma determinação pura. Todas as categorias têm entre si uma realização de movimentos que são contraditórios, mas que se relacionam mutualmente. Contudo, como o fundamento do mundo dos homens é o momento econômico – o Trabalho –, essa tem força predominante nas determinações sociais. (Quando dizemos “momento econômico” em nada queremos falar de “economia” no sentido moderno e burguês da palavra, mas econômico no sentido da produção material da riqueza social.)

Logo, se a sociedade vive em uma forma de produção econômica que se baseia na troca de mercadorias, e essa é uma forma de abstrair os valores de uso no momento da realização da troca; toda a sociedade, e principalmente, os agentes das relações econômicas, estão sujeitos as relações determinadas pela base econômica: as relações humanas, em geral, se baseará na relação da forma com a sociedade produz sua vida: o processo de trabalho, ou o Trabalho *mesmo*, como se apresenta, determinará a reprodução social.

Por isso,

o processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado²¹⁸

Portanto, as relações de produção determinam como a realidade social se comporta. Esse *comportamento* da sociedade, em sua totalidade *movente e movida*, *retroage* sobre as relações de produção.

Na nota 120, da edição usada por nós, Marx coloca de forma contundente e objetiva tal formulação. Onde nos diz que, assim

os gregos e romanos tinham um processo de produção, portanto, uma economia, a qual formava a base material de seu mundo, tanto quanto a economia burguesa forma a do mundo atual.²¹⁹

Possivelmente, e sem medo do erro, podemos afirmar que para Marx a base material do mundo em que vivemos é o modo de produção capitalista, e, portanto, segundo ele próprio

a produção de mais-valia ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista, abstraídas as transformações do próprio modo de produção que possam surgir da subordinação do trabalho ao capital.²²⁰

Ou seja, a vida social se coloca como finalidade para com a finalidade da reprodução do capital, que nada mais pode ser do que a reprodução de mais-valia, logo reprodução de mercadorias. A mercadorias, portanto, aparece como a forma elementar nesse sentido: ao dar forma e conteúdo para as relações sociais as mais complexas e mais simples. Essa determinação, não é demais repetir, tem sua forma

²¹⁸ (Marx, 1996: 211. TOMO II)

²¹⁹ (Marx, 1996, 206. TOMO I)

²²⁰ (Marx, 1996, 410. TOMO I)

predominante, mas não é uma totalidade *totalitária*. O que de fato comparece, na reprodução social, por esse ser determinado pela base material de produção, é a reprodução da mercadoria: como a reprodução social não é apenas – tanto no capitalismo como em qualquer outra forma de vida social – *objetividade*, mas *subjetividade*, a vida como um todo terá a marca da realização do movimento da mercadoria: e essa guarda em si a sua função – a troca (que nada mais é do que a expressão do valor²²¹: produzido essencialmente pelo tempo de trabalho socialmente necessário: ou *trabalho humano abstrato*.)

Se o processo de produção de mercadorias é feita pelos trabalhadores assalariados que produzem um valor que se plasma na mercadoria, então esses trabalhadores não entram como ser humano complexo e completo na produção – do ponto de vista do capital; mas, do ponto de vista da vida humana, esses trabalhadores tem suas qualidades reais, têm suas vidas, seus desejos, qualidades hábeis, sensibilidade concreta e etc. Do ponto de vista do capital – e o capitalista sendo a personificação das relações do capital para com o trabalho (abstrato) – o que o trabalhador vende, ou, o que “entra na fábrica” de tijolos, roupas, ou de “conhecimento”²²², não são suas “qualidades” uteis, mas sua abstração de homem enquanto força de trabalho humana.

Se é a abstração dos valores de uso de uma mercadoria que determina a troca, assim a força de trabalho que é a mercadoria essencial do capitalismo, é abstraída o seu valor útil. Não estamos dizendo que um alfaiate quando vende sua força de trabalho não venda as suas qualidades uteis de habilidade, mas, do ponto de vista da reprodução social pouco importa a vida concreta e as habilidades reais, desde que a força de trabalho, que é a capacidade de produzir do trabalhador, esteja dentro das possibilidades de realizar valor, então ao capital não importa *o resíduo do corpo de tal mercadoria*: nunca importou, ao capital e a o processo de produção capitalista de mais-valia, as determinações qualitativas, mas sim as quantitativas: aqui, o valor

²²¹ “Em primeiro lugar, o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista.” (Marx, 1996: 447. TOMO I)

²²² Uma alusão ao mestre-escola citado anteriormente e que, se participar de uma escola particular e sua força de trabalho ser paga por um capitalista, esse mestre-escola, ou professor, produz uma mercadoria.

produzido com o dispêndio de força humana de trabalhar. As *qualidades*, ao entrar no processo de produção, entra de forma secundária.

Ao trocar o valor da força de trabalho, ou seja, ao vender sua força de trabalho ao capitalista, o trabalhador vende uma abstração das suas concretudes de vida: *ele vende apenas a força de trabalho que produzirá valor*. a utilidade de sua força de trabalho não significa nada se não tiver como finalidade a produção de valor. Ou seja, a qualidade e habilidade do trabalhador concreto não significa nada, do ponto de vista da produção de capital e mais-valia, se tais qualidades não corresponderem a produções de mercadorias.

O que o capitalista paga, portanto, como falamos, ao trabalhador, não é pelas qualidades e desejos pessoais, e manutenção da vida plena, mas sim, paga, apenas, o valor da força de trabalho, a capacidade de produzir mercadorias: a manutenção da vida do trabalhador não é a manutenção da vida do indivíduo e de suas qualidades humanas, mas a manutenção da vida que conduz a força de trabalho: a vida humana só é necessária para o capital por ser ela quem produz o valor.

Os indivíduos vivos, reais e concretos, são meros apetrechos, portanto, da produção capitalista, da produção de capital e mercadoria, sempre através da exploração do trabalho e da retirada, pela mediação cotidiana e, sempre, da violência, do produto do trabalho de quem produz.

Como exemplo, da “vida enedótica” e “secundária” da concretude humana, é o fato de que a máquina²²³ que os capitalistas empregam na sua produção, não é para “diminuir” o esforço do trabalhador, mas para diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário e empregado na produção de mercadorias.

Dessa forma, o trabalho (abstrato) só tem validade por ser o meio único da produção de valor ou de sua valorização através da produção de mercadoria.

O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força

²²³ “Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela [maquinaria] se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia.” (Marx, 1996: 07. TOMO II)

de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário.²²⁴

A força de trabalho aparece como a substância social necessária para a produção e reprodução do sistema social do modo de produção capitalista. Ela só pode ser vendida, e trocada, não por suas qualidades úteis primordialmente, mas pelo seu valor de troca: como qualquer outra mercadoria. O valor da força de trabalho é quantificado pela mesma lei de troca de qualquer outra mercadoria, então, assim como qualquer outra mercadoria

Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada.²²⁵

Não resta dúvida de que o trabalho humano abstrato, portanto é a redução do trabalhador a sua força de trabalho: e essa a forma mercadoria que produz valor. O trabalho abstrato se generaliza no modo de produção capitalista, portanto, como a momento predominante essencial da reprodução capitalista – da vida cotidiana e das relações humanas e de produção.

Assim, qualquer mercadoria, “possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato.”²²⁶

Temos que entender que esse processo de abstração das determinações dos indivíduos pelo capital ao serem referidos como força de trabalho, apenas é o ponto de vista do capital. Aqui não se encerra a própria realidade de ser da produção.

2.3 O caráter “útil” do trabalhador abstrato

Todo trabalhador é um indivíduo que possui necessidades vitais humanas, qualidades, sentimentos, e etc. Suas habilidades *entram* no processo de produção

²²⁴ (Marx, 1996: 168-9. TOMO I)

²²⁵ (Marx, 1996: 167. TOMO I)

²²⁶ (Marx, 1996: 168. TOMO I)

como qualquer outra qualidade ou concretude de sua vida – o indivíduo vivo junto a toda sua carga histórica individual não são esperadas dele no ato da compra de sua força de trabalho.

A utilização das suas capacidades em nada é restringida na produção de uma mercadoria, ou qualquer outro bem de uso.

Como falamos no primeiro capítulo, ao objetivar, os indivíduos, sejam eles trabalhadores ou não, produzem algo novo, ao mesmo tempo que esse processo de objetivação carrega, necessariamente uma relação de exteriorização, ou seja: os indivíduos criam novas habilidades, conhecimento, sensibilidades, ao mesmo tempo que esclarecem algumas outras que ainda estavam “adormecidas”: logo, ao realizar qualquer objetivação os indivíduos conhecem melhor o mundo, e se reconhecem, criam novas habilidades, possibilidades e necessidades – e aqui não entra em quão largo ou estreito é esse processo, pois, como já foi dito por nós, é um ato consciente ou não, o fato de a objetivação (que tem no Trabalho sua protoforma) – necessariamente porque todo ato humano é uma síntese entre teleologia e causalidade.

O alfaiate ao produzir uma roupa, imprime nela todo seu conhecimento acerca da matéria da qual modifica; esse caráter útil de sua atividade o faz ser um trabalhador que produz determinado objeto: se para o uso pessoal ou não, é outra questão.

O processo de objetivação leva consigo a marca – novamente: em larga medida ou não – daquele que objetiva. Na objetivação, portanto, está resguardado todo o indivíduo como um todo complexo: suas habilidades, sensibilidades e etc entram no processo de objetivação.

Dessa forma, podemos dizer que

o casaco é um valor de uso que satisfaz a uma necessidade específica. Para produzi-lo, precisa-se de determinada espécie de atividade produtiva. Ela é determinada por seu fim, modo de operar, objeto, meios e resultado. O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.²²⁷

²²⁷ (Marx, 1996: 171. TOMO I)

Assim, vemos que o caráter útil da atividade de quem produz é colocada em ativação. Portanto, diz Marx

Para o casaco, tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. Em ambos os casos ele funciona como valor de uso. Tampouco a relação entre o casaco e o trabalho que o produz muda, em si e para si, pelo fato de a alfaiataria tornar-se uma profissão específica, um elo autônomo da divisão social do trabalho. Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. **Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem**, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.²²⁸

Assim, o valor de uso, ou utilização do objeto não muda em nada seu caráter mesmo depois de entrar no processo produtivo de mercadorias: a qualidade do objeto é as suas especificidades qualitativas, portanto é o indivíduo que produz uma mercadoria: ele entra na fábrica ou em qualquer lugar, quando vende sua força de trabalho, do mesmo modo que entra em sua casa; mas o tratamento, por parte do capital, só revela que para a reprodução social e a reprodução de mercadorias e relações internas, só “existe” a sua *abstrata forma*.

Na produção de mercadoria, logo, tem-se que abstrair as qualidades uteis do trabalhador, não porque Marx quis, ou sua teoria deseja, mas, ao olharmos o modo como o trabalhador “se vende” vemos que o que se vende é o valor de sua força de trabalho. Isso permite que

Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despendido força humana de trabalho. Contudo, para poder ser despendido dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho estar mais ou menos desenvolvida. Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano sobretudo.²²⁹

O valor, portanto, como forma abstrata da mercadoria, por ser ele dispêndio de trabalho humano abstrato, não o compete ter qualquer inclinação para as “partes

²²⁸ (Marx, 1996: 172. TOMO I. Negritos nosso.)

²²⁹ (Marx, 1996: 173. TOMO I)

anedóticas” do trabalhador. Tanto faz se o valor, ou a valorização do valor, através da mais-valia, pela venda da mercadoria, que representa uma forma de sobre-trabalho do trabalhador abstrato, é produzido por um mecânico torneiro, ou um produtor de sapatos. Para o valor o que lhe importa é a reprodução do capital, e para esse só lhe resta a abstração da realidade do trabalhador: esse reduzido a uma força de trabalho qualquer, mas que seja viável a produção de mercadorias; não importa ao capitalista e ao capital quem é que vende a força de trabalho, seus desejos e habilidades, mas se a sua força de trabalho está apta a se realizar na produção²³⁰.

Logo, na troca, é abstraído os valores uteis da mercadoria²³¹; assim o é na mercadoria força de trabalho: a troca é realizada entre valores equivalentes, para com qualidades diferentes. Não importa o que se troca, mas que a troca se realize. O *corpo* da mercadoria não tem muita importância, o que importa de fato é o substrato dela, da substância social plasmada nela: trabalho humano abstrato, força de trabalho humano.

Todas as mercadorias “vão ao mercado” para serem trocadas, e não para um desfile de “qualidades”. Na troca, portanto, repetimos, são abstraídas as qualidades, assim o é abstraída as qualidades dos agentes produtores de mercadorias – e bens de consumo: pensemos na aula do professor de escola pública, por exemplo.

Por isso, Marx, deixa bastante claro que

Assim como nos valores casaco e linho é abstraída a diferença de seus valores de uso, também nos trabalhos que se representam nesses valores abstrai-se a diferença de suas formas úteis, a alfaiataria e a tecelagem. Assim como os valores de uso casaco e linho resultam de ligações de atividades produtivas internacionais com tecido e fio, os valores casaco e linho são, ao contrário, simples gelatinas homogêneas de trabalho, assim os trabalhos contidos nestes valores não valem devido à relação produtiva que mantêm com tecido e fio, mas apenas como dispêndios de força de trabalho do homem. Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, graças às suas diferentes qualidades; elas somente são substâncias do valor do casaco e do valor do linho na medida em que se

²³⁰ Lembremos que nem toda força de trabalho entra no processo de produção de mercadoria. Basta ver nossa discussão sobre Trabalho produtivo e improdutivo (de mais-valia).

²³¹ “Digamos: como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais. A coisa é diferente na relação de valor de uma mercadoria à outra. Seu caráter de valor revela-se aqui por meio de sua própria relação à outra mercadoria.” (Marx, 1996: 179. TOMO I)

abstrai sua qualidade específica e ambas possuem a mesma qualidade, a qualidade do trabalho humano.²³²

Com isso, podemos dizer que todo produto que se coloca como mercadoria, ou bens de consumo; que todo produto que seja fruto do trabalho produtivo ou improdutivo, guarda em si uma determinação concreta da atividade do e no trabalhador abstrato: esse é apenas a redução de sua vida concreta a uma força de trabalho, que no sistema capitalista e modo de produção dominado pelo capital, é uma mercadoria como outra qualquer. Por isso, apenas só é levado em consideração a sua atividade de dispêndio de tempo de trabalho, ou o valor que ela pode produzir ao ser utilizada. Portanto, o trabalho concreto não é uma categoria particular de um período histórico da humanidade, pois como toda atividade humana, o trabalho concreto é uma forma de atividade que carrega em si as determinações objetivas e subjetivas do processo de produção, e da produção em geral. O trabalho concreto pode ser colocado como o campo de atividades, que não se resume a transformação da natureza, muito menos se resume ao processo de produção capitalista; trabalho concreto é a atividade qualitativa real que se encerra na vida do indivíduo que atua na realidade: toda objetivação carrega uma atividade consciente, e essa atividade consciente é consciente na medida que carrega em si um projeto... e esse projeto é o acúmulo de conhecimento acerca do mundo, mas também as habilidades, sensibilidades de cada pessoa²³³.

O trabalho concreto, portanto, não pode ser confundido com a objetivação – por mais que só existe trabalho concreto por ser uma objetivação. A objetivação diz respeito a todas as atividades humanas conscientes ou não que produz uma forma

²³² (Marx, 1996: 174. TOMO I)

²³³ “Ao equiparar-se, por exemplo, o casaco, como coisa de valor, ao linho, é equiparado o trabalho inserido no primeiro com o trabalho contido neste último. Na verdade, a alfaiataria que faz o casaco é uma espécie de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho. Porém, a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria realmente àquilo em que ambos são iguais, a seu caráter comum de trabalho humano. Indiretamente é então dito que também a tecelagem, contanto que ela teça valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato. Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral. Não basta, porém, expressar o caráter específico do trabalho em que consiste o valor do linho. A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta. Para expressar o valor do linho como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma “objetividade” concretamente diferente do linho mesmo e simultaneamente comum ao linho e a outra mercadoria. A tarefa já está resolvida.” (Marx, 1996: 179. TOMO I)

nova no mundo, seja no mundo físico ou no mundo social estrito. O trabalho concreto é uma objetivação, mas que é delimitada ao caráter de exposição de uma determinada atividade produtiva econômica. Essa categoria é usada por Marx para delimitar ontologicamente no capitalismo, que a atividade humana não pode, jamais, ser reduzida a uma mecanização do indivíduo: se o processo de abstração da vida humana é *conditio sine qua non* para a produção de mercadorias, essa mesma produção tem seu contraponto por ser a produção produzida por indivíduos reais, vivos e concretos²³⁴.

O caráter de ser trabalho humano abstrato, não significa que o capital não precise das qualidades úteis das mercadorias. Um trabalhador produtor de pão tem que saber produzir pão, o produtor de calçados tem que saber produzir calçados, mas isso é abstraído na troca: tanto na troca dos produtos produzidos, quanto na troca da força de trabalho por uma quantidade de dinheiro. É nesse sentido que a abstração da realidade se coloca no processo de produção capitalista: só podem *abstrair algo*, de *algo* que é concreto. *Não há abstração que não seja a abstração de uma forma concreta.*

Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale. A igualdade de trabalhos *toto coelo* diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato.²³⁵

²³⁴ “O cérebro dos produtores privados apenas reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados sob aquelas formas que aparecem na circulação prática, na troca dos produtos — o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados, portanto, sob aquela forma que o produto de trabalho tem de ser útil, isto é, útil aos outros — o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes espécies sob a forma do caráter do valor comum a essas coisas materialmente diferentes, os produtos de trabalho.” (Marx, 1996: 199. TOMO I)

²³⁵ Idem.

O trabalho humano abstrato revela a essência do modo de produção capitalista: onde todos são reduzidos a forma mercadoria. Aqueles que não “sofrem” essa determinação diretamente no processo produtivo, a “sofre” no processo de reprodução social: pois, a totalidade é uma formação que se coloca em todas as partes, mesmo que essas não sejam idênticas aquela. O processo de reprodução social, que parte da totalidade real, e que tem no processo de produção de mercadorias para a reprodução e produção do capital através da mais-valia, conteúdo da mercadoria, é algo que permeia a vida humana como um todo. Disso, também, o Trabalho (Arbeit) não fica de fora. Veremos como.

2.4 Trabalho e Trabalho abstrato: identidade e não-identidade.

No decorrer do nosso texto, notamos que, mesmo de maneira implícita, a categoria trabalho humano abstrato se apresentava nas questões em que se tratavam de qualquer forma de atividade que tinha um indivíduo que era reduzido a apenas a sua capacidade de produzir mediante um pagamento pela sua força de trabalho: seja serviços, ou uma mercadoria, a produção desse indivíduo era algo que permeava as nossas discussões nessa segunda parte.

No capitalismo moderno, os trabalhadores em geral aparecem não como algo homogêneo: temos os que transformam a natureza, e outros que não a transformam.

O Trabalho (Arbeit), que foi por nós “desmembrado”, e quase esgotado na própria discussão, é aquela eterna necessidade humana que produz meios de produção e de subsistência: uma atividade mediada pela síntese entre teleologia e causalidade. A transformação, ou modificação da natureza, para produzir os meios de produção e de subsistência é algo que perpassa toda a humanidade: é algo que independente da forma e do modo de produção que exista, ou venha a existir, os seres humanos têm que continuar o processo produtivo determinado.

Dessa forma,

a produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, **o processo de trabalho**

deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.²³⁶

Não se pode, portanto, pressupor que exista sociedade sem transformação da natureza: independente de qual forma ou modo de produção que se estabeleça, o gênero humano só pode continuar existindo se realizar essa ação, o Trabalho – como categoria fundante e protoforma de toda a realidade social.

Segundo Marx, “os *elementos simples do processo de trabalho* são a **atividade orientada a um fim** ou o *trabalho mesmo, seu objeto e seus meios*.”²³⁷. Então, o Trabalho não pode ser algo que se coloque de forma repartida: ele é uma totalidade complexa.

Então, devemos seguir que em todo processo de Trabalho é necessário – *conditio sine qua non* – que se tenha uma teleologia (que é uma “atividade orientada a um fim”) e causalidade (“os objetos” e “meios”²³⁸). Esse complexo de atividade tem que consubstanciar-se na produção de riqueza material. Ou seja, nem toda transformação da natureza, repetimos, é Trabalho, mas todo Trabalho só pode ser um produto da transformação ou modificação da natureza.

Por isso,

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. **O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma.** *O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado.*²³⁹

²³⁶ (Marx, 1996: 297. TOMO I)

²³⁷ (Marx, 1996: 298. TOMO I. Grifos e Negritos nossos)

²³⁸ “*Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são **objetos de trabalho preexistentes por natureza**. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão. Se, ao contrário, o próprio **objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima**. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho. O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto.*” (Marx, 1996: 298. TOMO I. Grifos e negritos nossos.)

²³⁹ (Marx, 1996: 300. TOMO I. Grifos e negritos nossos)

Não existe outra forma de colocar, em Marx, e, principalmente, em O Capital, algo que deslegitime essas colocações: Marx não é ambíguo, muito menos impreciso; suas categorias são expostas de maneira sucinta, objetiva e clara.

O Trabalho é “**condição natural eterna** da vida humana e, portanto, *independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais*”²⁴⁰, ou seja,

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, *uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza* e, portanto, da vida humana.²⁴¹

Seguindo esse raciocínio, sabemos que existe valores de uso, sem existir o valor de troca; mas esse só existe se houver aquele.

Os valores de uso podem existir independentemente da existência do valor de troca – expressão do valor. O valor de troca só existe *na* mercadoria, portanto “como os *valores de troca* das mercadorias não passam de *funções sociais* delas, e nada têm a ver com suas propriedades *naturais*”²⁴².

Podemos lembrar que falamos da possibilidade da existência das mercadorias. Só existe essa possibilidade quando a humanidade pode produzir – individualmente – mais do que sua necessidade imediata individual: quando entra em cena histórica o produto excedente. Isso é bem tratado por Engels ao tratar da revolução neolítica: aqui aparece, portanto, a possibilidade de exploração do homem pelo homem, do estado, da família monogâmica, das classes sociais e etc. é aqui, que entra a possibilidade de existir a mercadoria. A mercadoria não é uma *necessidade humana histórico natural*, é um fato histórico tardio. Não é pelo fato de que o mundo hoje vive sobre a égide do mercado mundial, e da produção de mercadorias em todos os campos e ramos da produção e reprodução humana, que a mercadoria é algo que perpassa toda a história da humanidade.

Se a mercadoria é algo, que na história da humanidade, não aparece como *necessário* e natural, então ela só pode compor uma particularidade da história (e uma particularidade bem pequena, visto que a humanidade não começa quando começa a

²⁴⁰ (Marx, 1996: 303. TOMO I. Grifos e negritos nossos)

²⁴¹ (Marx, 1996: 197. TOMO I. Grifos e negritos nossos)

²⁴² ((Marx, 1996: 92. TOMO I)

propriedade privada, as classes sociais, estado, família monogâmica, direito e etc. essas são categorias que permeiam apenas dentro das possibilidades estabelecidas por formas e modos de produção delimitados).

O trabalho abstrato comparece em sua intimidade como a força de trabalho humano reduzido a uma mercadoria. Temos, portanto, que esclarecer dois pontos essenciais:

- a) O trabalho abstrato não *começa* no capitalismo, pois em outras sociedades de classes, vemos setores da sociedade que vendem sua força de trabalho: escribas, mecenas, artesões e etc. Então, o trabalho abstrato não é apenas “criação” do capitalismo, nem muito menos é partícipe da universalidade da história da humanidade.
- b) O trabalho abstrato ganha força total, como predominância no mundo, apenas no modo de produção capitalista: pois, ele, como substância social que produz mercadorias por excelência, é necessário para a reprodução e produção do modo de produção vigente.

O trabalho humano abstrato se difere do Trabalho de forma nítida, mas também existe uma relação que devemos revelar.

Tomemos como exemplo, na sociedade capitalista, aqueles trabalhadores que produzem os meios de produção e de subsistência através da transformação da natureza (matéria-prima, objetos de trabalho... e etc.), e que vendem, portanto, por serem assalariados, sua força de trabalho como outra qualquer mercadoria. Esses, para Marx, são os proletários, e “por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’”²⁴³. O capital é a forma social do conteúdo material dessa sociedade. O único que produz o conteúdo material da riqueza social são aqueles que produzem através da modificação da natureza: esses produtores são os proletários: uma parte do conjunto total dos trabalhadores assalariados.

Se o processo de Trabalho “extingue-se no produto, seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante

²⁴³ (Marx, 1996: 247. Nota de rodapé 496)

transformação da forma”²⁴⁴, e os “**valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.**”²⁴⁵, portanto “*uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade*”²⁴⁶, e a forma de riqueza social do capitalismo é acumulação de capital. Então, os produtores do capital é o proletário, pois, o único setor dos assalariados que modificam a natureza para a produção do valor de uso²⁴⁷.

O proletário, portanto, tem em sua natureza uma relação completamente ímpar: resguarda em si a potência de produzir os meios de produção e de subsistência, ao mesmo tempo que vende sua força de trabalho criadora de valor – criador de mais-valia, que se faz existir mediante a produção de mercadoria: trabalho humano abstrato.

Portanto, o fundamento do capitalismo, enquanto modo de produção, é o trabalho abstrato do proletário: mas, como o trabalho humano abstrato não se limita a esse setor dos assalariados, por ser o capital uma forma de riqueza social – e não mais fixa e determinada pelos limites “naturais” (algo exposto por nós, e que não necessita de outra exposição) – a forma de assalariamento é a forma que comparece em todas as relações sociais de produção dentro do sistema do capital(ismo).

Não há uma relação de identidade entre Trabalho e trabalho abstrato, mas uma relação complexa e contraditória que, ao se relacionarem entre si, torna possível a reprodução do capital e sua valorização *ad eternum*.

O trabalho humano abstrato, portanto, é uma particularidade da história da humanidade, mas do ponto de vista da realidade social do próprio capitalismo, é uma totalidade na reprodução social do modo de produção vigente; o Trabalho (arbeit) perpassa a todas as formas sociais: uma condição eterna do mundo dos homens, e que, atualmente, se apresenta, também, sob a forma de trabalho humano abstrato.

²⁴⁴ (Marx, 1996: 300. TOMO I. Grifos e negritos nossos)

²⁴⁵ (Marx, 1996: 166. TOMO I. Negritos nossos)

²⁴⁶ (Marx, 1996: 197. TOMO I. Grifos nossos)

²⁴⁷ “O trabalho *não é a fonte* de toda riqueza. A *natureza* é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!)” (Marx, 2012: 24). Na edição das obras completas em inglês, vemos: “Labour is *not the source* of all wealth. *Nature* is just as much the source of use values (and it is surely of such that material wealth consists!)”. Karl Marx: Critique of the Gotha Programme. In: Marx/Engels, 2010: 81. V24)

Todas as afirmativas que colocam Trabalho e trabalho humano abstrato como idênticas, caem por terra. A maneira com que Marx expõe essa questão não deixa brecha para podermos pensar o contrário sobre sua própria teorização. Se seu ponto de partida dos estudos do capitalismo é a mercadoria, o seu ponto de partida teórico-filosófico é a práxis social, que tem seu nódulo criativo e ativo o Trabalho (Arbeit).

Conclusão

Em nenhum momento, ao qual nos submetemos, com a intensão de elucidar as categorias de Trabalho e trabalho abstrato na obra de Marx, notamos, sequer, alguma possibilidade de ambiguidade ou confusão teórica.

A forma como são apresentadas as categorias, suas relações entre si, suas naturezas sociais e etc. não permite, ao leitor atento, com total desvio de preconceitos, ou pré-julgamentos, caia em alguma possível armadilha teórica que perpassa no pensamento de Marx.

De um lado, temos o Trabalho (Arbeit), de outro temos o trabalho humano abstrato: duas categorias distintas entre si e que não apresentam, na sua essencialidade, função social, natureza histórica e origem ontológica, qualquer possibilidade de identidade. Há, portanto, uma real distinção, não só teórica, mas de exposição das categorias que são formas de ser do mundo real.

A exposição de Marx não é apenas uma exposição formal e conceitual da realidade humana – que, n'O Capital, tem como pressuposto e ponto de partida o *capital*, e a sociabilidade da Inglaterra: essa forma melhor *acabada*, ao tempo de Marx, do modo de produção capitalista.

Toda a confusão que se tem notícias sobre uma suposta identidade entre Trabalho e trabalho humano abstrato, só pode ser causada por questões de inclinações pessoais dos pesquisadores – se Marx está certo ou não, essa questão não cabe aqui. O que cabe a uma pesquisa que encare o tratamento do pensamento de cada autor, é analisar sua imanência textual para com a própria realidade: confrontar o texto de cada autor com a realidade é condição natural da pesquisa, mas antes de tal confronto, tem-se que ter em mente a própria reflexão do autor, e não a reflexão desejada por parte do pesquisador.

Tomamos o ponto de partida da letra de Marx, e podemos concluir que não há nenhuma passagem, ou ao menos uma citação que desautorize a formulação de que Trabalho e trabalho abstrato são categorias de natureza, origem e função social diferentes. Trabalho (Arbeit), condição eterna da humanidade, forma universal

independentemente do modo de produção da riqueza social; trabalho humano abstrato, corresponde, necessariamente, a uma parcela da totalidade da história humana – que se explicita e toma corpo nodal e forma determinada plenamente no modo de produção capitalista.

Para sermos mais objetivos, poderíamos concluir da seguinte forma: o Trabalho enquanto categoria fundamental do mundo dos homens perpassa toda a história da humanidade, independente de qual forma de produção os seres humanos estejam submetidos. Não só por uma questão de que ela retira da natureza os meios de produção e de subsistência, mas porque ela é o ponto principal do fazer história. Sem ao Trabalho qualquer reprodução social é impossível de se realizar. A própria realização do Trabalho permite aos indivíduos um processo de enriquecimento de suas capacidades intelectuais, subjetivas, características do ponto de vista das habilidades e da própria sensibilidade.

Já forma trabalho abstrato, não comporta toda a história da humanidade, visto que essa é uma particularidade na história dos seres humanos. O trabalho abstrato é a redução da força de trabalho humana em uma mercadoria: ou seja, o mercado nem sempre existiu, mas quando veio a existir a forma de trabalho abstrato entra em cena, mas não de forma plena.

Nem todo trabalho abstrato modifica a natureza – como já vimos acima – mas todo trabalho abstrato que modifica a natureza resguarda em si uma relação dialética jamais vista antes: onde Trabalho e trabalho abstrato pela primeira vez na história se tornam a forma predominante da reprodução social. Pelo fato de que o mercado se torna, atualmente, no mediador das relações humanas; mas, o Trabalho continua a ser a forma “eterna” e independente do modo pelo qual se coloca no globo.

A figura que resguarda em si a forma de trabalho humano abstrato e Trabalho, é o que Marx e Engels chamará de proletários: a classe dos trabalhadores sob a égide do capital que transformam a natureza.

Não há, novamente, uma identidade entre Trabalho e trabalho abstrato, há uma relação dialética que no capitalismo torna-se o momento predominante das relações sociais.

Nem todo trabalhador abstrato é um proletário, mas todo proletário é um trabalhador abstrato: pois, além de produzir a riqueza material e social, reduz sua capacidade de produção a uma mercadoria: a força de trabalho.

Dessa forma, podemos dizer que, nem todo trabalhador assalariado é proletário, pois não modificam a natureza, mas não deixam de serem trabalhadores assalariados (abstratos), pois o que define, novamente, o que os indivíduos são, não é uma postura subjetiva ou moral, mas o que de fato fazem dentro o processo de produção.

E, no processo de produção há aqueles que modificam a natureza em troca de um salário, aqueles que recebem salários e não modificam a natureza, como também, mas muito raramente, aqueles que podem produzir valor de uso sem produzir valor de troca.

O capitalismo – e o capital – muda totalmente a forma de ser do mundo social, pois isso não se pode colocar uma definição rápida sem ao menos tentar fazer um resgate histórico e teórico das relações de produção das quais o próprio Marx se utilizou. Portanto, foi para nós mais que necessário toda a trajetória expositiva das categorias fundamentais d'O Capital – livro de Marx – quanto o capital (lismo) sujeito histórico.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1998
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999
- ATISTÓTELES. *A Política*. Tradução: Roberto Leal Ferreira – 3º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CHASIN, J. *Superação do liberalismo*. (mimeo), Maceió, 1988.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ENGELS, F. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d (Textos Escolhidos).
- _____. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Expressão Popular. São Paulo – 3º edição, 2012.
- _____. *Sobre o papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. IN: *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. ORG. Ricardo Antunes. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2004
- FETSCHER, Iring. *Karl Marx e os marxismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FREDERICO, C. *O jovem Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado – para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Geosp/labus, 1999
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Princípios da filosofia do direito*. Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1997
- LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács – edição revista e ampliada, 2012a.
- _____. *Serviço Social e Trabalho: porque serviço social não é trabalho*. São Paulo: Instituto Lukács – edição revista e ampliada, 2012b.
- _____. *Para compreender a Ontologia de Lukács*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007, ed. 3º.
- _____. *Para compreender a Ontologia de Lukács*. Ed. Instituto Lukács: São Paulo, 2015
- 4º edição.
- _____. *Possibilidade, lei e acaso: os físicos e seus incríveis cíclotrons* - Anuário Lukács, Instituto Lukács, 2016.
- _____. *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. Ed. Cortez, 2009
- LESSA, S. & TONET, I. *Introdução à Filosofia de Marx*. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2009.
- _____. *Proletariado e sujeito revolucionário*. Ed. Instituto Lukács: São Paulo, 2012
- LÖWY, Michel. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Conversando Com Lukács (Entrevistas à Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz)* Ed. Instituto Lukács: São Paulo, 2014.

- _____. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo. Boitempo, 2013
- _____. *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- _____. *Ontologia dell'essere sociale*. II. Roma, Riuniti, 1981. (Capítulo: A Reprodução, pp.133-331).
- _____. Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto Comunista*. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005
- _____. *Manifesto Comunista*. Editorial «Avante!», Lisboa, 1997.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo, Expressão Popular. 2009.
- MARX, Karl. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844*, Traduções de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco Apresentação de José Paulo Netto Revisão técnica de Sérgio Lessa. 1ª edição, Expressão Popular. São Paulo – 2015
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*; seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo : Boitempo, 2012.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *O capital: crítica da economia política, Tomo I e II*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. *Para A Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Trad. Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política*. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. LECH, 1982.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo
- _____. *Teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo: 2006.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo: 2007.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx*. EUA/Inglaterra, Autonomedia/Pluto Press, 1991.
- Platão. *Timeu-Críticas*. Universidade de Coimbra Faculdade de Letras. 1ª edição, 2011.
- PRIEB, Sérgio. *O trabalho à beira do abismo*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.
- POULANTZAS, Nicos. *Classes in contemporary capitalism*. Londres: Verso, 1975.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contramonto, 2001.
- ROSSI, Mario. *La Genesis del Materialismo Historico I - La Isquierda Hegeliana*. Alberto Corazon Editor, Madri, 1971.
- _____. *La Genesis del Materialismo Historico III - La concepción de la historia*. Alberto Corazon Editor, Madri, 1971.

- SARTRE, J.P. *Questão de método*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção *Os Pensadores*).
- SOUZA, J. C. Resenha de MOGGACH, Douglas, *The Philosophy and Politics of Bruno Bauer*. *Veritas* (Porto Alegre), v. 51, 2006.
- SANTOS NETO, Artur Neto. *Dialética e ontologia em Hegel e Marx*. *Revista Espaço Acadêmico*; número 120, maio de 2011.
- _____. *Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva Marxiana*. São Paulo; Instituto Lukacs; 2013.
- TERTULIAN, Nicolas. *Da inteligibilidade da história*. In: *Verinotio revista on-line* – n. 14, Ano VIII, out./2012.
- TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- _____. *SOCIALISMO: obstáculos a uma discussão*. In *Revista CLIO*, n. 26.1/2008 – Pernambuco, UFPE, 2009.
- _____. *Marxismo, religiosidade e emancipação humana*. 1. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- _____. *Método Científico: uma abordagem ontológica*. 2. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016
- _____. *O Batismo de Marx*. IN: *Dialética em Questão*. Campinas: IFIL/PUCCAMP, 1986.
- WHEEN, F. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Bibliografia Inglesa

- Marx/Engels Collected Works (MECW), *the largest collection of works of Marx and Engels in English* (50 volumes) Volume 20. Digital Edition Copyright © Lawrence & Wishart, 2010
- _____. *Collected Works (MECW), the largest collection of works of Marx and Engels in English* (50 volumes) Volume 24. Digital Edition Copyright © Lawrence & Wishart, 2010a
- _____. *Collected Works (MECW), the largest collection of works of Marx and Engels in English* (50 volumes) Volume 42. Digital Edition Copyright © Lawrence & Wishart, 2010b